

OIGP ALJÃO

Operações Integradas de Gestão da Paisagem

Relatório do Terceiro Pedido de Pagamento.

Gouveia - Setembro de 2023

Relatório elaborado pela URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

Equipa técnica:

João Castilho (coord.) – Geografia

Beatriz Faria – Biologia, Ecologia e Gestão Ambiental

Daniel Andrade – Ciências Florestais e Recursos Naturais

Filipe Santos – Florestal, Deteção Remota e GIS Expert

Guilherme Varejão – Biodiversidade e Conservação na Natureza

Laura Donato – Arqueologia

Apoio à coordenação

Joana Ferreira – Relações Internacionais e Estudos Europeus

Agradecimento particular pela elaboração dos Relatório das simulações de comportamento do fogo: Geoterra - Execução Técnica: Prof. Ernesto Deus

Índice

A. PROPOSTA PRELIMINAR DE TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM	1
A.1 Projecto de Paisagem Futura	1
a) Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA)	1
b) Planta de Ocupação do Solo Proposta (POSP)	3
c) Matriz de Transformação da Paisagem	11
A.2 Fundamentação das soluções apresentadas na proposta	15
A2.1 Situação atual do território	15
a) Localização e enquadramento	15
b) Características biofísicas e edafoclimáticas	16
c) Ocupação do solo	30
d) Áreas edificadas e infraestruturas	45
e) Elementos patrimoniais e culturais	48
f) Fogos rurais	49
g) Outros Riscos e vulnerabilidades:	57
h) Estrutura fundiária	60
i) Socioeconómica relevante para a valorização e revitalização territorial	61
j) Estrutura organizativa	64
l) Projetos em curso ou aprovados	65
A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta	66
a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo	66
b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas	70
c) Conectividade ecológica	71
d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água	72
e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais	73
f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais	76
g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e	78
identitários existentes ou potenciais	78
h) Promoção de povoamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes	80
i) Fomento da agricultura, da silvopastorícia, cinegética enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem	80
j) Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor	90

A2.3 Articulação com o quadro-legal	92
a) Instrumentos de Gestão Territorial	92
b) Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais	110
c) Servidões e Restrições de Utilidade Pública	114
d) Planos de Gestão Florestal	122
A2.4 Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários	122
B. Programação da Execução	123
B1. Unidades de Intervenção	123
a) Mapeamento das Unidades de Intervenção	123
b) Quadro das Unidades de Intervenção	125
B2. Modelo de Exploração Florestal	133
B3. Modelo de intervenção em áreas agrícolas	134
C. Investimento e Financiamento	136
C1. Ações de Reversão e Valorização da Paisagem	136
a) Investimento estimado em ações de reversão e valorização da paisagem	136
b) Investimento global estimado para a reversão e valorização da paisagem	142
C2. Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos Serviços de Ecossistemas	146
a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de Ecossistemas	146
C3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta	191
D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO	204
D1. Levantamento cadastral e da situação de adesão	204
D2. Modelo de Gestão e Contratualização	205
a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora	206
b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos	206
c) Modelo de contratualização de compromissos	206
d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado	206
e) Modalidades de adesão	207
E. Monitorização e Avaliação	208
Referências Bibliográficas	209

Índice de Figuras

Figura 1 - POSA da AIGP Aljão.	1
Figura 2 - POSP Aljão	8
Figura 3 - Carta das Estruturas de Resiliência da AIGP Aljão.	10
Figura 4 - Carta das Estruturas Ecológicas da AIGP Aljão.	11
Figura 5 - Enquadramento da AIGP Aljão.	16
Figura 6 - MDT AIGP Aljão.	16
Figura 7 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de declives.	17
Figura 8 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de solos do IPCC.	18
Figura 9 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de solos do HWSD v2.0.	19
Figura 10 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as zonas climáticas do IPCC.	20
Figura 11 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as Zonas Ecológicas Florestais FAO.	21
Figura 12 - Descrição das características das diferentes Zonas Ecológicas Florestais FAO.	22
Figura 13 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as Zonas Ecológicas Florestais FAO. Fonte: Global Soil Organic Carbon Map.	25
Figura 14 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as zonas Zonas Ecológicas Globais. Fonte: FAO (2022).	26
Figura 15 - Temperatura máxima (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.	26
Figura 16 - Temperatura mínima (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates. Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.	27
Figura 17 - Temperatura média (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.	27
Figura 18 – FALTA LEGENDA CORRETA.	28
Figura 19 - Precipitação Anomalias (1979-2019). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.	28
Figura 20 - Dias com Temp. < Limite de 0° - Dias de geada (temperatura diária mínima do ECMWF). Fonte: ECMWF ERA5 Land Hourly.	28
Figura 21 - Carta da Rede Hidrográfica. Fonte: CMG(2022).	29
Considerando a distribuição das vertentes segundo a sua exposição Figura 22, a mais representativa é a exposição Norte, com sensivelmente 29% do território da AIGP Aljão. A exposição Plano surge logo de seguida com uma representatividade de aproximadamente 23%, como se verifica pela análise da Tabela 3.	29
Figura 23 - Áreas Edificadas (2018) na AIGP Aljão (DGT 2018)	45
Figura 24 - Rede Viária (CMG,2021).	46
Figura 25 - Interfaces diretas das áreas edificadas com territórios florestados na AIGP Aljão. Fonte (DGT2022).	47
Figura 26 - Estruturas de resiliência na AIGP Aljão.	47
Figura 27 - Elementos Estruturais (socalcos) na AIGP Aljão.	48
Figura 28 - Sítios Arqueológicos na AIGP Aljão.	48
Figura 29 - Grande incêndio - 440,84ha - 1975.	49
Figura 30 - Grande incêndio - 232,52 ha - 1979.	49
Figura 31 - Grandes incêndios - 213,45 ha e 223,95 ha-1983.	50
Figura 32 - Grande incêndio - 193,03 ha -1984.	50
Figura 33 - Grandes incêndios 107,032 e 683,04 ha - 1985.	50
Figura 34 - Grandes incêndios 167,9 - 207,67 e 208,82 ha - 1987.	51
Figura 35 - Grandes incêndios - 666,1ha - 1989.	51
Figura 36 - Grandes incêndios - 354ha - 1993.	52

Figura 37 - Grandes incêndios - 100ha - 1998.	52
Figura 38 - Grandes incêndios - 654ha e 100ha- 1998.	52
Figura 39 - Grandes incêndios - 634ha -2003.	53
Figura 40 - Grandes incêndios - 305ha - 2007.	53
Figura 41 - Grandes incêndios -170,45ha - 2010.	54
Figura 42 - Grandes incêndios -152 ha - 2012.	54
Figura 43 - Grandes incêndios -117ha - 2015.	55
Figura 44 - Grandes incêndios -117ha -2017.	55
Figura 45 - Carta de Risco de Incêndio Florestal da AIGP Aljão. (Fonte: PMDFCI Gouveia).	56
Figura 46 - Carta de Perigosidade de Incêndio Rural. Fonte: (ICNF - Geocatálogo).	56
Figura 47 - Carta da Suscetibilidade à Desertificação AIGP Aljão (ICNF - Geocatálogo)	57
Figura 48 - Produtividade do Solo.Fonte: Land Productivity Dynamics data is derived from NDVI product of MODIS/Terra Vegetation Indices 16-Day L3 Global 250m SIN Grid V006 https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC8	58
Figura 49 - Freguesias do Concelho com presença de nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP) Fonte: Geocatálogo ICNF.	60
De acordo com os dados existentes do cadastro das propriedades, existem 232 prédios cadastrados, mas reconhecemos que o número total de prédios seja superior, visto haver ainda área por cadastrar, dentro dos limites da AIGP. A dimensão média das propriedades ronda os 0,012 hectares. A figura abaixo ilustra o mapeamento da estrutura fundiária, baseado na informação conhecida do cadastro (Figura 50).	61
Figura 510 - Estrutura fundiária AIGP Aljão.	61
Figura 52 - População do Estrangeira no Concelho de Gouveia. Fonte: INE SEF/MAI, PORDATA.	62
Figura 53 - População por grandes grupos etários (%). Fontes/Entidades: INE, PORDATA.	62
Figura 54 - População Idosa no Concelho de Gouveia Fonte: INE PORDATA.	63
Na área proposta para a AIGP Aljão há ainda a considerar a presença de 3 zonas de caça (<i>vide</i> Figura 55). A Zona de Caça Associativa de Arco do Mondego que é a mais representativa (61%) e abrange 890,24ha, a Zona de Caça Associativa de Cativelos que ocupa 393,88hectares (27% da área) e por fim a Zona de Caça Associativa de Vila Franca da Serra com uma presença no território de 9%.	63
Quer pela elevada procura, quer pelo dinamismo e dinâmica que possui imposta salientar a Praia Fluvial na Ponte Palhez – Praia Fluvial de Cativelos (Vide Figura 56), onde também se verifica frequentemente a atividade de pesca. No extremo este situa-se outra praia Fluvial – a Praia Fluvial de Ribamondego, com igual dinamismo. Ambas as praias fluviais se situam na entrada do concelho, e, com grande visibilidade para a AIGP Aljão, pelo que as intervenções a realizar produzirão um forte impacto territorial, ambiental, social e económico.	64
Figura 58 - Proposta de Percurso Circular na Freguesia de Arcozelo.	80
Apesar da proximidade ao Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), a AIGP Aljão não está abrangida na área do PNSE, nem está inserida em nenhuma área de proteção total e/ou parcial. No que diz respeito à fauna do Plano Sectorial da RN2000, a Figura 60 apresenta algumas espécies identificadas na área da AIGP e, relativamente à Directiva Aves, da RN2000, a Figura 61 apresenta as várias aves cuja presença foi detetada e as respetivas áreas.	94
Figura 60 - Espécies da fauna do PSRN2000. Fonte: Geocatálogo.	95

No que diz respeito ao Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), a área da AIGP Aljão, insere-se no PROF Centro Interior (CI) e abrange a sub-região homogénea do Alto Mondego (Figura 65). Os espaços florestais desta sub-região apresentam um grande potencial para a produção lenhosa, mas têm também um bom potencial para as atividades da silvopastorícia, caça e da pesca em águas interiores. 95

Na área da AIGP está também presente uma área relevante de corredor ecológico, com cerca de **1.011** hectares, ordenada pelo PROF-CI (Figura 679). 97

Figura 63- Normas a aplicar consoante a distância às margens da linha de água. 98

Figura 64 - Tipologias da REN. 107

Figura 65 - Áreas RAN. 109

Figura 66 - CRUS Gouveia (DGT,2019). 110

Figura 67 - Metas do Plano Nacional de Ação. 111

Figura 68 - Objectivos e Metas do PMDFCI Gouveia 2021-2030. 112

Figura 69 - Redução da incidência dos incêndios. 114

As linhas de distribuição elétrica podem ser visualizadas na Figura 768. 118

Figura 71 - Carta dos Marcos Geodésicos presentes na AIGP do Aljão. 119

Na AIGP Aljão verificam-se três sítios arqueológicos, pelo que não se preconiza a florestação nem o uso de técnicas promotoras da degradação do solo numa faixa de 50 metros da periferia dos sítios arqueológicos em questão. A carta de sítios arqueológicos pode ser visualizada na Figura 79. 120

Figura 73 - Carta das Unidades de Intervenção. 124

Figura 74 - Carta dos prédios com titularidade conhecida e desconhecida na AIGP Aljão 204

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Classes de Ocupação do Solo Actuais	2
Tabela 2 - Classes de Ocupação do Solo Propostas	8
Tabela 3 - Matriz de Transformação da Paisagem	12
Tabela 4 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS95 (nível 4 da nomenclatura da COS).	30
Tabela 5 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS1997 (nível 4 da nomenclatura da COS)	32
Tabela 6 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2010 (nível 4 da nomenclatura da COS)	34
Tabela 7 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2015 (nível 4 da nomenclatura da COS).	37
Tabela 8 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2018 (nível 4 da nomenclatura da COS).	40
Tabela 9 - Valores percentuais de área ardida por ano, por freguesia na AIGP Aljão	57
Tabela 10 - Características espécies cinegéticas presentes na área da AIGP	81
Tabela 11 - Classes de Ocupações Propostas em Corredor Ecológico	98
Adaptados do Anexo I do regulamento do PROF CI, cfr. Portaria n.º 55/2015 são referidos as normas e modelos de silvicultura preconizados para a AIGP Aljão (Tabela 12).	100
Tabela 13 - Modelo de silvicultura do PROF-CI para povoamentos puros de pinheiro-bravo, para produção de lenho.	101
Tabela 14 - Modelo de silvicultura do PROF-CI para Povoamento puro de pinheiro-manso, em alto fuste, objetivo principal produção de fruto.	102
Tabela 15 - Modelo de silvicultura do PROF-CI. Povoamento puro de carvalho alvarinho, em alto fuste, objetivo principal produção de lenha ou lenho.	102
Tabela 16 - Modelo de silvicultura do PROF-CI Povoamento puro de sobreiro, produção de cortiça (produto principal) e lenho (produto secundário)	103
Tabela 17 - Modelo de silvicultura do PROF-CI Puro de Pseudotsuga, produção de lenho.	103
Tabela 18 - Normas aplicadas a Função de Produção.	104
Tabela 19 - Normas aplicadas a Função de Silvopastorícia, Caça e pesca nas Águas Interiores.	104
Tabela 20 - Normas aplicadas a Função de Proteção.	105
Tabela 21 - Normas aplicáveis no planeamento florestal em corredores ecológicos e áreas florestais sensíveis.	105
Tabela 22 - Classes de ocupação proposta em REN.	106
Tabela 23 - Classes de ocupação proposta, nas diferentes tipologias REN.	107
Tabela 24 - Classes de ocupação proposta em RAN	108
Tabela 25 - Identificação das Unidades de Intervenção	125
Tabela 26 - Dados de referência para localização	133
Tabela 27 - Usos do solo	133
Tabela 28 - Espécies principais	134
Tabela 29 - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem	136
Tabela 30 - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem	142

Tabela 31 - Operações necessárias à transformação da paisagem na AIGP Aljão e respetivos custos unitários	145
Tabela 32 - Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos Serviços de Ecossistemas	146
Tabela 33 - Remuneração Serviços de Ecossistemas	191

Índice de Gráficos

A. PROPOSTA PRELIMINAR DE TRANSFORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

A.1 Projecto de Paisagem Futura

a) Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA)

Para a AIGP do Aljão, a Planta de Ocupação do Solo Atual (POSA) foi construída com recurso a deteção remota de imagens de Satélite Sentinel® e Landsat® cruzada com informação advinda dos ortofotomapas 2021 infravermelh da (DGT, 2019), e a Carta de Ocupação de Solo Conjuntural (COsc) 2022.

De referir que a POSA da AIGP Aljão foi previamente enviada para apreciação da Direção Geral do Território, tendo sido reportadas desconformidades, que foram na sua maioria corrigidas, recorrendo aos produtos do programa SMOS, em particular a Carta Conjuntural 2022. A POSA pode ser consultada, em anexo a este relatório em formato shapefile e na Figura 3. A distribuição das áreas e representatividades das ocupações atuais pode ser consultada nas Tabelas 1 e 2, conforme o detalhe descritivo da ocupação atual.

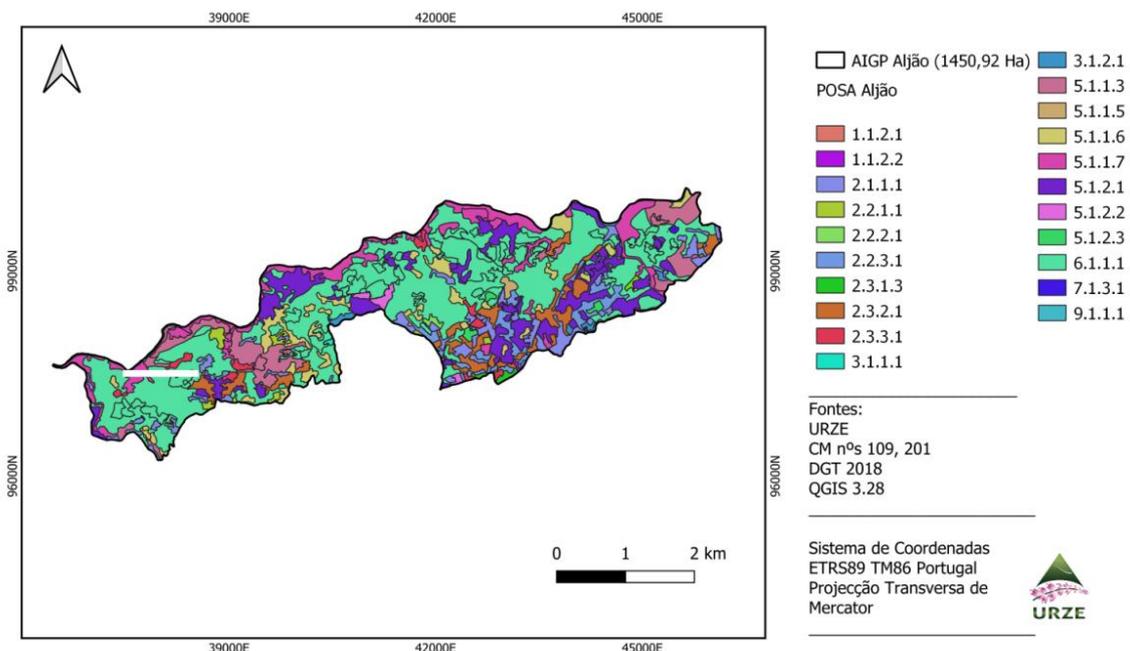


Figura 1 - POSA da AIGP Aljão.

Tabela 1 - Classes de Ocupação do Solo Actuais

POSAn4I	POSAn4c	Area (ha)	(%)
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,29	
Tecido edificado descontínuo esparso	1.1.2.2	0,93	
Aterros	1.5.2.1	1,96	
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	79,52	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	2.1.1.1	1,17	
Vinhas	2.2.1.1	13,46	
Pomares	2.2.2.1	2,61	
Olivais	2.2.3.1	51,87	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,81	
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	81,63	
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	18,87	
Pastagens melhoradas	3.1.1.1	0,93	
Pastagens espontâneas	3.1.2.1	7,56	
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.3	3,34	
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	107,58	
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,21	
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.6	70,10	
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	144,82	
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	161,39	
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	15,49	

Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	6,32	
Matos	6.1.1.1	665,80	
Vegetação esparsa	7.1.3.1	1,14	
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6	

b) Planta de Ocupação do Solo Proposta (POSP)

A Planta de Ocupação do Solo Proposta (POSP) para a AIGP Aljão assenta na versatilidade dos ecossistemas florestais naturais como forma de reduzir o risco de incêndio e a mortalidade da floresta no caso de ocorrências, bem como na valorização da paisagem, criando oportunidades de exploração económica, continuidade de exploração, usufruto económico múltiplo repartido pelo setor florestal, agroflorestal, pastoril e agrícola. As ocupações do solo propostas tentam ao máximo criar oportunidades de uso múltiplo da floresta procurando uma maior sustentabilidade na gestão rural.

As ocupações propostas adequam-se às diferentes condições biofísicas e antrópicas. Para os casos particulares das estruturas ecológicas, definidas anteriormente, definiram-se ocupações coadunáveis com a estrutura de resiliência em questão e na sua interação com o fogo. Em relação ao sistema húmido, as ocupações definidas são floresta ripícola (faixa de 20 metros em torno de galerias ripícolas permanentes) e povoamentos mistos de freixo e folhosas nativas já instaladas nas restantes áreas correspondentes a fundos de vales. Em relação ao sistema seco, optou-se por uma ocupação com menor carga de combustíveis finos – superfície agroflorestal (SAF) de outras misturas em sistema esparso: sobreiro e carvalho. Para as estruturas de resiliência, definidas anteriormente, definiram-se também ocupações do solo compatíveis com a necessidade de gestão de combustíveis finos na ótica da sua redução ou completa interrupção: incremento da agricultura (olival), pastagens biodiversas e sistemas culturais. O objetivo da utilização destes sistemas é, não só a redução forte de combustível de superfície/solo, mas também a possibilidade para as espécies cinegéticas e apícolas proliferarem nos espaços determinados para o efeito, incrementando o retorno económico do território da AIGP Aljão.

Em relação aos locais com ocupação pastoril (pastagens), demonstrados na POSA, optou-se por preconizar ocupações agroflorestais que compreendam as valências de ter

superfícies de pasto mas também as das superfícies arbóreas: Superfície agroflorestal de outras misturas.

Em relação às áreas com ocupações florestais propriamente ditas, demonstradas na POSA, preconiza-se a manutenção de povoamentos puros regulares de pinho, o aumento da área de povoamentos mistos de folhosas e de folhosas com resinosas, o aumento de área de Pinheiro Manso, substituindo a grande quantidade de matos fruto dos incêndios sucessivos e ainda a diminuição de povoamentos de espécies invasoras: Acácias, *Ailanthus* spp. e *Robinia* spp.

Em concreto as novas ocupações definidas para a AIGP do Aljão são:

Sobreiro (*Quercus suber*):

Temperatura média anual ótima entre 15 e 19°C não tolerando muitos dias seguidos com temperaturas inferiores a -5°C;

A classe ótima de precipitação média anual situa-se entre os 600 e 800 mm, não vegetando de forma satisfatória com precipitações inferiores a 400 mm. Resiste bem à seca estival requerendo uma humidade relativa de, no mínimo de 50 %;

É uma espécie que não tolera geadas, fenómeno que atrasa o seu desenvolvimento;

Apresenta boa vegetação em todo o tipo de solos, excetuando os excessivamente argilosos, os que apresentam pouca capacidade de retenção de água (tais como arenosolos) e os excessivamente calcários, ou com capacidade de troca catiónica muito baixa.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência Mediterrânica, 2002)

Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*):

O intervalo de temperatura média anual aceitável para a silvicultura desta espécie é de 13 a 15 °C;

A temperatura máxima média (meses quentes) para esta espécie deve ser igual ou inferior a 20 °C e a temperatura mínima média (meses frios) deverá estar situada entre os 8 e 10 °C;

As florestas de pinheiro-bravo portuguesas são dotadas de características genéticas que não lhes permite resiliência ao frio extremo, bastando alguns dias abaixo dos 15 °C para começar a ser visível a mortalidade nos povoamentos;

Prefere as zonas de precipitação média anual com valores de precipitação não inferiores a 800 mm com (pelo menos) 100 mm distribuídos na estação seca ou acesso ao lençol freático;

Em relação à resiliência do pinheiro-bravo a outros fenómenos meteorológicos extremos é de salientar que apesar do mesmo resistir bem à neve (seca – em pó) parte facilmente com neve húmida. Também de salientar as geadas primaveris (abril/maio) que podem danificar as jovens agulhas constituindo um atraso à boa vegetação dos povoamentos;

Apresenta preferência por solos permeáveis e de textura ligeira onde o sistema radicular melhor se desenvolve, contrariamente ao que acontece com solos compactos e de textura pesada. Tolerar solos pouco profundos;

Quanto às exigências edáficas químicas, a espécie é pouco exigente quanto à nutrição mineral. Tolerar uma grande variedade de solos, excetuando os que têm calcário solúvel, e os solos hidromórficos. Tolerar níveis altos de salinidade e calcário (não solúvel).

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Cedro do Bussaco (*Cupressus lusitanica*):

Esta espécie exótica apresenta os maiores crescimentos em estações subtropicais. Em Portugal apresenta melhores crescimentos em zonas de maior influência atlântica;

Esta espécie tem uma amplitude muito vasta de precipitação em que é possível ser cultivada: o mínimo de precipitação em que é possível a silvicultura da espécie é 400 mm anuais com 20 a 30 mm distribuídos na época estival;

Em Portugal demonstra boa aptidão em estações cujos solos derivam de rochas sedimentares, tais como, arenitos e calcários ou que derivam de rochas eruptivas. Na sua região de origem aparece em solos vulcânicos.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência Mediterrânica, 2002)

Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*):

Temperatura média anual entre 8 a 9 °C e média da temperatura dos meses de abril a setembro de 14 a 15°C;

Precipitação ótima entre 800 a 1200 mm por ano se não distribuídos uniformemente durante o período vegetativo (abril a setembro);

Espécie muito sensível ao vento;

Espécie sensível a geadas tardias;

Tem preferência por solos ligeiros, frescos e profundos, mesmo que pedregosos. Os solos pouco profundos, excessivamente húmidos ou de textura pesada promovem a queda de indivíduos e o aumento da sua fragilidade;

Não suporta calcário ativo no solo e prefere solos com pH ácido, entre 4,5 a 7.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Pinheiro manso (*Pinus pinea*):

O Pinheiro manso é uma espécie com exigências específicas em relação à temperatura. Os intervalos de variação para este parâmetro são: temperatura média anual entre os 10 a 18°C; média das mínimas do mês mais frio: -2 a 7°C; média das máximas do mês mais quente: 27 a 32°C.

Em relação à precipitação suporta 2 a 4 meses secos e 300 a 1500 mm de precipitação anual.

É uma espécie sensível à neve.

O Pinheiro manso adapta-se melhor a solos profundos, de textura franco-arenosa, e com o lençol freático pouco profundo. É sensível a texturas pesadas e à compactação do solo.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência mediterrânica, 2003)

Freixo (*Fraxinus angustifolia*)

Recomenda-se a sua utilização em zonas com precipitação superior a 800-900 mm, podendo ser ainda empregue em condições mais desfavoráveis, desde que se trate de solos bem abastecidos em água, caso das zonas ripícolas ou de solos profundos e frescos.

Nas regiões de maior influência mediterrânica a plantação de freixos só se deve efetuar nos terrenos ripícolas ou em solos muito profundos, bem drenados e bem fornecidos de água durante todo o ano.

Preferem as texturas francas e são sensíveis a elevados teores de argila e à compactidade.

Necessitam de solos férteis com pH próximo da neutralidade.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Carvalho alvarinho (*Quercus robur*):

Suporta temperaturas médias em Janeiro entre -16°C e 8°C e em Julho entre 14°C e 25°C. Necessita de verões quentes, suportando temperaturas negativas quando em repouso vegetativo.

Exigente quanto a humidade, necessita de, pelo menos, 600 mm de precipitação anual, com cerca de 200 mm no Verão.

Devido ao seu sistema radical forte e profundo é bastante resistente ao vento. Bastante sensível a geadas tardias, após se iniciar o crescimento primaveril.

Necessita de solos profundos, no mínimo com 60 cm. Adapta-se bem à maioria das texturas, suportando texturas pesadas.

Vegeta bem em solos derivados de granito, xisto ou arenito.

Muito exigente em nutrientes, prefere solos com pH entre 4,5-7,5.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Carvalho negral (*Quercus pyrenaica*)

A temperatura média anual na sua área de ocorrência natural em Portugal varia entre 5 e 16°C. Suporta bem o frio.

A precipitação média anual é superior a 500 mm, ultrapassando por vezes os 2000 mm.

Resistente aos ventos e à neve.

Vegeta em todo o tipo de solos, demonstrando preferência por solos siliciosos, puros ou com argila, graníticos, gneissicos e sílico-arenosos.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Amieiro (*Alnus glutinosa*)

É uma espécie ripícola, que vegeta ao longo dos cursos de água e lugares húmidos sendo muito resistente a inundações prolongadas.

Preferem zonas ribeirinhas, florestas húmidas, solos inundados, profundos, normalmente pobres em calcário, ricos em nutrientes e húmus.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Preconiza-se ainda o incremento da seguinte ocupação exclusivamente agrícola:

Parcelas com Pastagens e Sistemas culturais complexos.

A POSP pode ser consultada anexa a este relatório em formato shapefile e na Figura 2. A distribuição das áreas e representatividades das ocupações propostas podem ser consultadas na Tabela 2, conforme o detalhe descritivo da ocupação proposta.

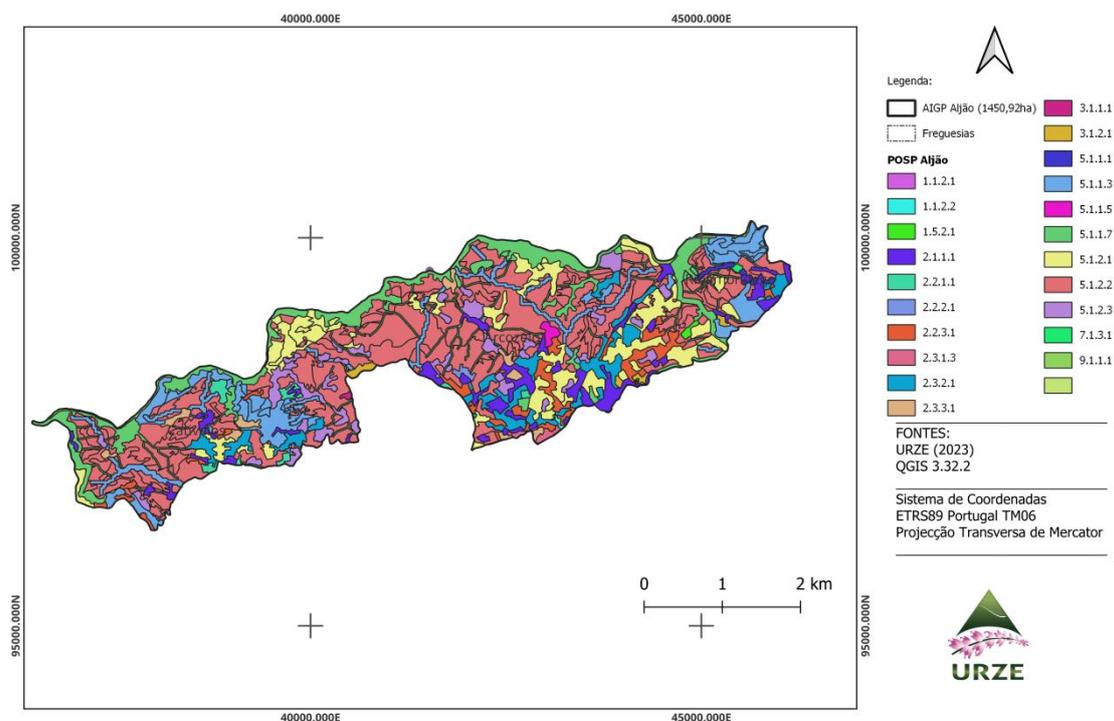


Figura 2 - POSP Aljão

Tabela 2 - Classes de Ocupação do Solo Propostas

POSPI	POSPc	Área (ha)
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,29
Tecido edificado descontínuo esparso	1.1.2.2	0,93
Aterros	1.5.2.1	1,96
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	79,52
Vinhas	2.2.1.1	13,46
Pomares	2.2.2.1	2,61
Olivais	2.2.3.1	51,87

Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	2.3.1.1	1,17
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,81
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	81,62
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	18,87
Pastagens melhoradas	3.1.1.1	0,93
Pastagens espontâneas	3.1.2.1	7,55
Florestas de sobreiro	5.1.1.1	5,08
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	166,94
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,21
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	177,43
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	161,38
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	587,53
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	76,41
Vegetação esparsa	7.1.3.1	1,14
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,16
Totais		

Estruturas de Paisagem

As estruturas de paisagem da AIGP Aljão são constituídas por estruturas ecológicas e estruturas de resiliência, distintas, mas ambas com objetivos de DFCI.

Estruturas de Resiliência

As estruturas de resiliência da AIGP Aljão são compostas por elementos estruturais de Defesa da Floresta Contra Incêndios, tais como as redes primária, secundária, terciária e de proteção aos pontos de água de Faixas de Gestão de Combustível (FGC) de e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível, entre outras faixas e áreas infraestruturais pertencentes aos sistemas de DFCl. A cartografia destas estruturas pode ser consultada, em anexo a este relatório em formato shapefile e na Figura 3.

A informação geográfica base foi a constante no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em vigor do Município de Gouveia tendo sido também atualizada com buffers de 50 metros em torno de edificações isoladas e buffers de 100 metros em torno de aglomerados populacionais e instalações recreativas de desporto (tendo por base a cartografia das áreas edificadas de 2018 da DGT).

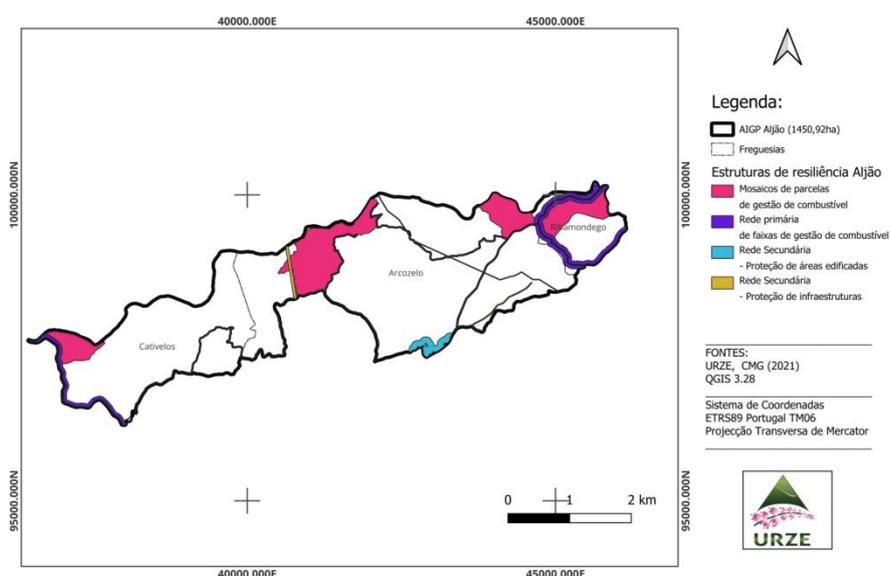


Figura 3 - Carta das Estruturas de Resiliência da AIGP Aljão.

Estruturas ecológicas

As estruturas ecológicas baseiam-se na morfologia do território da AIGP Aljão sendo constituídas por linhas de festo (sistema seco) e fundos de vale (sistema húmido). A cartografia destas estruturas pode ser consultada, em anexo a este relatório em formato shapefile, e na Figura 4.

Para o sistema seco foi considerado um buffer de 15 metros em torno das linhas de festo quaternárias (faixa de 30 m de largura), um buffer de 20 metros em festos terciários

(faixa de 40 metros de largura), e um buffer de 25 metros em torno de festos secundários (faixa de 50 metros).

Para o sistema húmido foi considerado um buffer de 35 metros para linhas de água permanentes de maior caudal e de 10 metros para linhas de água efémeras ou cujo caudal é muito reduzido de verão (faixas de 70 metros e 20 metros, respetivamente).

Os sistemas seco e húmido são estruturalmente diferentes uma vez que aos territórios abrangidos pelo sistema seco se adequam ocupações com natureza interruptora de combustíveis finos ao nível do solo.

Já aos territórios afetos a sistemas húmidos adequam-se ocupações que garantam uma alta humidade dos combustíveis, para além de ensombramento arbóreo que dificulte o aparecimento de arbustos com características esclerófilas associadas à rápida formação de combustíveis finos e mortos.

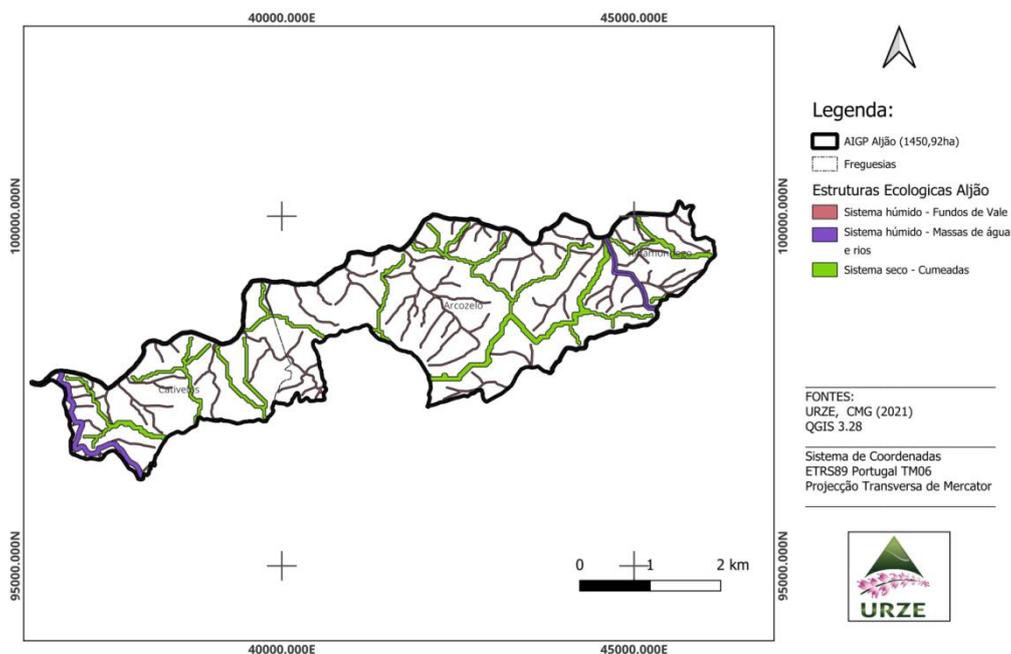


Figura 4 - Carta das Estruturas Ecológicas da AIGP Aljão.

c) Matriz de Transformação da Paisagem

Tabela 3 - Matriz de Transformação da Paisagem

POSA _n 4I	PO SAn 4c		UOSPI	U OS Pc	
Tecido edificado descontínuo	1.1. 2.1	0,2 9	Tecido edificado descontínuo	1. 1. 2. 1	0,2 9
Tecido edificado descontínuo esparso	1.1. 2.2	0,9 3	Tecido edificado descontínuo esparso	1. 1. 2. 2	0,9 3
Aterros	1.5. 2.1	1,9 6	Aterros	1. 5. 2. 1	1,9 6
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1. 1.1	79, 52	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2. 1. 1. 1	79, 52
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	2.1. 1.1	1,1 7	Vinhas	2. 2. 1. 1	13, 46
Vinhas	2.2. 1.1	13, 46	Pomares	2. 2. 2. 1	2,6 1
Pomares	2.2. 2.1	2,6 1	Olivais	2. 2. 3. 1	51, 87
Olivais	2.2. 3.1	51, 87	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas	2. 3. 1.	1,1 7

			associadas a vinha	1	
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3. 1.3	3,8 1	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2. 3. 1. 3	3,8 1
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3. 2.1	81, 63	Mosaicos culturais e parcelares complexos	2. 3. 2. 1	81, 62
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3. 3.1	18, 87	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2. 3. 3. 1	18, 87
Pastagens melhoradas	3.1. 1.1	0,9 3	Pastagens melhoradas	3. 1. 1. 1	0,9 3
Pastagens espontâneas	3.1. 2.1	7,5 6	Pastagens espontâneas	3. 1. 2. 1	7,5 5
Florestas de espécies invasoras	5.1. 1.3	3,3 4	Florestas de sobreiro	5. 1. 1. 1	5,0 8
Florestas de outros carvalhos	5.1. 1.3	10 7,5 8	Florestas de outros carvalhos	5. 1. 1. 3	16 6,9 4
Florestas de eucalipto	5.1. 1.5	4,2 1	Florestas de eucalipto	5. 1. 1. 5	4,2 1
Florestas de espécies	5.1.	70,			

invasoras	1.6	10			
				5.	17
Florestas de outras folhosas	5.1.	14	Florestas de outras folhosas	1.	7,4
	1.7	4,8		1.	3
		2		7	
Florestas de pinheiro bravo	5.1.	16	Florestas de pinheiro bravo	5.	16
	2.1	1,3		1.	1,3
		9		2.	8
Florestas de pinheiro manso	5.1.	15,			
	2.2	49			
Florestas de outras resinosas	5.1.	6,3	Florestas de outras resinosas	5.	76,
	2.3	2		1.	41
				2.	3
Matos	6.1.	66	Florestas de pinheiro manso	5.	58
	1.1	5,8		1.	7,5
		0		2.	3
				2	
Vegetação esparsa	7.1.	1,1	Vegetação esparsa	7.	
	3.1	4		1.	1,1
				3.	4
				1	
Cursos de água naturais	9.1.		Cursos de água naturais	9.	
	1.1	6		1.	6,1
				1.	6
				1	
		14			14
		50,			50,
		89			89

A.2 Fundamentação das soluções apresentadas na proposta

A2.1 Situação atual do território

a) Localização e enquadramento

A presente delimitação de criação da AIGP Aljão, insere-se na ZIF do Aljão-Mondego. Numa primeira fase, decidiu-se não propor uma constituição de AIGP com a dimensão da ZIF Aljão Mondego, devido à sua grande dimensão. A ZIF do Aljão Mondego (ZIF n.º 44, processo n.º 98/07-AFN) possuía 4287,69 ha. Foi criada pela Portaria n.º 1491/2008 de 19 de dezembro, publicada no Diário da República n.º 245/2009, Série I do dia 2008-12-19. Assim, a AIGP Aljão, abrange a parte Norte da ZIF de Aljão-Mondego, nas margens do Rio Mondego e por ser a área mais sensível, com maior expressão florestal e com maior premência de intervenção, abrange 1450,98 hectares.

Situa-se no distrito da Guarda, concelho de Gouveia. A AIGP Aljão, abrange 3 Freguesias (Arcozelo da Serra, Cativelos, Ribamondego) todas pertencentes à listagem das Freguesias vulneráveis constantes na Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro) (Figura 5). Na atualidade, a ZIF Aljão possui 110 aderentes detentores de 623 prédios rústicos, com uma área média de 0,76ha.

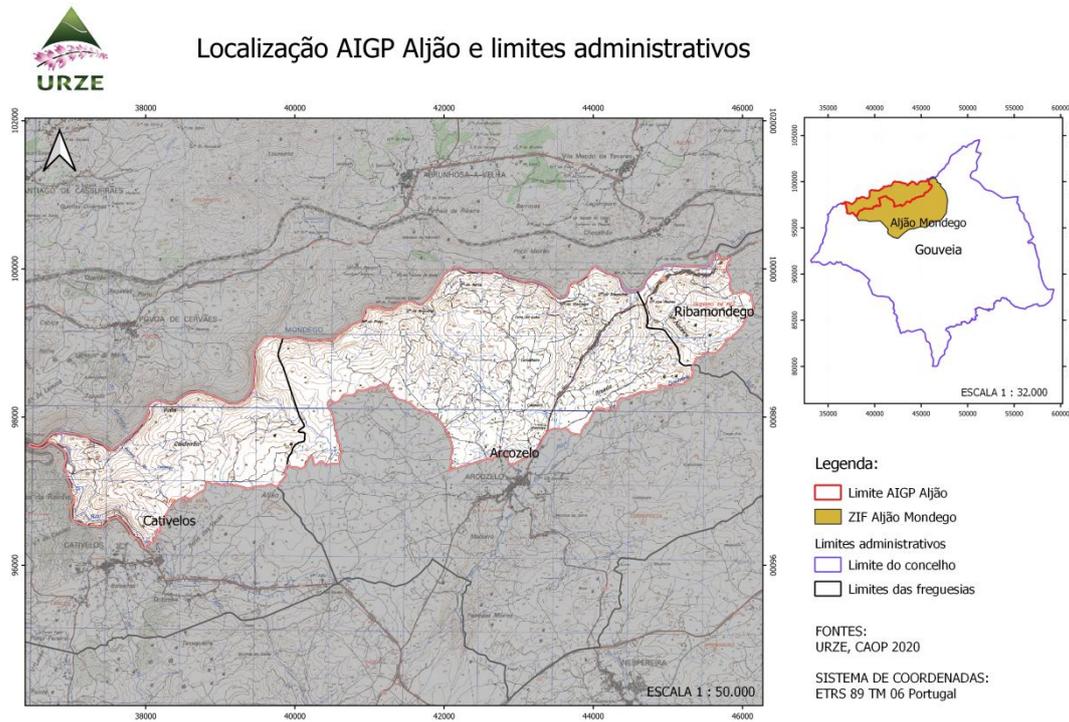


Figura 5 - Enquadramento da AIGP Aljão.

b) Características biofísicas e edafoclimáticas

Hipsometria:

Segundo o Modelo Digital do Terreno elaborado para a AIGP Aljão, as altitudes registadas variam de 240m, na Ponte Palhez, para os 435m de altitude, nas Lájeas, próximo do marco geodésico (Figura 6).

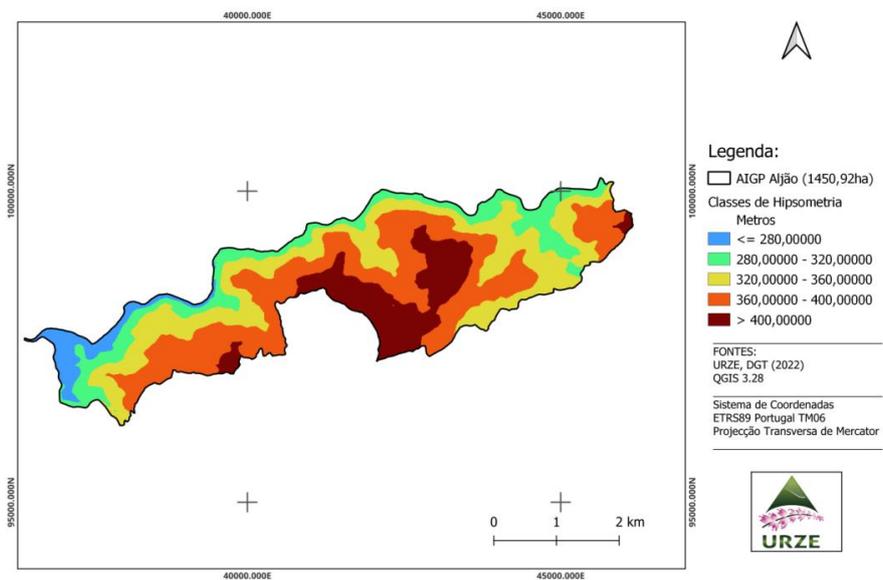


Figura 6 - MDT AIGP Aljão.

Declives:

A Figura 7 apresenta as cartas de declives da AIGP Aljão, podemos verificar que classe de declive mais representativa é classe dos 0-10%, pois ocupa sensivelmente 80% da área, seguida da classe dos 10-20%, que ocupa 10% da área total da AIGP e logo de seguida a classe dos 20-30% com também sensivelmente 5%. A classe mais declivosa (>35%) aparece essencialmente junto ao Rio Mondego.

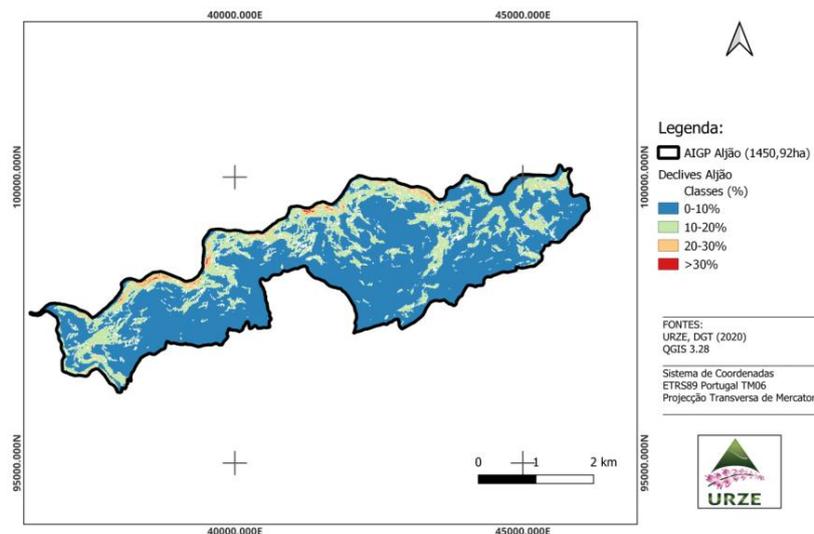


Figura 7 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de declives.

Solos:

O teor de água no solo responde rapidamente à variabilidade nas quantidades e distribuição da precipitação ou à adição de irrigação. As mudanças de temperatura afetam a água do solo influenciando a evapotranspiração, e o uso da água pelas plantas é ainda mais influenciado por concentrações elevadas de CO₂, levando a uma menor condutância estomática e aumento das taxas fotossintéticas das folhas (Kirschbaum et al., 1996). Os conteúdos de água no solo são altamente variáveis no espaço (Rounsevell et al., 1999), por isso é difícil generalizar sobre impactos climáticos específicos.

Espera-se que as mudanças climáticas modifiquem a estrutura do solo por meio de processos físicos de encolhimento-inchaço (causado por umedecimento e secagem) e congelamento-degelo, bem como por meio de mudanças no conteúdo de matéria orgânica do solo (MOS) (Carter e Stewart, 1996). A compactação dos solos resulta do momento inadequado das operações de lavoura durante os períodos em que o solo está muito úmido

para ser trabalhado. A trabalhabilidade do solo tem uma forte influência na distribuição e gestão das culturas arvenses nas zonas temperadas da Europa (Rounsevell, 1993; Rounsevell e Jones, 1993). Portanto, áreas húmidas com solos pesados podem se beneficiar da mudança climática (MacDonald et al., 1994; Rounsevell e Brignall, 1994). De maneira semelhante, os sistemas de pastagem podem sofrer caça furtiva por gado em pastejo (ou seja, danos causados por cascos de animais) (Harrod, 1979). Assim, condições de solo mais seco por períodos mais longos do ano afetariam a distribuição de pastagens agrícolas intensivas na Europa temperada (Rounsevell et al., 1996a) e podem resultar na intensificação das áreas de pastagem atualmente húmidas nas terras altas.

Solos com grandes teores de argila encolhem à medida que secam e incham quando ficam molhados novamente, formando grandes rachaduras e fissuras. Condições climáticas mais secas aumentarão a frequência e o tamanho da formação de rachaduras nos solos, especialmente nas regiões temperadas da Europa, que atualmente não atingem todo o seu potencial de encolhimento (Climate Change Impacts Review Group, 1991, 1996). (Figuras 8 e 9)

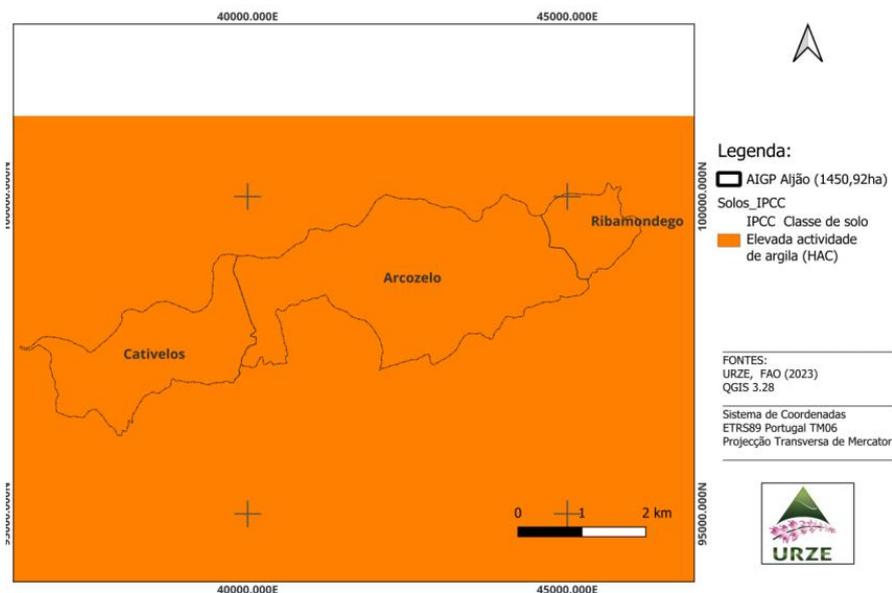


Figura 8 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de solos do IPCC.

Fonte: HWSO | GAEZ v4 Data Portal (fao.org)

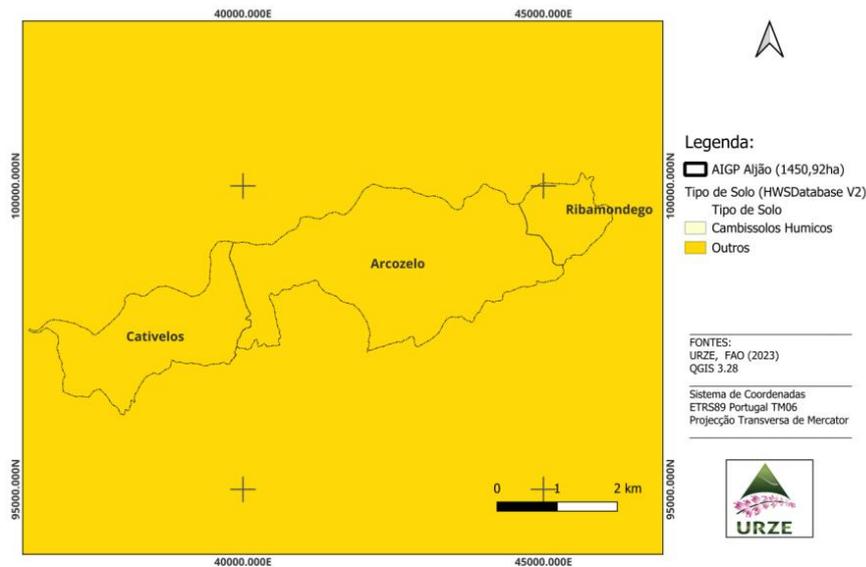


Figura 9 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as classes de solos do HWSD v2.0.

Fonte: HWSD | GAEZ v4 Data Portal (fao.org).

Os solos com elevada atividade em argila (HAC) são levemente a moderadamente intemperizados e dominados por minerais do tipo argila 2:1.

Assim, e segundo a terminologia WRB, incluem Leptosols, Vertisols, Kastanozems, Chernozems, Phaeozems, Luvisols, Alisols, Albeluvisols, Solonetz, Calcisols, Gypsisols, Umbrisols, Cambisols e Regosols (Batjes, N. 2010), Vide Figura 8.

A Harmonized World Soil Database versão 2.0 (HWSD v2.0) é um inventário de solo global exclusivo que fornece informações sobre as propriedades morfológicas, químicas e físicas dos solos com resolução de aproximadamente 1 km. Seu principal objetivo é servir de base para estudos prospectivos sobre zoneamento agroecológico, segurança alimentar e mudanças climáticas.

A textura do solo é grosseira, estando os obstáculos para o enraizamento entre os 60 a 80 cm de profundidade. A camada impermeável é maior que 150 cm.

A totalidade de todos os processos de entrada de água no solo, condição da água no solo e consumo de água no solo é chamada de regime hídrico. A quantificação de todos os tipos de entrada e descarga de água no solo em um determinado intervalo de tempo é chamada de balanço hídrico.

Na área da AIGP Aljão é do tipo xerico, típico de climas mediterrâneos.

Zona Climática:

A Zona Climática é definida com base na classificação do IPCC (IPCC, 2006). As zonas climáticas são definidas por um conjunto de regras baseadas em: temperatura diária média anual, precipitação anual total, evapotranspiração potencial total anual (PET) e elevação (Figura 10).

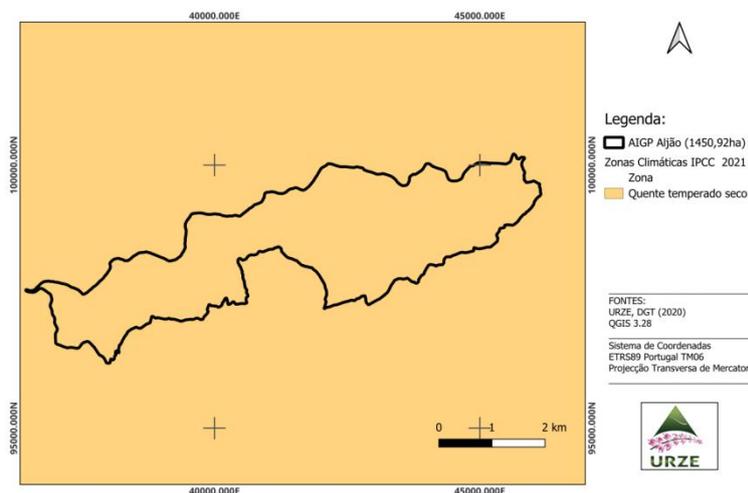


Figura 10 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as zonas climáticas do IPCC.

Fonte: IPCC Climate Zones (<https://forest.jrc.ec.europa.eu/en/activities/lulucf/ipcc-classifications/>).

A Zona Climática do Aljão é a de clima temperado seco. A região que recebe menos de 50 cm de precipitação anual e a temperatura externa média mensal permanece acima de (7°C) durante todo o ano.

Zonas Ecológicas Florestais FAO:

A Avaliação Global de Recursos Florestais (FRA) da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) apresenta dados florestais globais e regionais por zona ecológica global (GEZ): o conjunto de dados globais (2000). Devido aos desenvolvimentos em deteção remota e à compilação de muitos produtos espaciais relacionados ao clima e cobertura da terra entre 2000 e 2010, uma atualização do mapa foi encomendada e resultou no produto GEZ 2010 disponível (Figura 11).

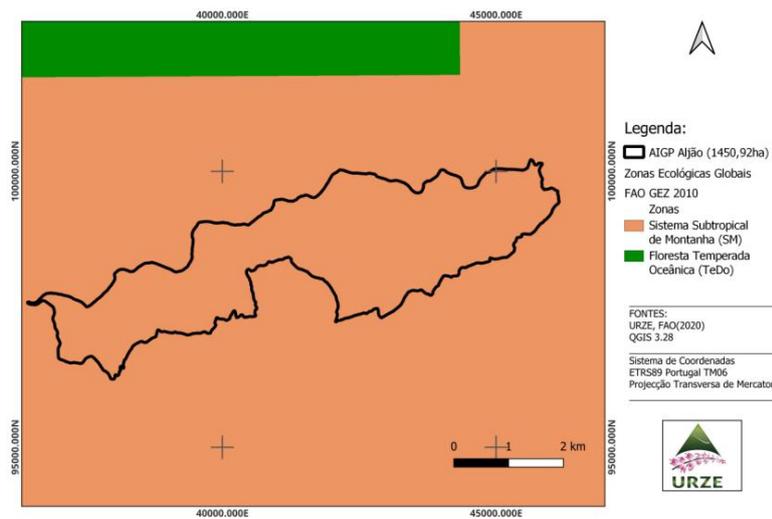


Figura 11 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as Zonas Ecológicas Florestais FAO.

Fonte: GEZ - (FAO geonetwork)

Uma Zona Ecológica (EZ) é definida como: “Uma zona ou área com vegetação natural ampla, mas relativamente homogênea de formações, semelhantes (não necessariamente idênticas) na fisionomia. As fronteiras das EZs coincidem aproximadamente com o mapa dos tipos climáticos de Köppen-Trewartha, que foi baseado na temperatura e precipitação. Uma exceção a esta definição são “sistemas montanhosos”, classificados como uma EZ separada em cada Domínio e caracterizada por uma alta variação tanto nas formações de vegetação quanto no clima condições causadas por grande altitude e variação topográfica” (Simons, 2001) (Figura 12).

EZ Level 1 – Domain		EZ Level 2 – Global Ecological Zone		
Name	Criteria (Equivalent to Köppen-Trewartha Climatic groups)	Name (reflecting dominant zonal ^a vegetation)	Code	Criteria (approximate equivalent of Köppen – Trewartha Climatic types, in combination with vegetation physiognomy and one orographic zone within each domain)
Tropical	All months without frost: in marine areas over 18°C	Tropical rain forest	TAr	Wet: 0 – 3 months dry ^b . When dry period, during winter
		Tropical moist deciduous forest	TAWa	Wet/dry: 3 – 5 months dry, during winter
		Tropical dry forest	TAWb	Dry/wet: 5 – 8 months dry, during winter
		Tropical shrubland	TBSh	Semi-Arid: Evaporation > Precipitation
		Tropical desert	TBWh	Arid: All months dry
		Tropical mountain systems	TM	Approximate > 1000 m altitude (local variations)
Subtropical	Eight months or more over 10°C	Subtropical humid forest	SCf	Humid: No dry season
		Subtropical dry forest	SCs	Seasonally Dry: Winter rains, dry summer
		Subtropical steppe	SBSH	Semi-Arid: Evaporation > Precipitation
		Subtropical desert	SBWh	Arid All months dry
		Subtropical mountain systems	SM	Approximate > 800-1000 m altitude
Temperate	Four to eight months over 10°C	Temperate oceanic forest	TeDo	Oceanic climate: coldest month over 0°C
		Temperate continental forest	TeDe	Continental climate: coldest month under 0°C
		Temperate steppe	TeBSk	Semi-Arid: Evaporation > Precipitation
		Temperate desert	TeBWk	Arid: All months dry
		Temperate mountain systems	TeM	Approximate > 800 m altitude
Boreal	Up to 3 months over 10°C	Boreal coniferous forest	Ba	Vegetation physiognomy: coniferous dense forest dominant
		Boreal tundra woodland	Bb	Vegetation physiognomy: woodland and sparse forest dominant
		Boreal mountain systems	BM	Approximate > 600 m altitude
Polar	All months below 10°C	Polar	P	Same as domain level

^a Zonal vegetation: resulting from the variation in environmental, i.e. climatic, conditions in a north south direction.

^b A dry month is defined as the month in which the total of precipitation P expressed in millimeters is equal to or less than twice the mean Temperature in degrees Centigrade.

Figura 12 - Descrição das características das diferentes Zonas Ecológicas Florestais FAO.

Fonte: A Global Ecological Zoning framework for 2000 (from Simmons (2001))

Da interpretação do mapa e da figura podemos verificar que a AIGP do Aljão se encontra numa zona subtropical de montanha (SM).

Carbono Orgânico do Solo Global – GSOC:

O GSOCmap é o primeiro mapa global relativo ao carbono orgânico do solo já produzido por meio de um processo consultivo e participativo envolvendo os países membros, o que torna este mapa totalmente novo e único. Na verdade, o mapa foi elaborado pelos países membros, sob a orientação do Painel Técnico Intergovernamental sobre Solos e do Secretariado de Parceria Global do Solo.

Juntamente com a atmosfera, a terra, a água e o coberto vegetal, o solo é um bloco de construção fundamental dos ecossistemas terrestres e desempenha um papel essencial nos ciclos biogeoquímicos globais. O solo desempenha pois inúmeras funções e fornece como

serviço de ecossistema: armazenamento, filtragem e transformação de substâncias como água, azoto e carbono, que são de importância crucial para a existência da vida na Terra. Estes serviços sofrem quando os sistemas naturais são convertidos em sistemas agroflorestais, pastagens, cultivo de plantio direto, cultivo convencional e sistemas industriais de uso da terra.

Os serviços de ecossistema relacionados ao carbono incluem a biomassa e o sequestro de carbono no solo. Uma propriedade chave dos solos é a matéria orgânica do solo (MOS).

A quantidade de matéria orgânica no solo depende de vários fatores, incluindo as taxas de entrada e decomposição de constituintes orgânicos (por exemplo, biota do solo, exsudatos de raízes, tecidos vegetais e animais, resíduos animais) e clima.

A MOS afeta inúmeras propriedades físicas, químicas e biológicas dos solos, incluindo a retenção de água e nutrientes (e, portanto, afeta diretamente os processos biológicos, como produção de biomassa vegetal e fotossíntese), melhora a estrutura do solo e reduz a erosão (o que pode levar a uma melhor qualidade do solo e das águas superficiais).

Uma proporção importante de MOS é carbono, que é denominado carbono orgânico do solo (SOC).

Globalmente, os stocks de SOC contêm o dobro da quantidade de carbono presente na atmosfera e três vezes o presente na vegetação terrestre. Conforme mostrado no mapa, os stocks de SOC variam entre biomas e ecorregiões devido a diferenças de clima, tipo de solo, fisiografia, vegetação e uso da terra. O carbono total contido nos ecossistemas terrestres do globo é estimado em cerca de 3.170 Gt (1 Gt = 1 bilhão de toneladas métricas), dos quais cerca de 80% são encontrados nos solos como carbono orgânico (SOC = 1.550 GT) ou inorgânico (950 GT), que é principalmente carbono elementar e materiais de carbonato que não desempenham um papel nos fluxos de carbono da atmosfera do solo).

Como o SOC é uma parte fundamental do ciclo biogeoquímico global, distúrbios ou processos de degradação que levam a perdas de carbono têm grandes implicações. Por exemplo, a conversão de ecossistemas naturais em sistemas agrícolas inicialmente esgota o SOC, o que pode ter um impacto negativo na produtividade e contribuir para as mudanças climáticas. O fluxo anual de dióxido de carbono (CO₂) entre o solo e a atmosfera é estimado em sete vezes o derivado da queima de combustíveis fósseis.

Estima-se que as emissões de mudanças no uso da terra representem até 20% do CO₂ atmosférico por meio da perda de biomassa e SOM. Sabe-se que a amplitude sazonal do CO₂ atmosférico no hemisfério norte se deve a uma maior absorção de carbono por sistemas agrícolas de alta produtividade durante o verão e sua maior libertação de CO₂ durante o inverno em comparação com os ecossistemas naturais. Há evidências crescentes de um ciclo

terra-clima de feedback positivo, onde o aumento do aquecimento climático acelera a quebra do SOC, com a libertação subsequente de CO₂ e metano servindo como um feedback que pode acelerar as mudanças climáticas.

Por meio da conservação adaptativa e da agricultura de restauração e práticas de manejo da terra, o sequestro de carbono orgânico no solo pode ser aumentado. O sequestro de carbono do solo é maior em climas mais frios ou húmidos e solos argilosos. Portanto, mudanças nas práticas de cultivo e cultivo podem aumentar o armazenamento de carbono orgânico do solo em taxas diferentes, como foi observado em condições tropicais húmidas (maiores) e secas temperadas (menores). Além disso, descobriu-se que os sistemas de cultivo de alto insumo são menos restritivos no armazenamento de SOC em climas húmidos em comparação com climas secos.

O abandono de terras cultivadas pode aumentar o sequestro de carbono, mas pode causar outros problemas relacionados à erosão ou espécies invasoras. Em áreas tropicais, pode levar décadas ou séculos para recuperar o carbono perdido pelo desmatamento.

Cobrindo cerca de 41% da área terrestre global, os ecossistemas de terras secas desempenham um papel importante na variabilidade interanual dos sumidouros globais de carbono, no entanto, estes são fortemente controlados pelas variações de temperatura e precipitação. A perda antropogénica de carbono do solo relacionada ao uso da terra no passado criou uma capacidade de sumidouro que agora poderia ser preenchida pelo sequestro de carbono por meio da restauração e práticas adaptativas de manejo da terra. Estes incluem sistemas de cultivo perene, aumento dos períodos de pousio, controle da erosão, baixas taxas de lotação com pastagem controlada e lavoura de conservação (FAO & ITPS, 2018).

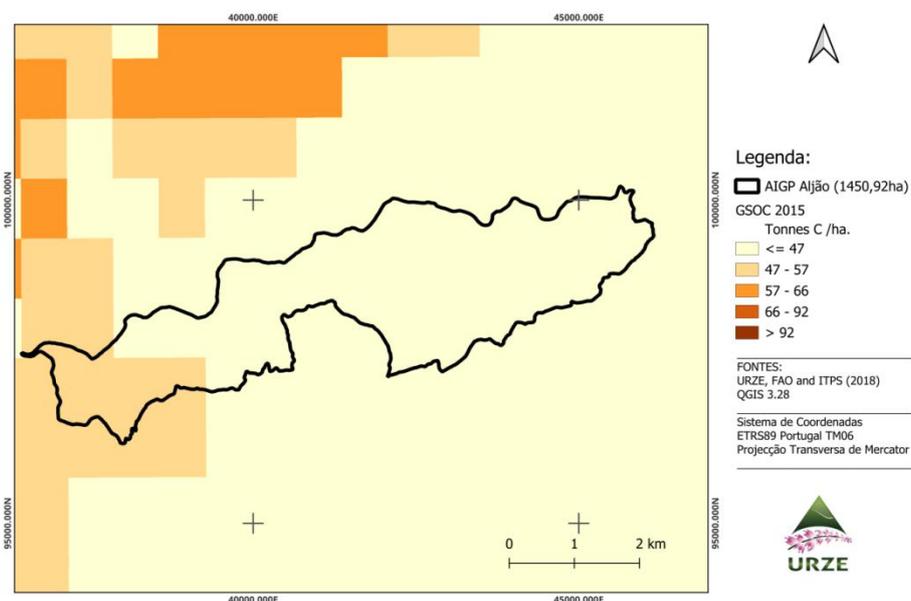


Figura 13 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as Zonas Ecológicas Florestais FAO. Fonte: Global Soil Organic Carbon Map.

Zonas Agroecológicas Globais (GAEZ):

As Zonas Agroecológicas Globais (GAEZ) são um sistema desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para classificar a terra em diferentes zonas agroecológicas com base nas suas características físicas: clima, tipo de solo e topografia. Este sistema é projetado para ajudar a identificar áreas com condições agroecológicas semelhantes e fornecer informações sobre o potencial para diferentes tipos de produção agrícola nessas áreas.

O GAEZ v4 divide a superfície terrestre do mundo em 22 zonas agroecológicas, com base na temperatura, precipitação, solo e relevo. Essas zonas são divididas em subzonas e unidades terrestres. As classes no sistema GAEZ representam diferentes combinações de fatores ambientais que afetam o crescimento das culturas e o uso da terra.

Cada classe é dividida em subzonas e unidades de terra com base em características específicas, como temperatura, tipo de solo e topografia. Este sistema pode ser usado para determinar as culturas e práticas agrícolas mais adequadas para uma determinada área com base em sua classificação de zona agroecológica.

Este conjunto de dados contém tanto a classificação AEZ atual baseada no clima histórico quanto a projeção para 2050 baseada em diferentes cenários (Fischer, G. et al. 2020).

Na figura seguinte pode ver-se que em termos de zona agroecológica, usando o modelo climático CM3 da GFDL, com um cenário RCP 2.6, para o período de 2011 -2040, a área do Aljão tem um clima Cwa -Clima temperado/mesotérmico, inverno seco e quente (Figura 14).

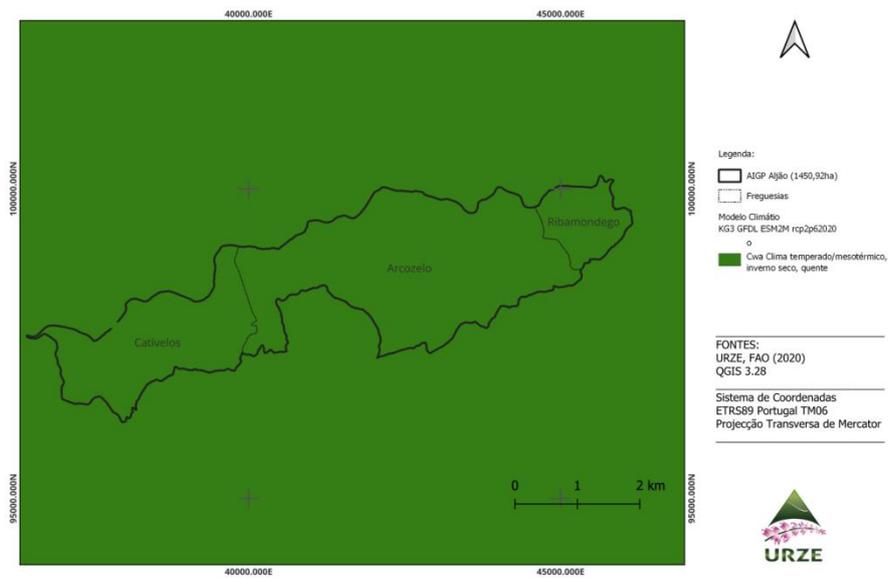


Figura 14 - Enquadramento da AIGP Aljão segundo as zonas Zonas Ecológicas Globais. Fonte: FAO (2022).

Para a caracterização climatológica recorreu-se ao serviço Copernicus Climate Change Service (C3S), pois este combina as observações do sistema climático com a ciência mais recente para desenvolver informações confiáveis e de qualidade garantida sobre os estados passado, atual e futuro do clima na Europa e no mundo. Neste serviço, foi registado como zona de interesse (AOI) os limites da AIGP Aljão.

O estudo do clima assume grande importância, pois determina as características do coberto vegetal, influenciando o desenvolvimento das espécies existentes ou a instalar (Muñoz Sabater, J., 2019).

No que às temperaturas diz respeito, o registo das temperaturas máximas em média no período entre 1971 e 2018 pode ser observado na Figura 15:

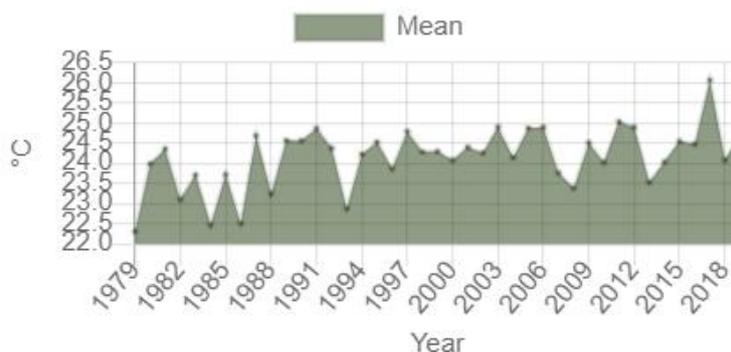


Figura 15 - Temperatura máxima (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.

A conclusão é que as temperaturas máximas, em média, têm vindo a aumentar na área geográfica onde a AIGP se situa. Assim, face aos registos mais recentes (2019) a média da máxima foi de 26,3°C.

No que diz respeito às Temperaturas Mínimas, para o período de 1979 a 2018, verifica-se o seguinte (Figura 16):

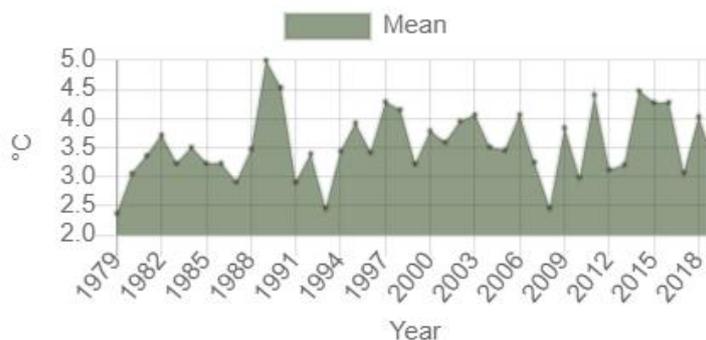


Figura 16 - Temperatura mínima (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates. Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates

As temperaturas mínimas, em média, têm vindo a aumentar na área geográfica onde a AIGP se situa. Assim, face aos registos mais recentes (2018) a média da mínima foi de 3,4°C. Já no que diz respeito às temperaturas médias entre 1979-2019, estas podem ser interpretadas na figura seguinte (Figura 17):

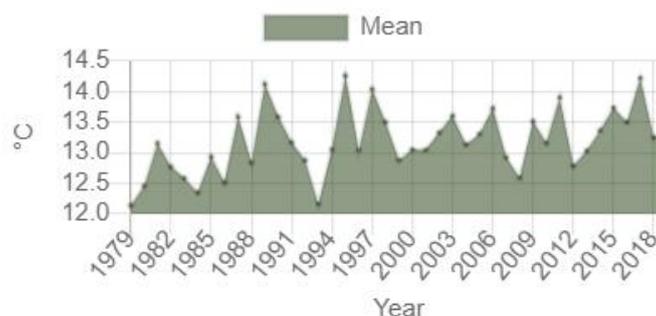


Figura 17 - Temperatura média (médias). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates

A conclusão é que as temperaturas média, em média, têm vindo a aumentar na área geográfica onde a AIGP se situa. Assim, face aos registos mais recentes (2019) a média da mínima foi de 13,4°C, e foi durante os anos de registo, sempre superior a 12°C.

No que à precipitação diz respeito, a análise da Figura 18 permite afirmar que a precipitação tem vindo a diminuir, em média, registando-se, contudo, anomalias, observadas na figura seguinte (Figura 19).

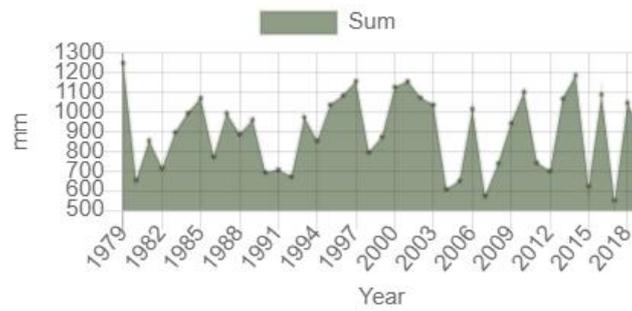


Figura 18 – Precipitação média.(1979-2019). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates

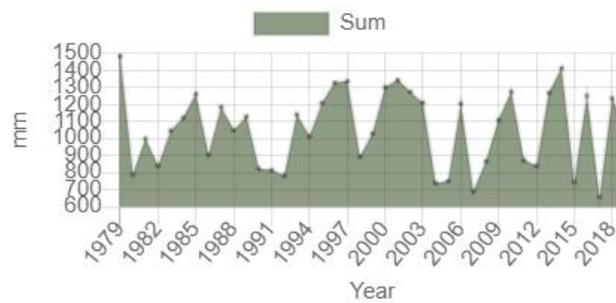


Figura 19 - Precipitação Anomalias (1979-2019). Fonte: ECMWF - ERA5 Monthly aggregates.

As Anomalias da Precipitação são calculadas construindo uma imagem com a média dos valores de Precipitação Anual para a região de interesse para todo o período (1979-2019) e comparando-a com o valor médio de Precipitação Anual (por pixel) do ano 2014-2019. O mapa de anomalias mostra o desvio percentual (por pixel) entre 2014-2019 (Figura 20).

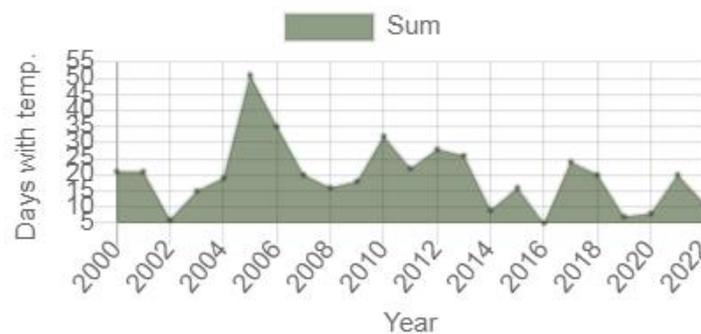


Figura 20 - Dias com Temp. < Limite de 0° - Dias de geada (temperatura diária mínima do ECMWF).Fonte: ECMWF ERA5 Land Hourly

Hidrografia:

A AIGP Aljão apresenta numerosas linhas de água com um comprimento total de 61,506km. Encontramos na AIGP 3 linhas de água permanentes: o Rio Mondego com uma extensão de 5,640,81km, a Ribeira de Gouveia (3,52km) e o Rio Torto (2,70km) dentro da AIGP (F), pertencentes à bacia hidrográfica do Rio Mondego (Figura 21).

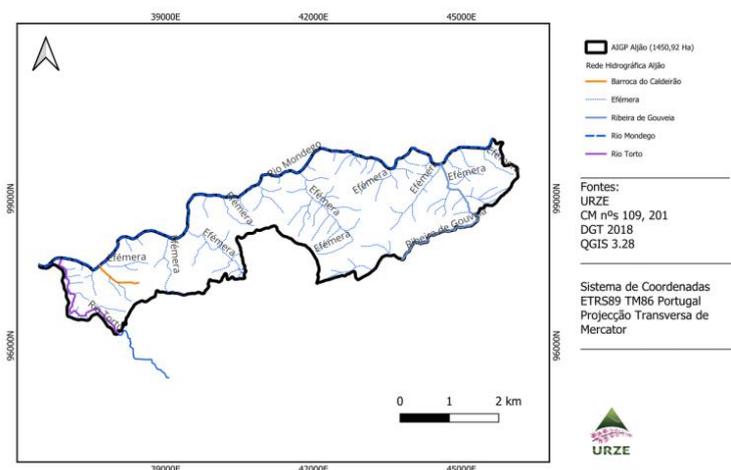


Figura 21 - Carta da Rede Hidrográfica. Fonte: CMG(2022).

Exposições:

Considerando a distribuição das vertentes segundo a sua exposição Figura 22, a mais representativa é a exposição Norte, com sensivelmente 29% do território da AIGP Aljão. A exposição Plano surge logo de seguida com uma representatividade de aproximadamente 23%, como se verifica pela análise da Tabela 3.

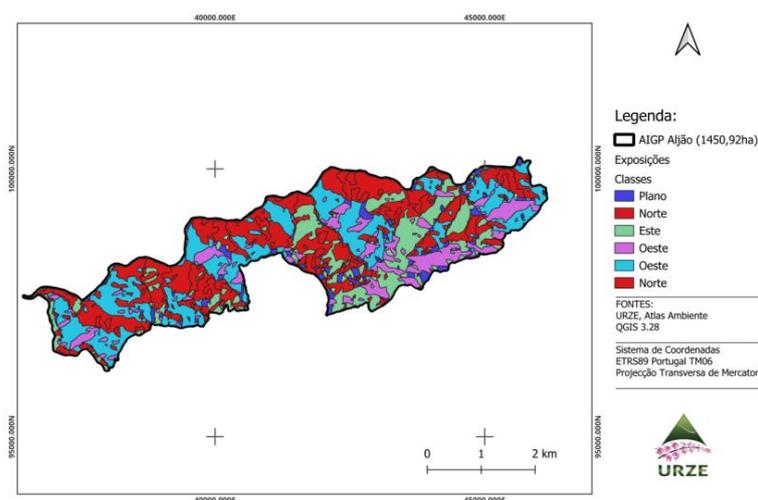


Figura 22 - Carta de Exposição de Vertentes da AIGP Aljão

Importa referir ainda, que a importância da exposição nos povoamentos tem uma grande influência no sucesso de arborizações no geral e de folhosas em particular. Regra geral nas encostas com vertentes viradas para Norte aumenta o êxito das arborizações, algo que leva a supor que a orografia do território e as condições edafoclimáticas sejam os factos (neste caso) mais associados aos incêndios na AIGP.

c) Ocupação do solo

Será feita agora uma análise temporal, da dinâmica entre da paisagem a nível dos produtos (COS):

Tabela 4 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS95 (nível 4 da nomenclatura da COS).

COS95n4L	COS95n4C	Area(ha)
Territórios artificializados	1.0.0.0	0,27
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	70,17
Vinhas	2.2.1.1	18,69
Pomares	2.2.2.1	1,17
Olivais	2.2.3.1	50,75
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	91,10

Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	28,70
Pastagens	3.0.0.0	1,38
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	95,14
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	5,47
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	236,88
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	113,95
Matos	6.1.1.1	731,05
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,16
		1.450,92

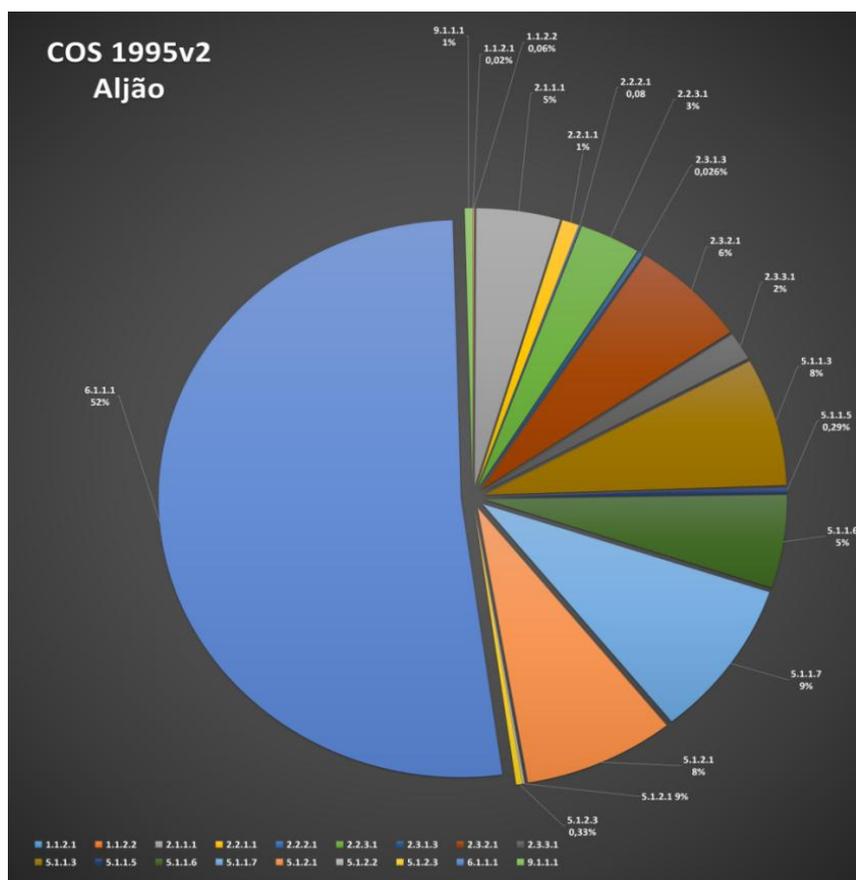


Gráfico 1 - Distribuição das áreas e representatividade em área e percentagem das ocupações da COS95 (nível 4 da nomenclatura da COS).

A ocupação da área da AIGP em 1995 em termos de Megaclassas, era maioritariamente por Matos com 731,05 ha. A Floresta era a segunda maior ocupação com 451,44 ha. A megaclassa da Agricultura era a terceira com 260,67 ha.

Em classes da COS, a ocupação maioritária era de Matos - 6.1.1.1, com 50%, seguida pela classe 5.1.1.7-Florestas de outras folhosas, com 16%.

Tabela 5 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS1997 (nível 4 da nomenclatura da COS)

COS07n4l	COS07n4c	Área (ha)
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,29
Tecido edificado descontínuo esperso	1.1.2.2	0,93
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	63,80
Vinhas	2.2.1.1	13,29
Pomares	2.2.2.1	1,17
Olivais	2.2.3.1	46,25
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,81
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	89,07
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	21,97
Pastagens espontâneas	3.1.2.1	1,39
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	107,58
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,27
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.6	78,05
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	165,04
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	118,12
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	1,78
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	2,19
Matos	6.1.1.1	725,77

Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,16
		1.450,92

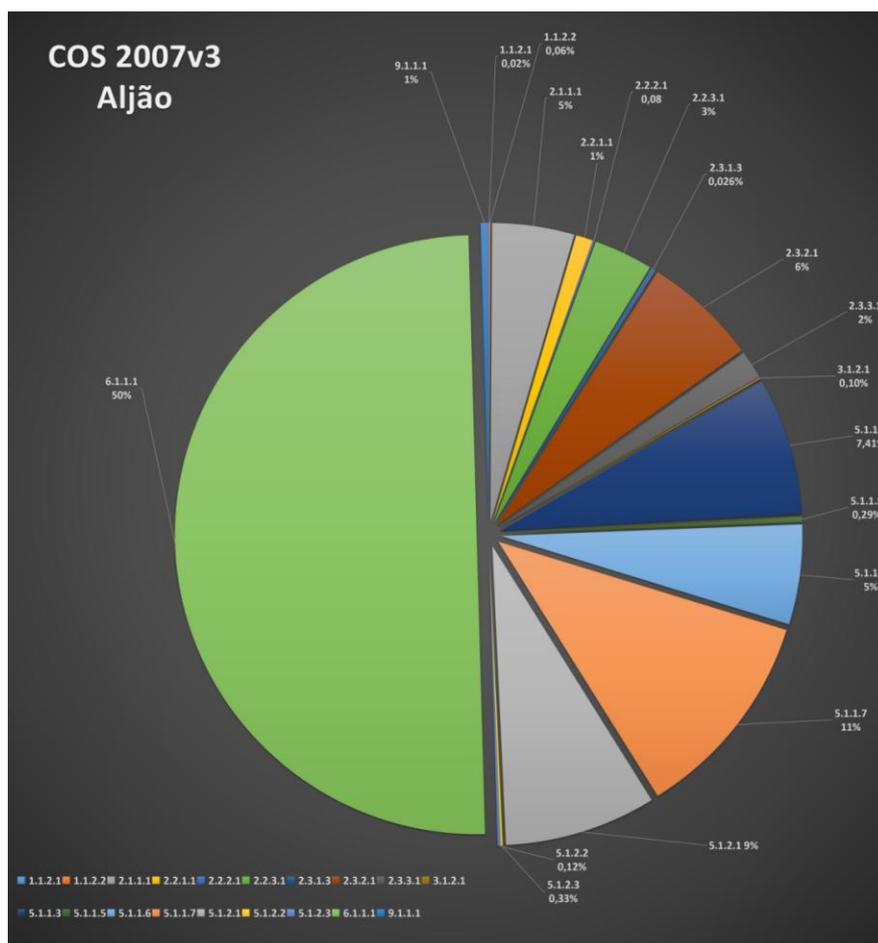


Gráfico 2 - Distribuição das áreas e representatividade em área e percentagem das ocupações da COS1997 (nível 4 da nomenclatura da COS).

Da análise da Tabela 5 e do Gráfico 2 pode constatar-se que a classe 6.1.1.1 -Matos, representava 50% da ocupação da área da AIGP com 725,77 ha. Seguindo-se as Florestas de outras folhosas (5.1.1.7) com 165,04ha, o que equivale a 11%. Os Olivais com 46,25 ha eram a ocupação agrícola com maior percentagem (3%), secundado pelos Mosaicos culturais e parcelares complexos 2.3.2.1 com 89,07ha (6%).

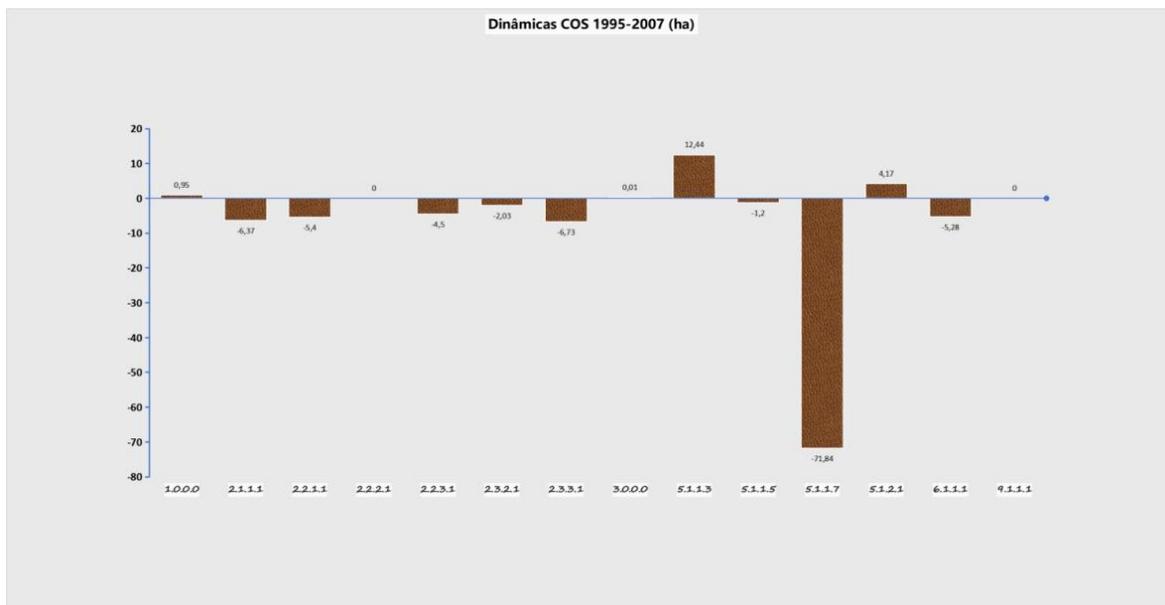


Gráfico 3 - Dinâmicas da COS entre 1995 e 2007.

Neste gráfico pode-se observar os ganhos e as perdas das diferentes classes para o período de 1995-2007.

As transformações mais notórias foram o ganho significativo na classe de Florestas de outros carvalhos (5.1.2.1) com 4,7 ha. A nível de perdas a classe 5.1.1.7-Florestas de outras folhosas foi a com maior diminuição: 71,84ha. Foi um período temporal em que se verificaram perdas em várias classes: 2.1.1.1 - Culturas temporárias de sequeiro e regadio com menos 4,37ha, 2.2.1.1 Vinhas com menos 5,4 ha, 2.2.3.1 – Olivais com menos 4,5ha, Florestas de outras resinosas - 5.1.2.3 - com menos 2,59ha e inclusive Matos (6.1.1.1) com menos 5, 28ha.

Tabela 6 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2010 (nível 4 da nomenclatura da COS)

COS10n4L	COS10n4C	Area (ha)
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,292
Tecido edificado descontínuo esparso	1.1.2.2	0,930
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	65,205
Vinhas	2.2.1.1	13,289
Pomares	2.2.2.1	1,166
Olivais	2.2.3.1	47,282

Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,811
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	91,774
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	23,352
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	107,579
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,266
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.6	78,054
	5.1.1.7	132,503
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	117,518
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	1,784
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	4,781
Matos	6.1.1.1	751,174
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,163
		1.450,92

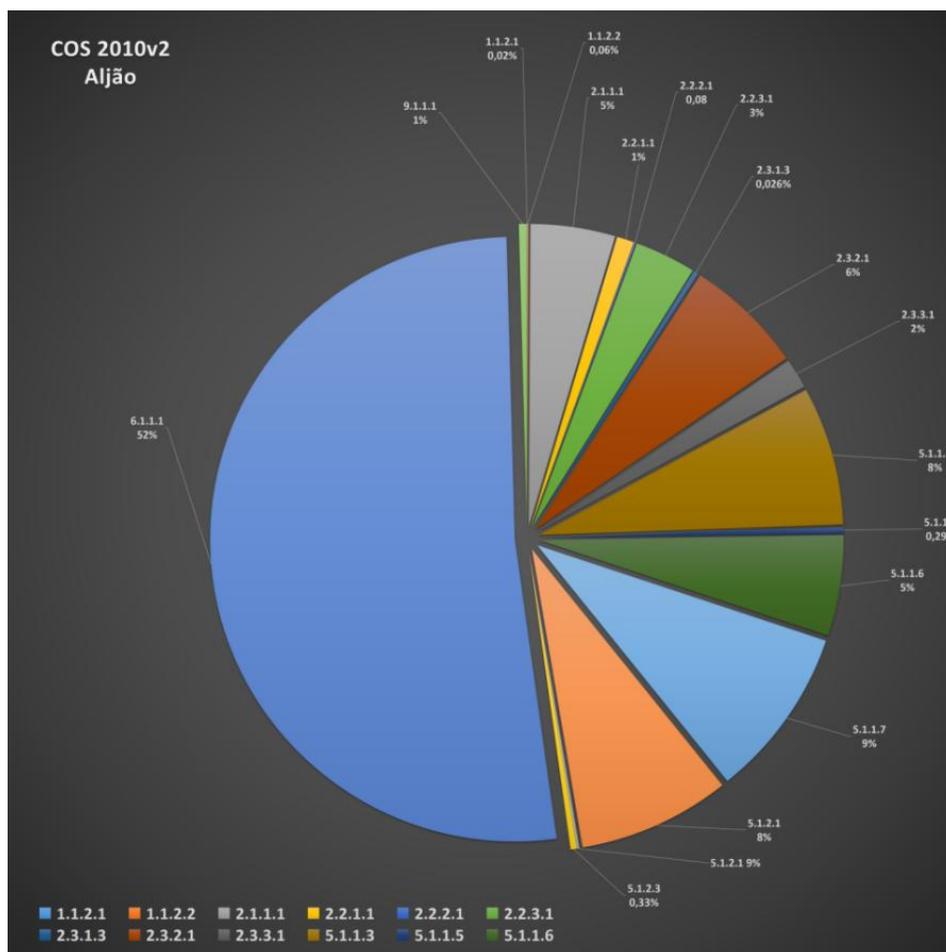


Gráfico 4 - Distribuição das áreas e representatividade em área e percentagem das ocupações da COS2010 (nível 4 da nomenclatura da COS).

Da análise do Gráfico 4 e da Tabela 6 observa-se que os Matos (6.1.1.1) são a classe com maior representatividade (52%) equivalendo a 751,174 ha. Em termos de ocupação agrícola, a maior é de Mosaicos culturais e parcelares complexos 2.3.2.1- com 91,77ha. A menor ocupação florestal é de Florestas de pinheiro manso 5.1.2.2 com 1,784 e, em termos agrícolas, os Pomares 2.2.2.1, ocupam somente 1.16ha.

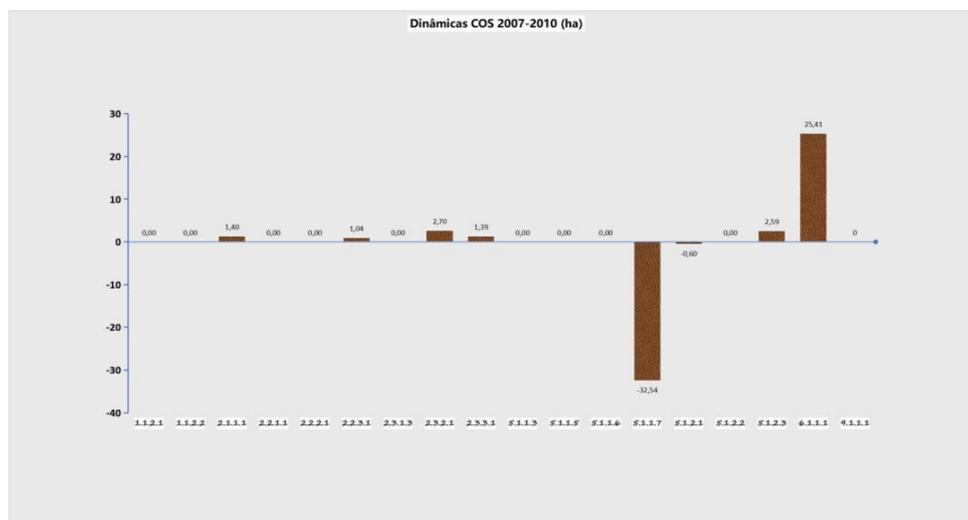


Gráfico 5 - Dinâmicas da COS entre 2007 e 2010

Neste gráfico pode-se observar os ganhos e as perdas das diferentes classes para o período de 2007-2010.

As transformações mais notórias foram o ganho significativo na classe de Matos (6.1.1.1) com 25,41 ha, secundado pela classe 2.3.2.1 - Mosaicos culturais e parcelares complexos com aumento de 2,7 ha e Florestas de outras folhosas - 5.1.2.3 - com 2,59ha. A maior perda verificou-se a nível das Florestas de outras folhosas 5.1.1.7 com 32,54 ha.

Tabela 7 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2015 (nível 4 da nomenclatura da COS).

COS15n4_L	COS15n4_C	
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,29
Tecido edificado descontínuo esparsos	1.1.2.2	0,93
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	71,25
Vinhas	2.2.1.1	12,41
Pomares	2.2.2.1	2,61
Olivais	2.2.3.1	47,78
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,81
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	92,41
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	21,51

Pastagens melhoradas	3.1.1.1	0,93
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	108,21
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,27
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.6	78,13
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	132,50
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	131,64
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	1,78
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	4,78
Matos	6.1.1.1	729,39
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,16
		1450,92

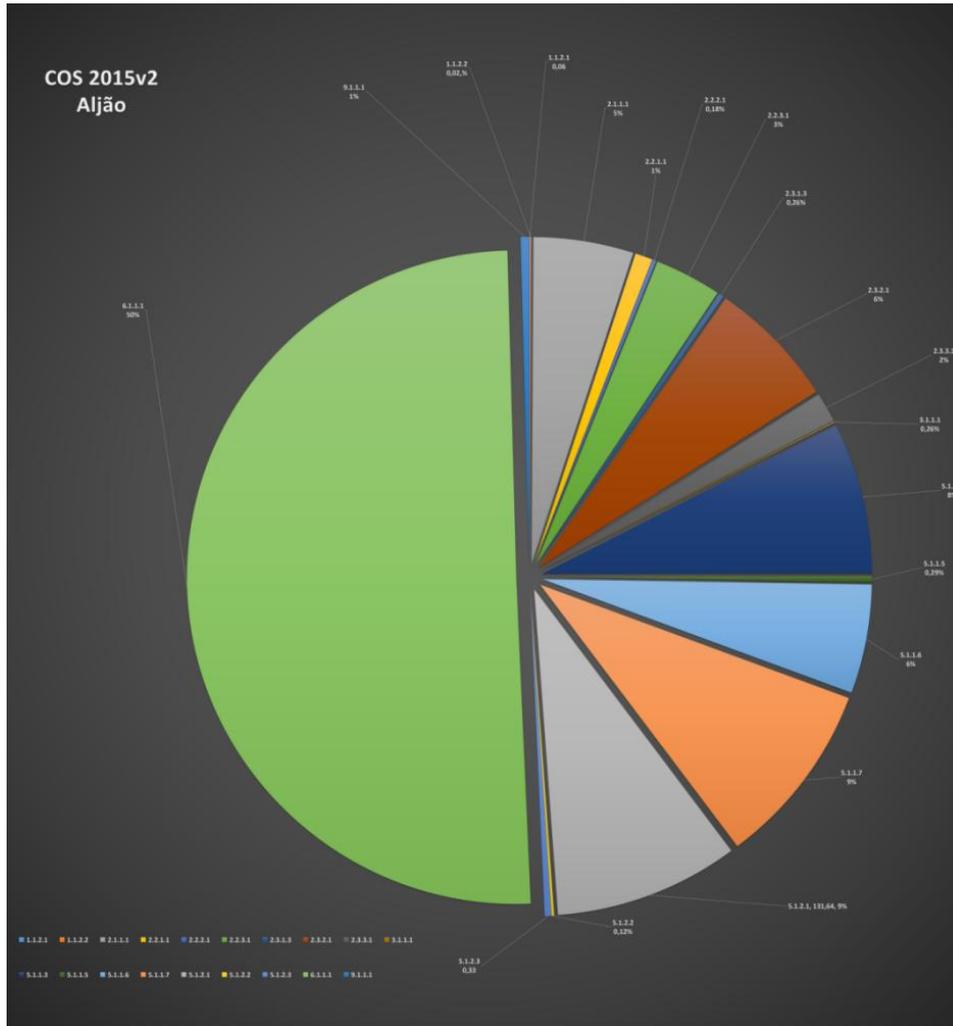


Gráfico 6 - Distribuição das áreas e representatividade em área e percentagem das ocupações da COS2015 (nível 4 da nomenclatura da COS).

Da análise do Gráfico 6 e da Tabela 7 observa-se que os Matos (6.1.1.1) são a classe com maior representatividade (50%) equivalendo a 729,39ha. Em seguida e em termos florestais estavam as Florestas de pinheiro-bravo 5.1.2.1- 131,64 ha correspondendo a 9%. Em termos de ocupação agrícola, a maior é de Mosaicos culturais e parcelares complexos 2.3.2.1, com 92,41ha. Em seguida, a ocupação era de Olivais 2.2.3.1 com 47,78ha.

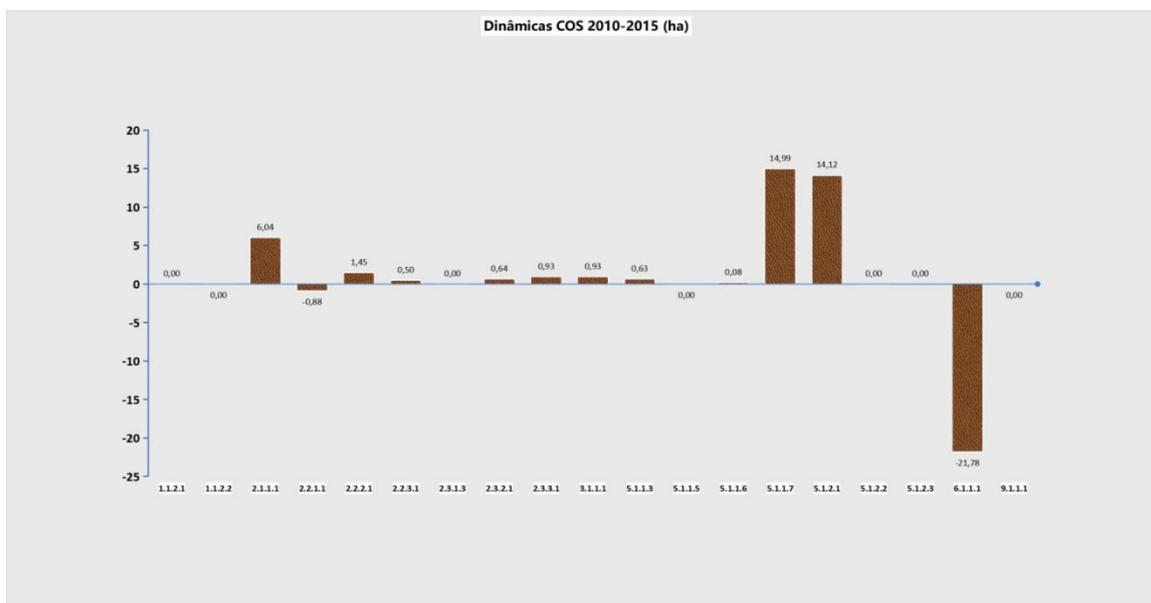


Gráfico 7 - Dinâmicas da COS entre 2010 e 2015

Neste gráfico pode-se observar os ganhos e as perdas das diferentes classes para o período de 2010-2015.

As transformações mais notórias foram a perda significativo na classe de Matos (6.1.1.1) com -21,78 ha, sendo que a nível de ganhos estes verificam-se 14,99 ha para os 5.1.1.7 - Florestas de espécies invasoras e 14,12 ha para a classe 5.1.2.1- Florestas de outras folhosas.

Em termos agrícolas verificaram-se ganhos em várias classes, nomeadamente 2.1.1.1- Culturas temporárias de sequeiro e regadio com 6,04ha de ganhos e 2.2.2.1- Vinhas, com 1,45ha.

Tabela 8 - Distribuição das áreas e representatividade das ocupações da COS2018 (nível 4 da nomenclatura da COS).

COS18n4l	COS18n4c	
Tecido edificado descontínuo	1.1.2.1	0,29
Tecido edificado descontínuo esparsos	1.1.2.2	0,93
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	72,54
Vinhas	2.2.1.1	13,40
Pomares	2.2.2.1	2,61

Olivais	2.2.3.1	49,53
Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	2.3.1.3	3,81
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	92,41
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	21,51
Pastagens melhoradas	3.1.1.1	0,93
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	108,21
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4,27
Florestas de espécies invasoras	5.1.1.6	78,13
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	132,50
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	131,64
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	1,78
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	4,78
Matos	6.1.1.1	725,36
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6,16
		1450,83

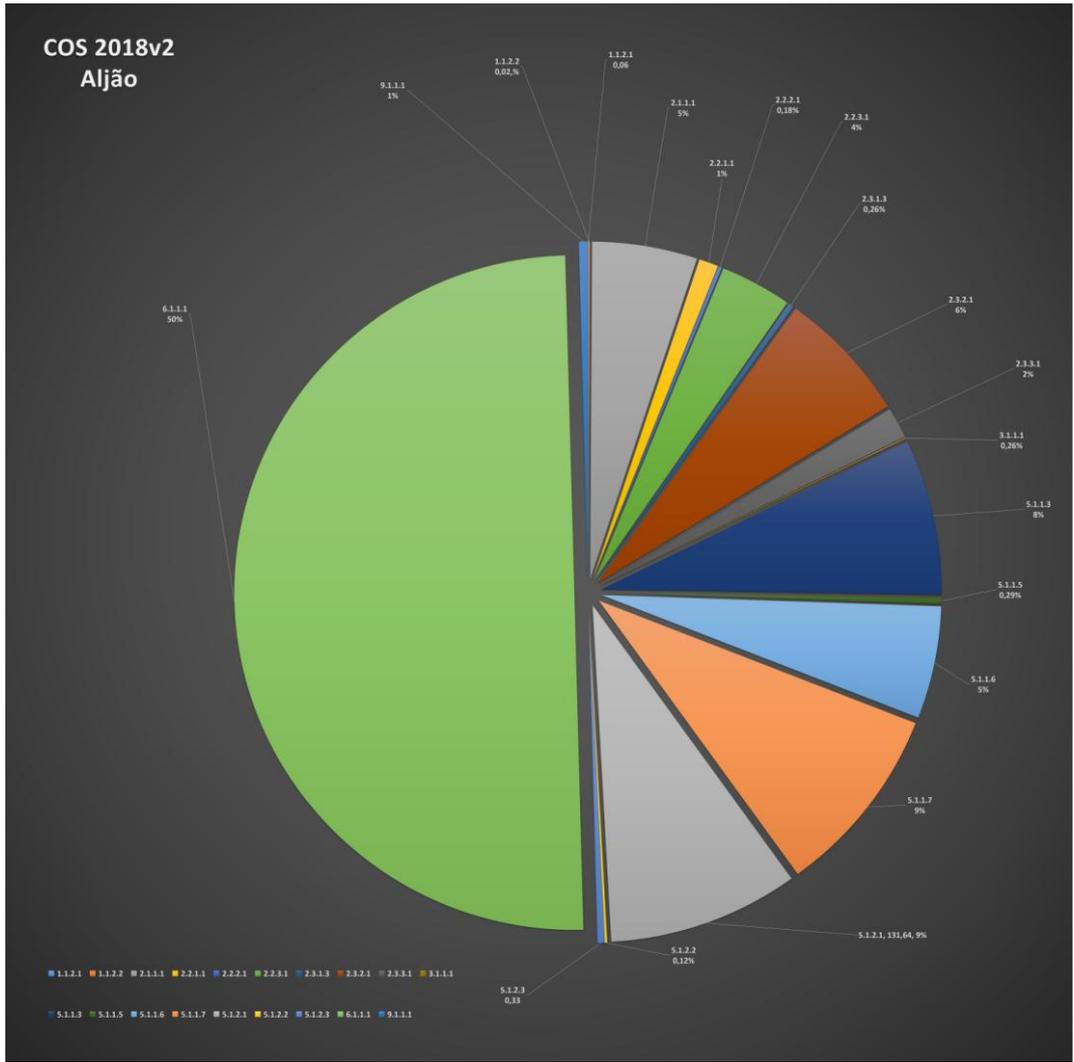


Gráfico 8 - Distribuição das áreas e representatividade em área e percentagem das ocupações da COS2018 (nível 4 da nomenclatura da COS).

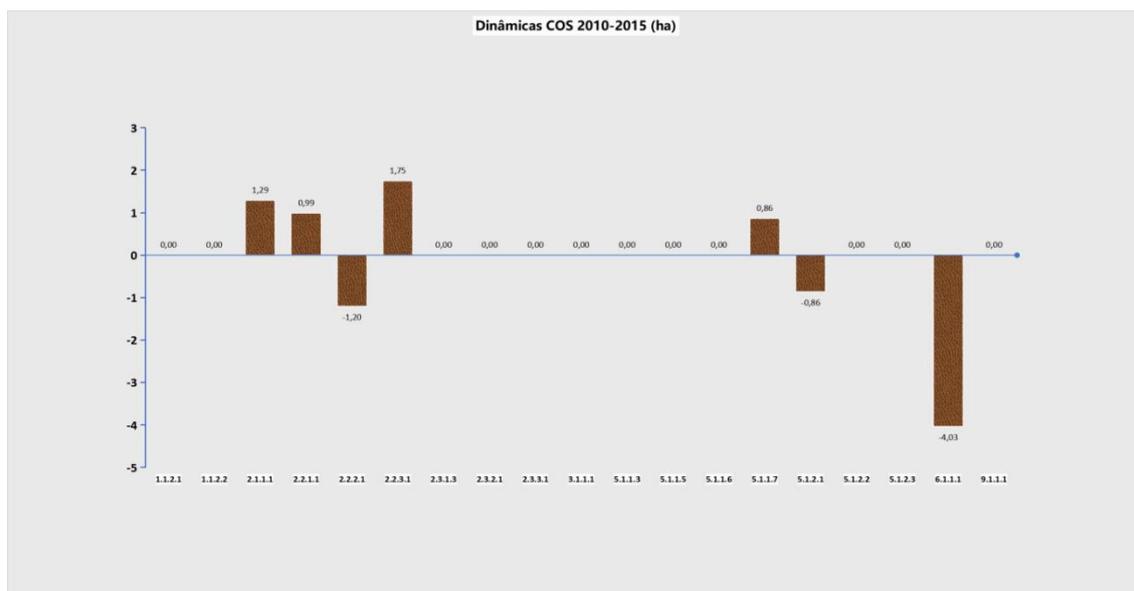


Gráfico 9 - Dinâmicas da COS entre 2010 e 2015.

Neste gráfico pode-se observar os ganhos e as perdas das diferentes classes para o período de 2010-2015.

As transformações mais notórias em termos de área florestal foram a perda na classe de Matos (6.1.1.1) com -4,03 ha, sendo que a nível de ganhos estes verificam-se 0,86 ha para os 5.1.1.7 - Florestas de espécies invasoras. Em termos agrícolas verificaram-se ganhos em várias classes, nomeadamente 2.1.1.1-Culturas temporárias de sequeiro e regadio com 1,29 ha de ganhos e 2.2.3.1- Olivais com 1,75ha.

Como conclusão pode-se afirmar que a parte agrícola foi oscilando, mas teve uma componente forte em termos de Olivais e Sistemas parcelares complexos. Já em termos de superfície florestal, os matos estiveram sempre a dominar apresentando agora 665,85ha fruto dos sucessivos incêndios que se verificaram ao longo dos 47 anos de análise. As Florestas de outras folhosas 5.1.2.1 com 144,8ha, e Florestas de pinheiro-bravo 5.1.2.1 com 161,3ha são as ocupações florestais mais presentes. Em termos agrícolas os Olivais -2.2.3.1- com 51,8731 ha, os Mosaicos culturais e parcelares complexos 81,63ha e Culturas temporárias de sequeiro e regadio com 79,52ha serviram de base para a proposta de transformação de paisagem.

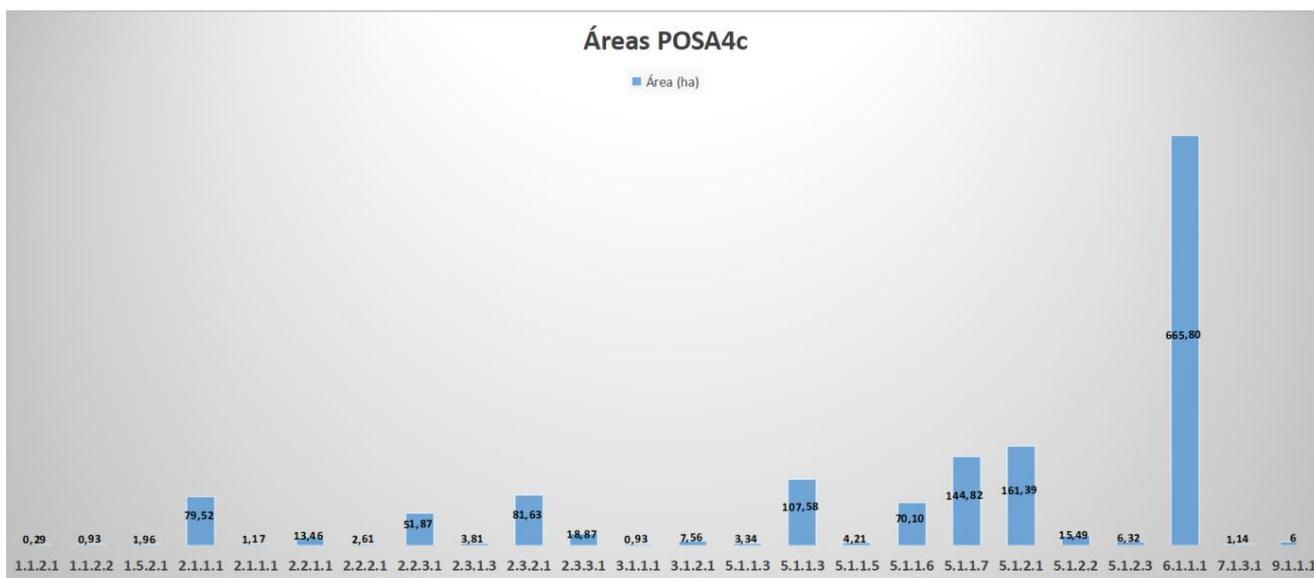


Gráfico 10 - Ocupação Actual do Solo.

De uma forma geral, o interior tem sofrido acentuadas transformações na estrutura produtiva, o que se reflete naturalmente nos diferentes sectores económicos, traduzidos no declínio do contributo do setor primário para VAB total. As migrações e emigrações de que o interior tem sido sujeito representa cerca de 70% do território, pelo que urge a tomada de medidas que ajudem a reequilibrar a demografia e a economia.

Ora, o desenvolvimento económico depende dos seus recursos naturais e humanos, promoção e potencialização na qual a AIGP do Aljão pretende ter papel fundamental criando mecanismos de atração, adaptação e manutenção das dinâmicas e investimentos.

Esta AIGP pretende modificar e gerir as condições de desenvolvimento da paisagem, da floresta, do meio rural, e da interface rural-urbano, expressando as medidas de política, disciplinando e criando dinâmicas, organizando o interesse público e privado na resolução coletiva de problemas dos assuntos florestais do seu interesse.

Esta problemática da modificação, requalificação e valorização dos espaços rurais existentes, pela sua maior ou menor operacionalidade, pela fertilidade, abrangência temática e proximidade às novas formas de gestão, coloca-se hoje no centro das atenções do debate e reflexão sobre o território, tendo em vista a interpretação de um meio rural contemporâneo e a definição de novas metodologias para a sua estruturação do território e qualificação ambiental.

Entende-se assim que a paisagem em meio rural seja assumida, a nível nacional, como um vértice fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e

para a qualidade de vida dos cidadãos. Deste modo, a OIGP do Aljão apresenta-se como uma proposta estruturada e sustentável ambientalmente e que tem como objetivo induzi a o desenvolvimento integrado, a partir do reordenamento da paisagem com escala para a gestão agroflorestal agrícolas, pastoril e silvopastoril.

d) Áreas edificadas e infraestruturas

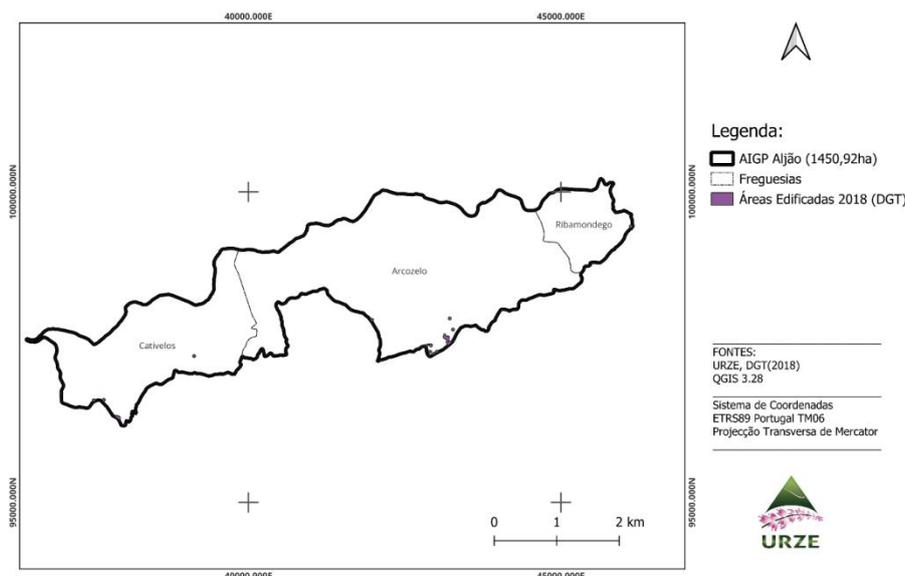


Figura 23 - Áreas Edificadas (2018) na AIGP Aljão (DGT 2018)

Existem na AIGP Aljão populações residentes que se organizam maioritariamente de forma isolada, sendo que na freguesia de Arcozelo existe um aglomerado. Muitas das edificações são de carácter não residencial. A Interface Urbano-Rural corresponde às linhas que separam os territórios artificializados dos restantes usos do solo. Importa que os espaços rurais exteriores, eminentes às interfaces urbano-rural, sejam dotados de ocupações com reduzida carga e combustível por forma a salvaguardar pessoas e bens do fenómeno de incêndio rural.

As Interfaces estruturais são de 3 tipos:

1. Interface Direta – segmentos que estão em contacto direto com coberto combustível;
2. Interface Indireta – segmentos que distam até 500 metros de coberto combustível;
3. Interface Nula – segmentos que distam mais de 500 metros de coberto combustível.

Contudo e por ser mais recente apresenta-se a o interface de áreas edificadas conjuntural de 2022, que consiste na representação dos segmentos que integravam a interface conjuntural das áreas edificadas 2018, classificados em função da sua proximidade em 2022 a manchas de combustível e da área de tais manchas. Este interface encontra-se representado na Figura 24.

Na AIGP do Aljão encontram-se diversos tipos de vias, desde estradas alcatroadas (caminhos primários, terciários e residencial), estrada em calçada (caminhos pedestres), estradas de terra batida (trilhos, caminhos, pista) e servidões públicas. A figura abaixo mostra a rede viária que percorre a área da AIGP Aljão (Figura 25).

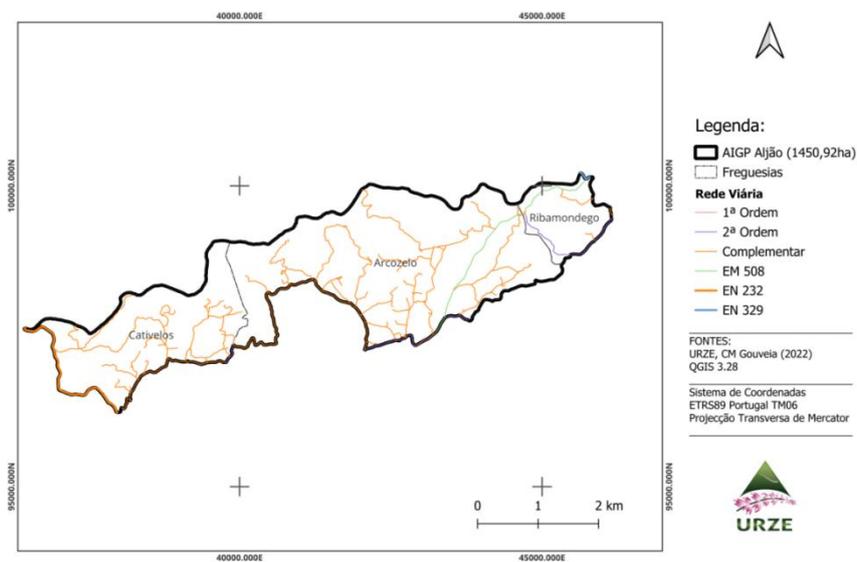


Figura 24 - Rede Viária (CMG,2021).

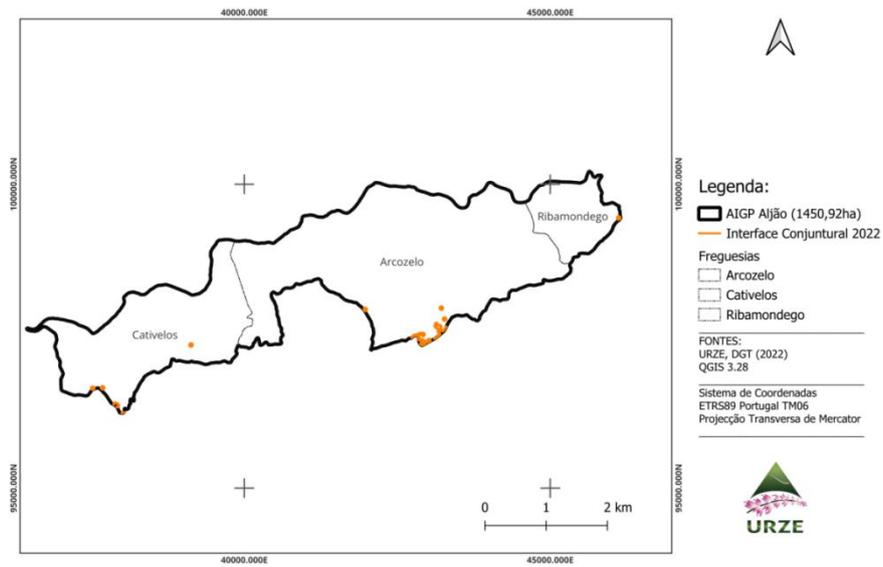


Figura 25 - Interfaces diretas das áreas edificadas com territórios florestados na AIGP Aljão. Fonte (DGT2022).

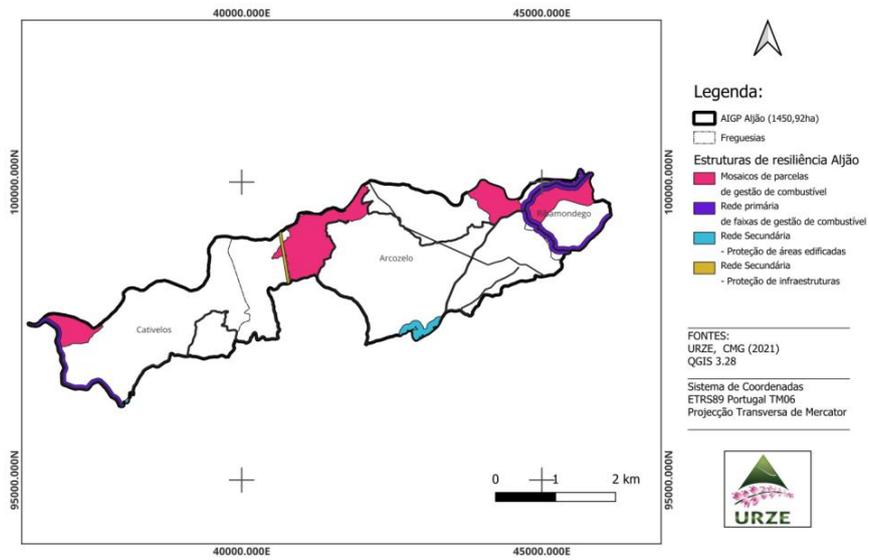


Figura 26 - Estruturas de resiliência na AIGP Aljão.

e) Elementos patrimoniais e culturais

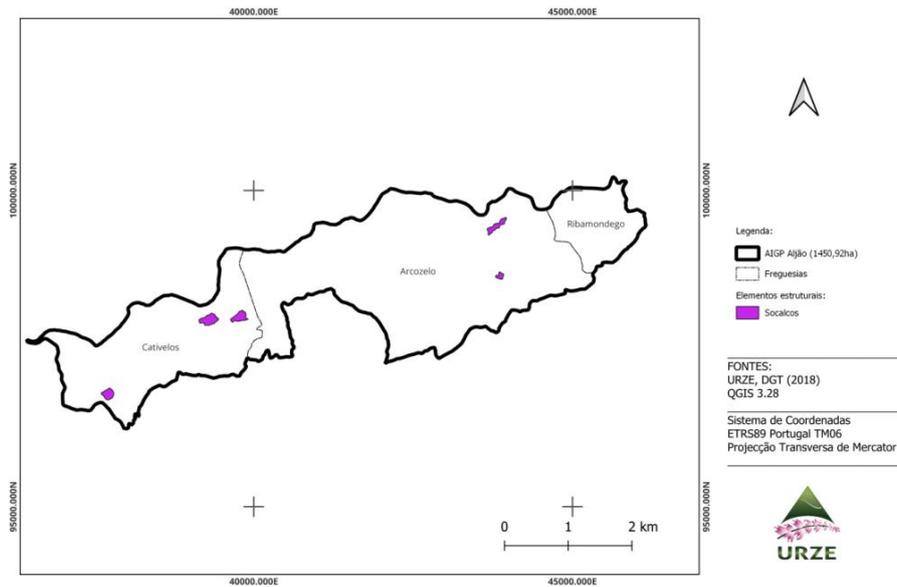


Figura 27 - Elementos Estruturais (socalcos) na AIGP Aljão

Os sítios arqueológicos localizados na AIGP do Aljão são: a Ponte das Cantinas (CNS 12012), a Ponte do Aljão (CNS 12009), o Caldeirão (em estudo), as Lages Ruivas I e II (CNS 12044 e 12045), Risado ou Arrasado (CNS 11599), Necrópole do Risado (CNS 11600), o Castelo (Arcozelo da Serra) (CNS 11390), o Penedo do Castelo (CNS 12065), e as Sepulturas do Castelo I e II (CNS 12040 e 12063) (Vide Figura 27).

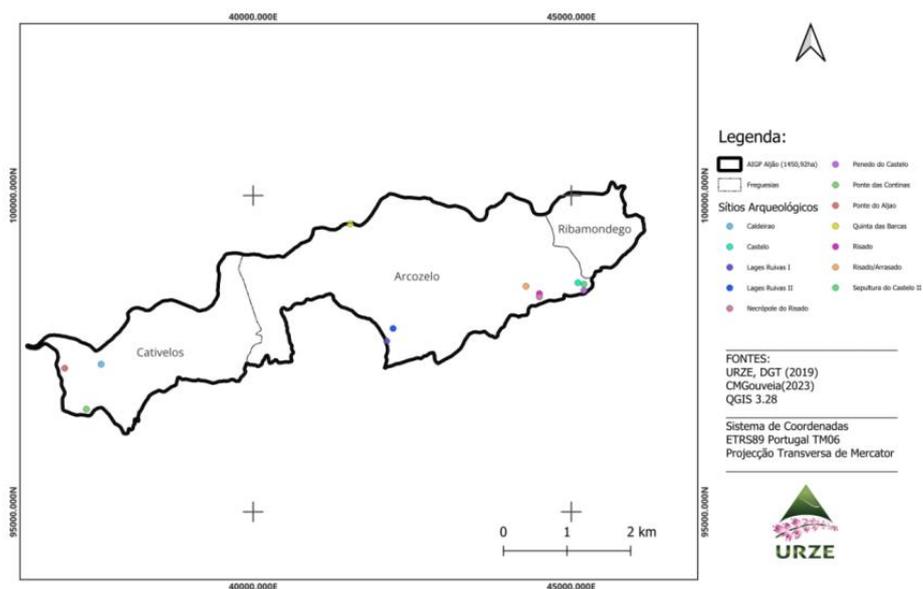


Figura 28 - Sítios Arqueológicos na AIGP Aljão.

f) Fogos rurais

As imagens seguintes traduzem uma análise dos incêndios (>100ha) que ocorreram, entre 1975 e 2020, na área proposta para a criação da AIGP Aljão. Das imagens podemos aferir a necessidade de intervenção em macro-escala, ou seja, ao nível da paisagem, sobre o (re)ordenamento do território, recuperando-o.

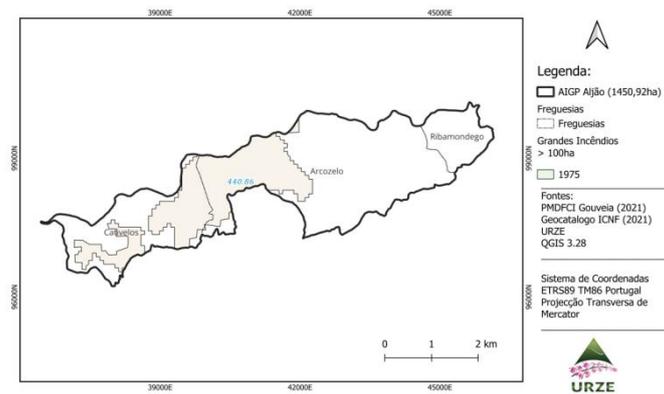


Figura 29 - Grande incêndio - 440,84ha - 1975.

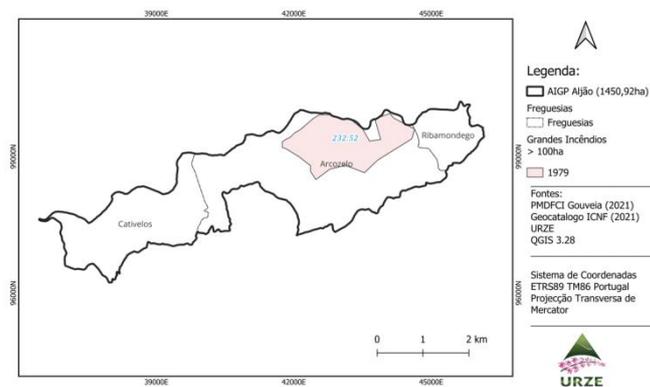


Figura 30 - Grande incêndio - 232,52 ha - 1979.

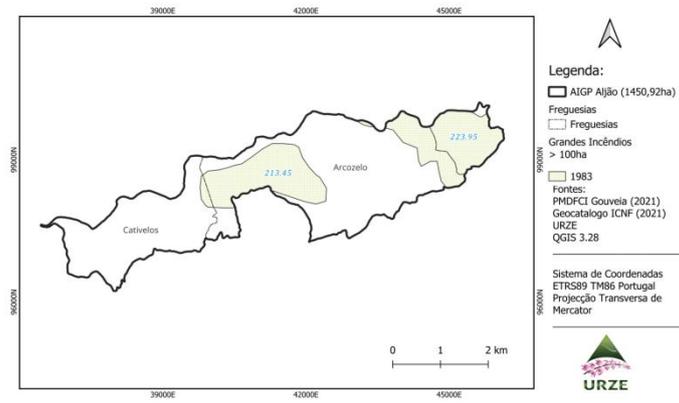


Figura 31 - Grandes incêndios - 213,45 ha e 223,95 ha-1983.

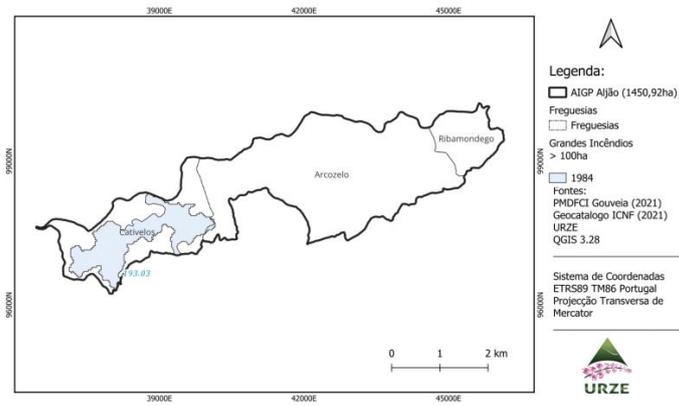


Figura 32 - Grande incêndio - 193,03 ha -1984.

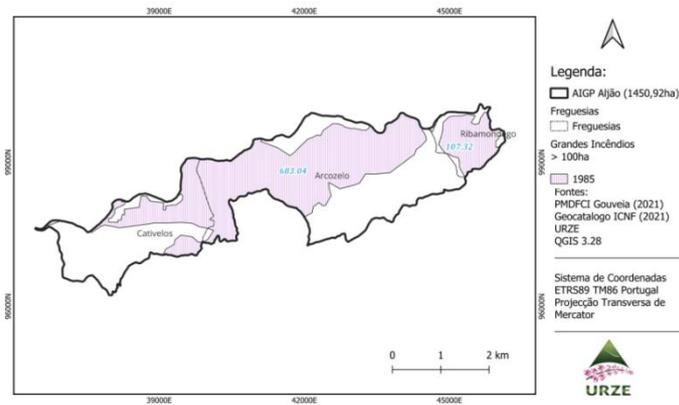


Figura 33 - Grandes incêndios 107,032 e 683,04 ha - 1985.

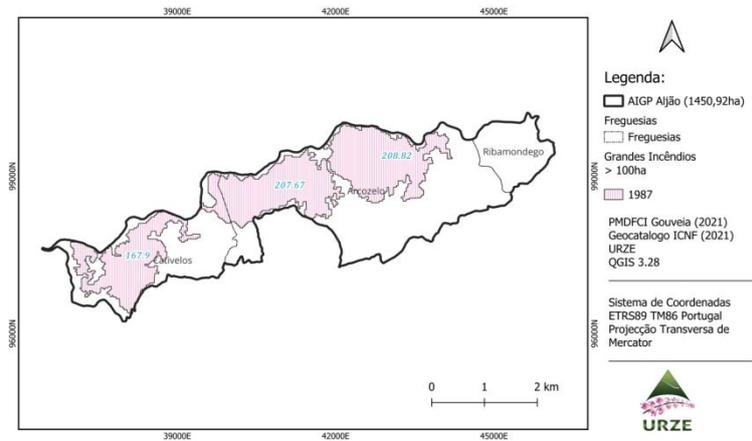


Figura 34 - Grandes incêndios 167,9 - 207,67 e 208,82 ha - 1987.

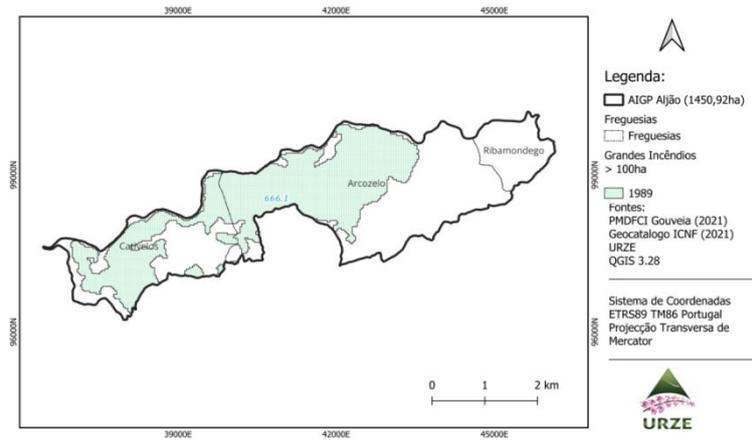


Figura 35 - Grandes incêndios - 666,1ha - 1989.

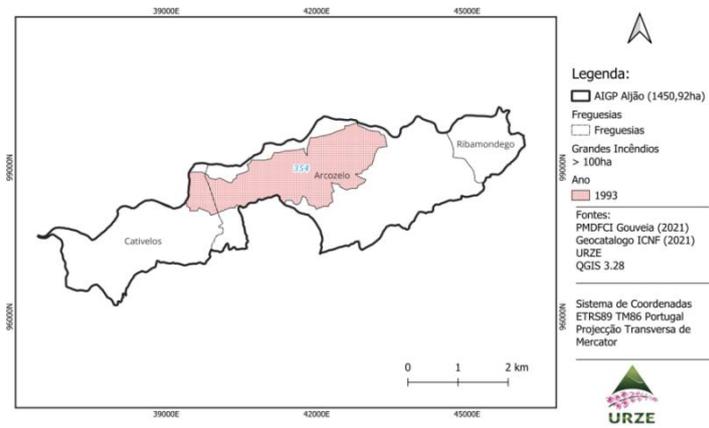


Figura 36 - Grandes incêndios - 354ha - 1993

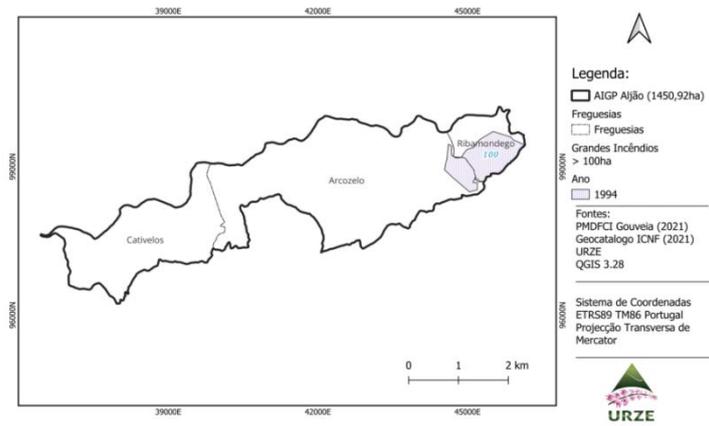


Figura 37 - Grandes incêndios - 100ha - 1994.

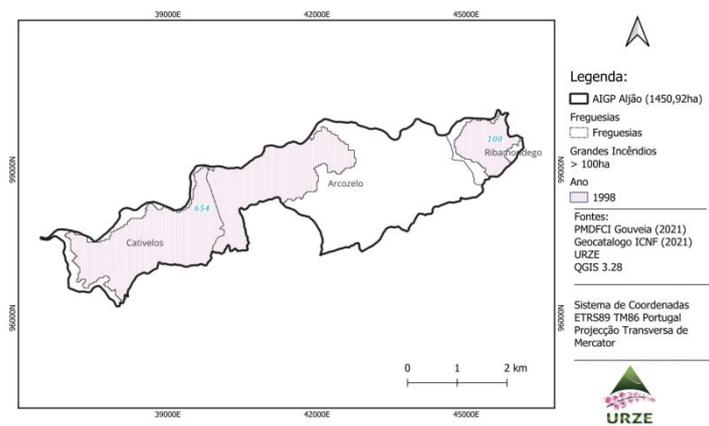


Figura 38 - Grandes incêndios - 654ha e 100ha- 1998.

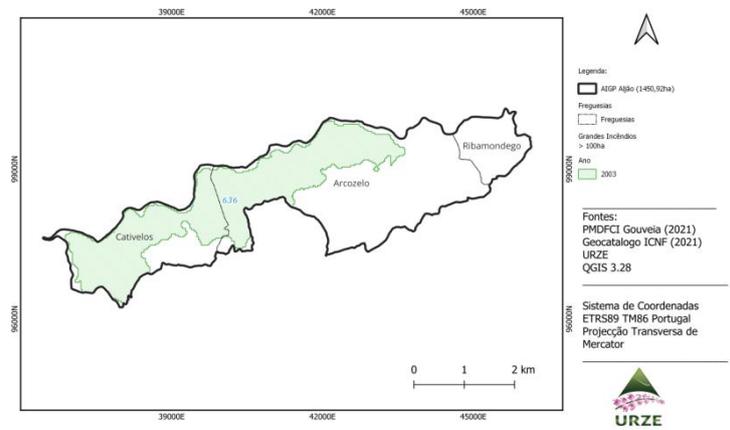


Figura 39 - Grandes incêndios - 634ha - 2003.

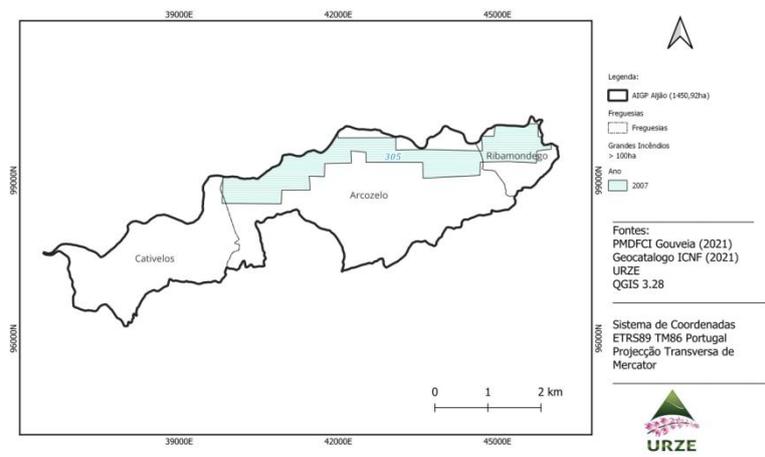


Figura 40 - Grandes incêndios - 305ha - 2007

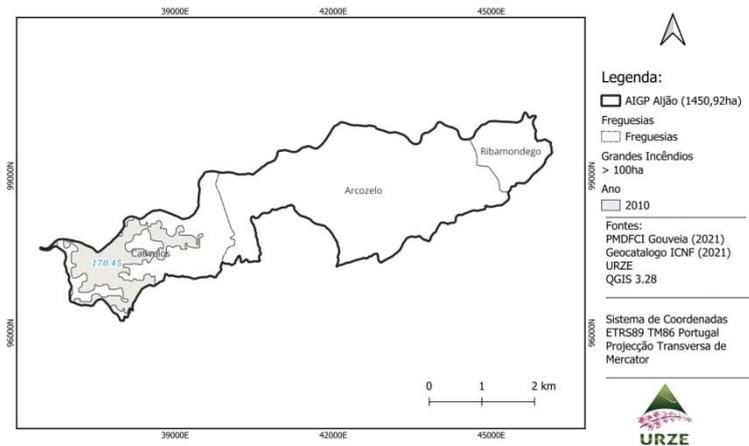


Figura 41 - Grandes incêndios -170,45ha - 2010.

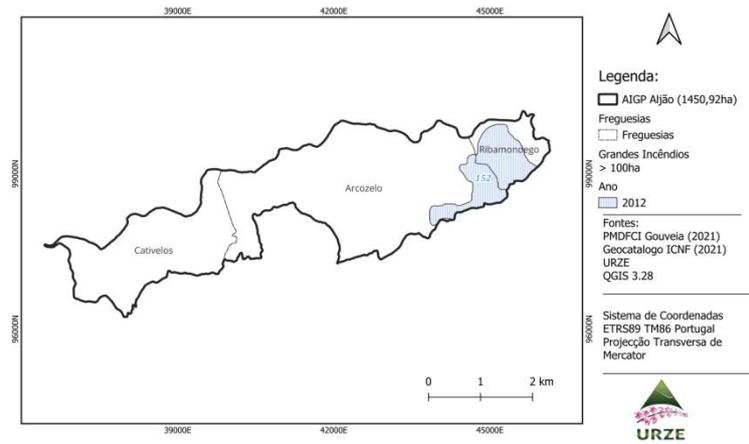


Figura 42 - Grandes incêndios -152 ha - 2012.

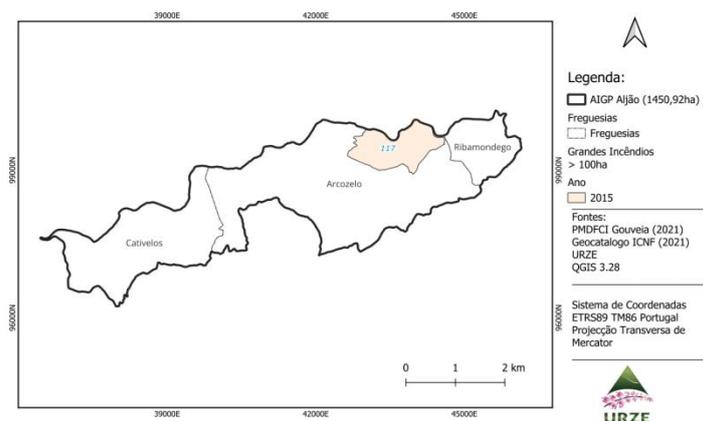


Figura 43 - Grandes incêndios -117ha - 2015.

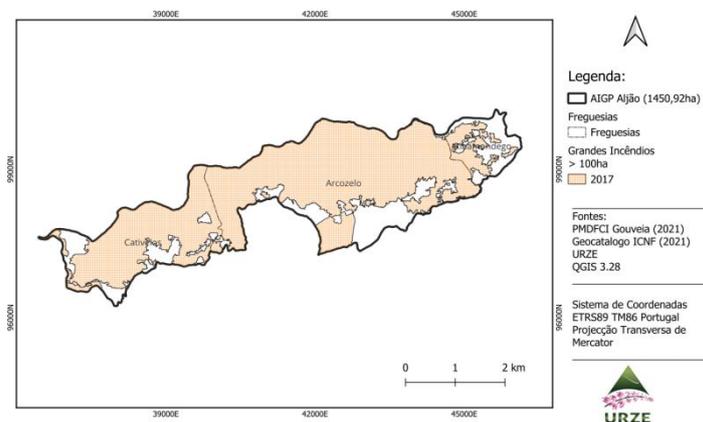


Figura 44 - Grandes incêndios -117ha - 2017.

Quanto ao perigo de incêndio florestal para a área da AIGP Aljão, verificamos que as classes predominantes são a “Muito baixa” e “Muito Alto”. Como o Risco de Incêndio leva em conta o valor do dano provocado, é compreensível que as áreas com classe muito baixa, sejam aqueles que estão maioritariamente o que é também justificado através da proximidade do incêndio à informação de base COS2018.

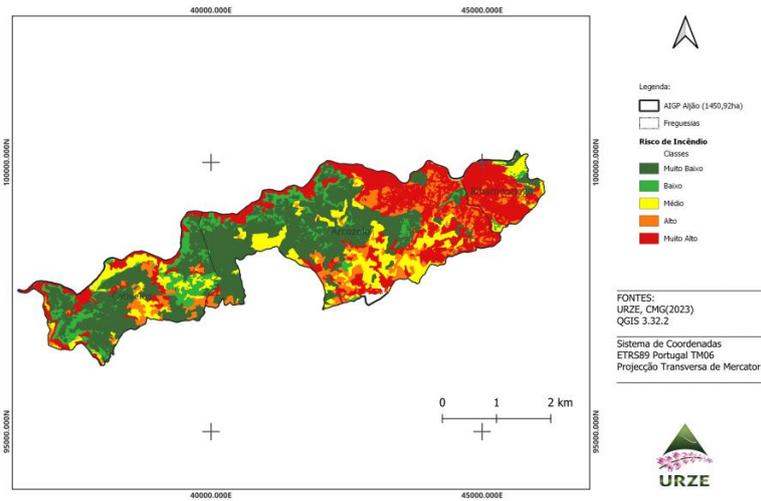


Figura 45 - Carta de Risco de Incêndio Florestal da AIGP Aljão. (Fonte: PMDFCI Gouveia).

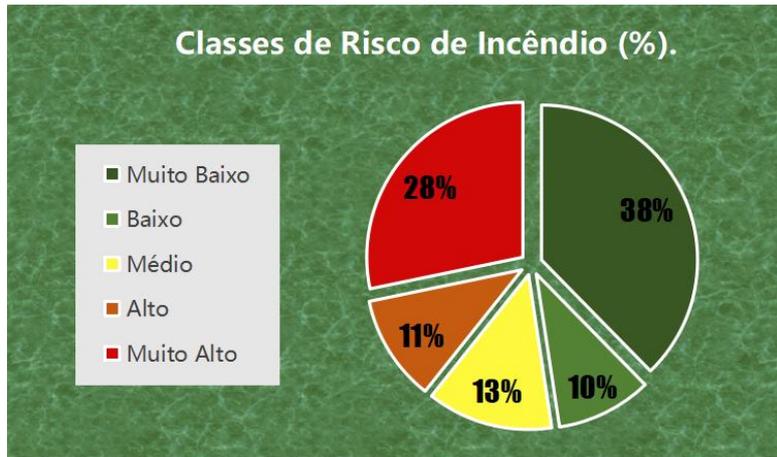


Gráfico 11 - Classes do Risco de Incêndio por percentagem.

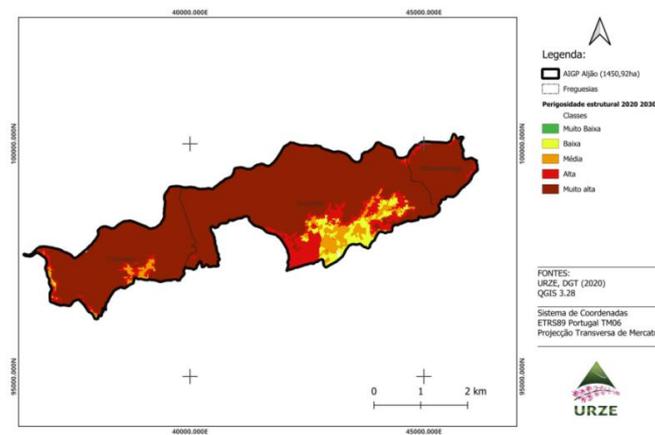


Figura 46 - Carta de Perigosidade de Incêndio Rural. Fonte: (ICNF - Geocatálogo).

Esta carta é um elemento crucial para o planeamento das medidas de prevenção e combate a incêndios rurais, por via do ordenamento do território, do ordenamento florestal e da prevenção estrutural, para o condicionamento às atividades de fruição dos espaços rurais e para a alocação de meios de vigilância e combate aos fogos.

Tabela 9 - Valores percentuais de área ardida por ano, por freguesia na AIGP Aljão

% Area ardida/ ano/ freguesia			
	CATIVELOS	ARCOZELO	RIBAMONDEGO
2000-2008	24,76%	25,56%	12,61%
2010	12 %	1,70%	0,00%
2011	0,00%	0,32%	0,00%
2012	0,00%	3,10%	11,18%
2016	0,05%	0,36%	10,11%
2017	24,26%	30,98%	7,70%
2019	0,00%	0,00%	7,75%
2021	0,00%	0,04%	0,00%

g) Outros Riscos e vulnerabilidades:

Suscetibilidade à desertificação:

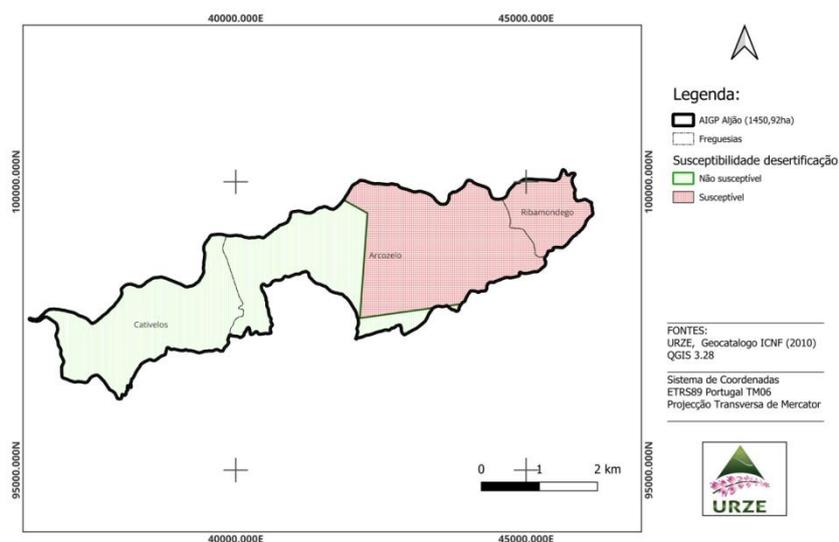


Figura 47 - Carta da Suscetibilidade à Desertificação AIGP Aljão (ICNF - Geocatálogo)

As zonas suscetíveis à desertificação (ou zonas ameaçadas por desertificação), são por definição “as áreas delimitadas pela espacialização do índice de aridez, que expressa a razão entre a precipitação anual e a evapotranspiração potencial anual”.

Outros riscos

Decréscimo da produtividade dos solos:

Através do indicador da Dinâmica da produtividade da terra (LPD), reportado a um período de 16 anos, sendo a capacidade produtiva da terra testada.

A dinâmica no indicador de produtividade da terra está relacionada com mudanças na “saúde” e capacidade produtiva da terra refletindo os efeitos líquidos das mudanças no funcionamento do ecossistema devido às mudanças na fenologia da planta e no crescimento da biomassa, onde as tendências de declínio são muitas vezes (mas nem sempre) uma característica definidora da degradação da terra (Figura 47).

Assim, a compreensão das mudanças na capacidade produtiva da terra é fundamental para avaliar o impacto das intervenções de manejo da terra, da sua sustentabilidade a longo prazo, o que interessa face a um projeto deste tipo, onde se almeja uma mudança na paisagem com o fito de aumento de resiliência aos fogos rurais e a uma economia de agricultura sustentável, silvopastorícia e cinegética.

Os impactos derivados do clima que podem afetar a resiliência do ecossistema e os meios de subsistência humanos.

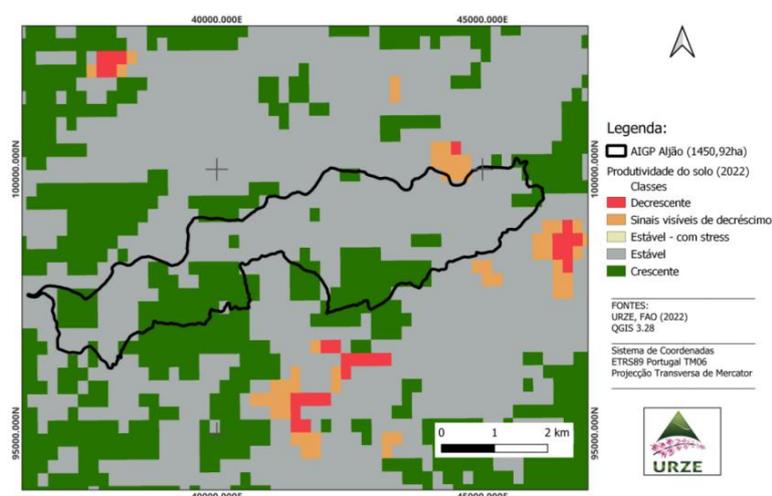


Figura 48 - Produtividade do Solo. Fonte: Land Productivity Dynamics data is derived from NDVI product of MODIS/Terra Vegetation Indices 16-Day L3 Global 250m SIN Grid V006 <https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC8>.

Espécies Invasoras:

Algumas espécies exóticas coexistem com as espécies nativas de forma equilibrada, mas outras desenvolvem-se muito rapidamente e escapam facilmente à gestão rural tornando-se nocivas – estas denominam-se espécies invasoras. Existem na AIGP Aljão manchas de espécies de plantas invasoras (*Acacia dealbata*). Estas manchas, se não forem contidas e controladas, permanecem em constante expansão, eliminando progressivamente as outras espécies nativas, que não têm mecanismos para competir com as tais espécies invasoras;

Nemátodo da madeira do pinheiro:

O nemátodo-da-madeira-do-pinheiro (NMP) é nome comum para *Bursaphelenchus xylophilus* (Steiner et Buhner) Nickle et al. Este verme microscópico, é assim o agente causal da doença-da-murchidão-do-pinheiro (DMP). Este verme ataca preferencialmente resinosas, os pinheiros sendo que a sua dispersão para as espécies hospedeiras é realizada por um inseto-vetor, o longicórneo-do-pinheiro *Monochamus galloprovincialis*. Sendo considerado uma grave ameaça aos povoamentos de pinho, essencialmente pinheiro bravo (*Pinus pinaster* Aiton) pelo que e dados os seus potenciais impactes ao nível ecológico, económico e social, é considerado organismo prejudicial para a União Europeia e identificado, pela Organização Europeia e Mediterrânica para a Proteção das Plantas, como organismo de quarentena (Lista A1 da OEPP), existindo fortes restrições à circulação de plantas, material lenhoso, produtos e subprodutos das espécies hospedeiras do NM que obrigam ao abate dos indivíduos infetados e à tomada de outras precauções ao abrigo do Decreto-Lei n.º 95/2011, de 8 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 123/2015, de 3 de julho, com a Declaração de retificação n.º 38/2015, de 1 de setembro.

caso de proprietários ausentes desta região, residentes em grandes cidades, como Lisboa ou Porto, e até mesmo noutros países.

De acordo com os dados existentes do cadastro das propriedades, existem 232 prédios cadastrados, mas reconhecemos que o número total de prédios seja superior, visto haver ainda área por cadastrar, dentro dos limites da AIGP. A dimensão média das propriedades ronda os 0,012 hectares. A figura abaixo ilustra o mapeamento da estrutura fundiária, baseado na informação conhecida do cadastro (Figura 50).

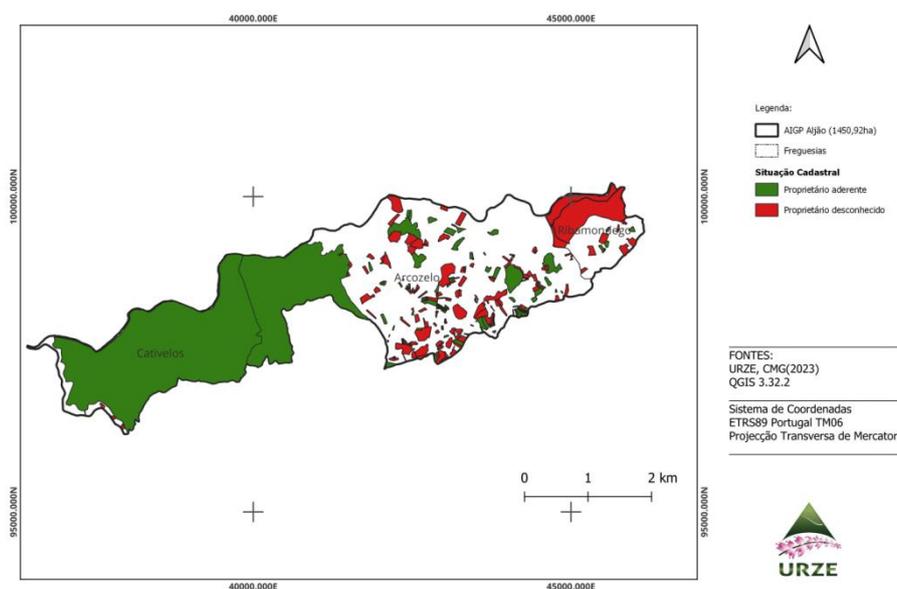


Figura 510 - Estrutura fundiária AIGP Aljão.

i) Socioeconómica relevante para a valorização e revitalização territorial

Entende-se que a paisagem em meio rural é assumida, a nível nacional, como fundamental para a valorização e desenvolvimento sustentável dos territórios e para a qualidade de vida dos cidadãos. Assim, a AIGP Aljão apresenta-se como uma proposta estruturada e ambientalmente sustentável, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento integrado, a partir do reordenamento da paisagem tendo como base a redefinição do mosaico paisagístico assente numa floresta ordenada, biodiversa e resiliente, no aumento dos espaços agroflorestais, agrícolas, pastoris e silvopastoris.

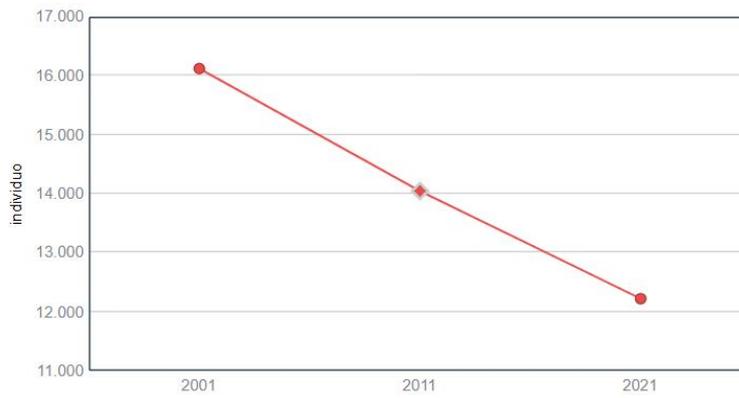


Figura 51 - População do Concelho de Gouveia. Fonte: INE, PORDATA.

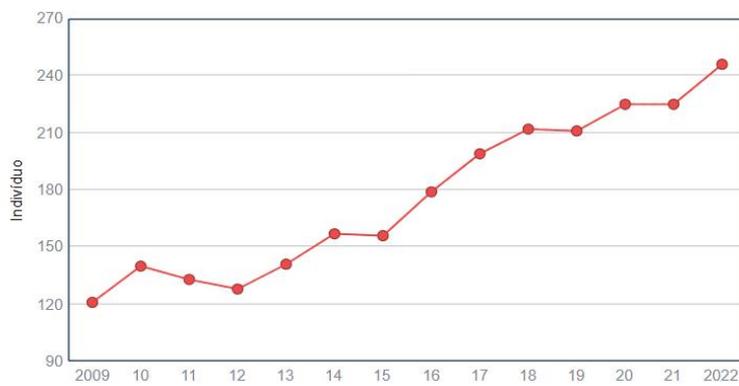


Figura 52 - População do Estrangeira no Concelho de Gouveia. Fonte: INE | SEF/MAI, PORDATA.

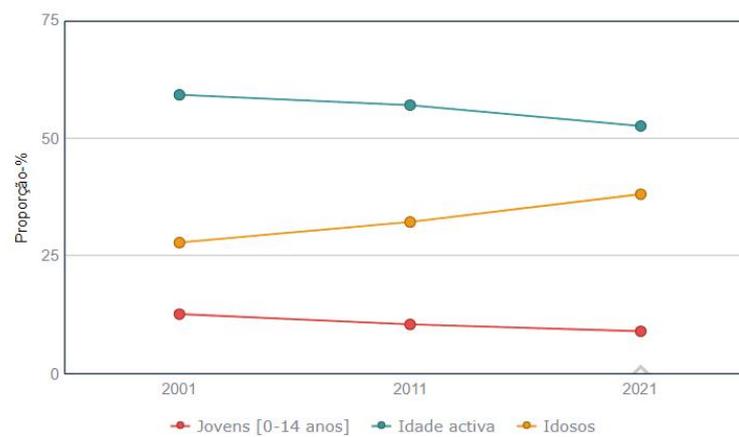


Figura 53 - População por grandes grupos etários (%). Fontes/Entidades: INE, PORDATA.

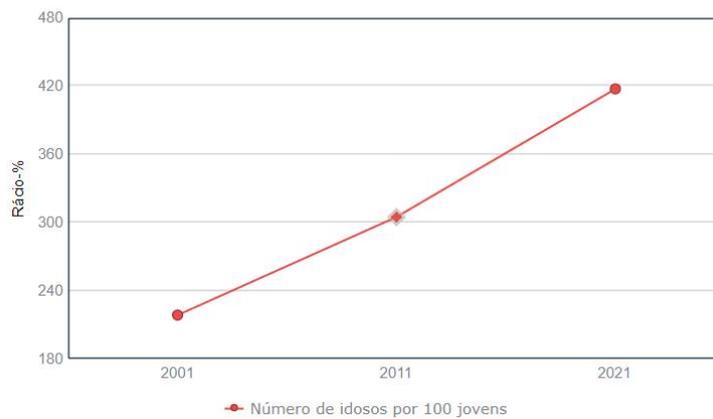


Figura 54 - População Idosa no Concelho de Gouveia Fonte: INE | PORDATA.

Face a este cenário, de declínio demográfico, com exceção do número de residentes estrangeiros, a proposta da AIGP Aljão pensa poder ser uma forma estruturada e ambientalmente sustentável, de ir de encontro a objetivos que só através do reordenamento da paisagem redefinindo esta, assente numa floresta ordenada, biodiversa e resiliente, no aumento dos espaços agroflorestais, agrícolas, pastoris e silvo-pastoris, com dinâmicas de economia local.

Na área proposta para a AIGP Aljão há ainda a considerar a presença de 3 zonas de caça (*vide* Figura 55). A Zona de Caça Associativa de Arco do Mondego que é a mais representativa (61%) e abrange 890,24ha, a Zona de Caça Associativa de Cativeiros que ocupa 393,88hectares (27% da área) e por fim a Zona de Caça Associativa de Vila Franca da Serra com uma presença no território de 9%.

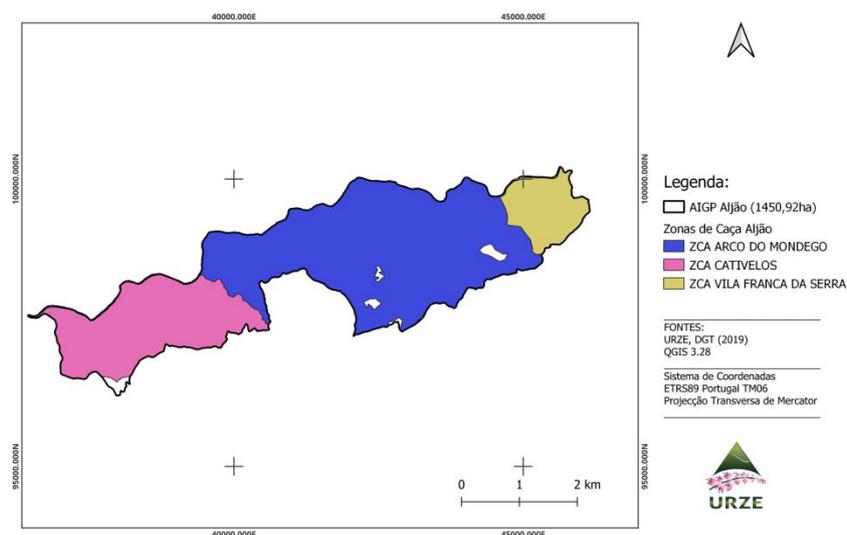


Figura 55 - Zonas de Caça Associativas. Fonte: URZE.

Em termos de pesca lúdica, existe uma concessão detida pela Associação de Caçadores e Pescadores de Cativeiros. A concessão de pesca tem uma extensão de 3,5 km, abrangendo uma área aproximada de 2,1 ha.

Quer pela elevada procura, quer pelo dinamismo e dinâmica que possui imposta salientar a Praia Fluvial na Ponte Palhez – Praia Fluvial de Cativeiros (Vide Figura 56), onde também se verifica frequentemente a atividade de pesca. No extremo este situa-se outra praia Fluvial – a Praia Fluvial de Ribamondego, com igual dinamismo. Ambas as praias fluviais se situam na entrada do concelho, e, com grande visibilidade para a AIGP Aljão, pelo que as intervenções a realizar produzirão um forte impacto territorial, ambiental, social e económico.

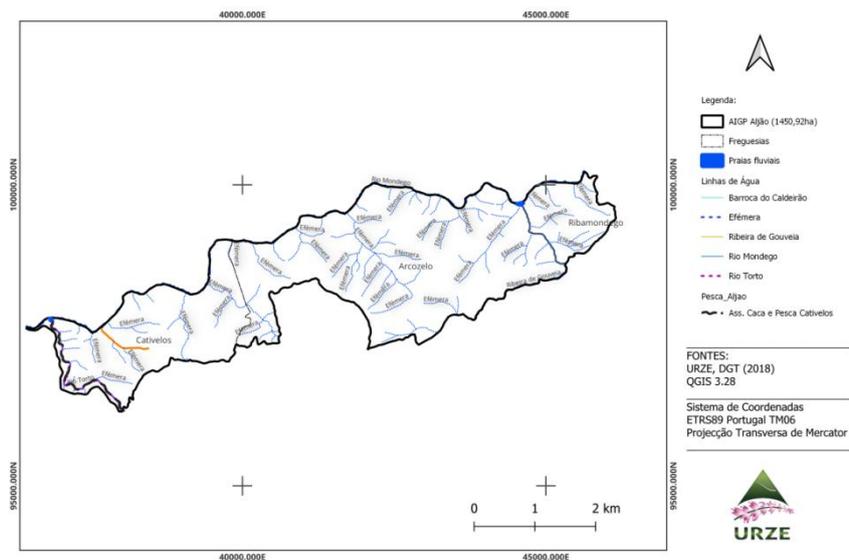


Figura 56 - Zonas Recreativas e de Lazer

j) Estrutura organizativa

Na área de abrangência da AIGP Aljão, estão presentes outras entidades com quem se procurará estabelecer parcerias de atuação, numa lógica de auscultação e planeamento integrado, como o Parque Natural da Serra da Estrela, o Município de Gouveia, todas as Juntas de freguesias englobadas dentro da área, a ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, a Terra Preservada – Cooperativa Agrícola Polivalente De Produtos Naturais, a Associação de Pastores e Produtores de Queijo da Serra da Estrela, a ADAG - Associação de Agricultores do Distrito da Guarda e as três Zonas de Caça existentes.

l) Projetos em curso ou aprovados

Não possuímos informação da existência de outros projetos em curso ou aprovados na área da AIGP Aljão.

A2.2 Demonstração dos efeitos da proposta

a) Adequação dos usos às características biofísicas e edafoclimáticas e à aptidão do solo

Os usos propostos para a AIGP Aljão adequam-se às condições biofísicas e edafoclimáticas do local bem como à aptidão do solo. Neste tópico referiremos a adequação das características biofísicas a cada uma das espécies que compõem as ocupações propostas (florestais e agrícolas):

Sobreiro (*Quercus suber*):

- Temperatura média anual ótima entre 15 e 19°C não tolerando muitos dias seguidos com temperaturas inferiores a -5°C;
- A classe ótima de precipitação média anual situa-se entre os 600 e 800 mm, não vegetando de forma satisfatória com precipitações inferiores a 400 mm. Resiste bem à seca estival requerendo uma humidade relativa de, no mínimo 50 %;
- É uma espécie que não tolera geadas, fenómeno que atrasa o seu desenvolvimento;
- Apresenta boa vegetação em todo tipo de solos, excetuando os excessivamente argilosos, os que apresentam pouca capacidade de retenção de água (tais como arenosolos) e os excessivamente calcários, ou com capacidade de troca catiónica muito baixa.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência Mediterrânica, 2002)

Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*):

- O intervalo de temperatura média anual aceitável para a silvicultura desta espécie é de 13 a 15 °C;
- A temperatura máxima média (meses quentes) para esta espécie deve ser igual ou inferior a 20 °C e a temperatura mínima média (meses frios) deverá estar situada entre os 8 e 10 °C;
- As florestas de pinheiro bravo portuguesas são dotadas de características genéticas que não lhes permite resiliência ao frio extremo, bastando alguns dias abaixo dos 15 °C para começar a ser visível a mortalidade nos povoamentos;
- Prefere as zonas de precipitação média anual com valores de precipitação não inferiores a 800 mm com (pelo menos) 100 mm distribuídos na estação seca ou acesso ao lençol freático;
- Em relação à resiliência do pinheiro bravo a outros fenómenos meteorológicos extremos é de salientar que apesar do mesmo resistir bem à neve (seca – em pó) parte facilmente com neve húmida. Também de salientar as geadas primaveris (abril/maio)

que podem danificar as jovens agulhas constituindo um atraso à boa vegetação dos povoamentos;

- Apresenta preferência por solos permeáveis e de textura ligeira onde o sistema radicular melhor se desenvolve, contrariamente ao que acontece com solos compactos e de textura pesada. Tolerância a solos pouco profundos;
- Quanto às exigências edáficas químicas, a espécie é pouco exigente quanto à nutrição mineral. Tolerância a uma grande variedade de solos, excetuando os que têm calcário solúvel, e os solos hidromórficos. Tolerância a níveis altos de salinidade e calcário (não solúvel).

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Cedro do Bussaco (*Cupressus lusitanica*):

- Esta espécie exótica apresenta os maiores crescimentos em estações subtropicais. Em Portugal apresenta melhores crescimentos em zonas de maior influência atlântica;
- Esta espécie tem uma amplitude muito vasta de precipitação em que é possível ser cultivada: o mínimo de precipitação em que é possível a silvicultura da espécie é 400 mm anuais com 20 a 30 mm distribuídos na época estival;
- Em Portugal demonstra boa aptidão em estações cujos solos derivam de rochas sedimentares, tais como, arenitos e calcários ou que derivam de rochas eruptivas. Na sua região de origem aparece em solos vulcânicos.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência Mediterrânica, 2002)

Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*):

- Temperatura média anual entre 8 a 9 °C e média da temperatura dos meses de abril a setembro de 14 a 15°C;
- Precipitação ótima entre 800 a 1200 mm por ano se não distribuídos uniformemente durante o período vegetativo (abril a setembro);
- Espécie muito sensível ao vento;
- Espécie sensível a geadas tardias;
- Tem preferência por solos ligeiros, frescos e profundos, mesmo que pedregosos. Os solos pouco profundos, excessivamente húmidos ou de textura pesada promovem a queda de indivíduos e o aumento da sua fragilidade;
- Não suporta calcário ativo no solo e prefere solos com pH ácido, entre 4,5 a 7.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Pinheiro manso (*Pinus pinea*):

- O Pinheiro manso é uma espécie com exigências específicas em relação à temperatura. Os intervalos de variação para este parâmetro são: temperatura média anual ente os 10 O 18°C; média das mínimas do mês mais frio: -2 a 7°C; média das máximas do mês mais quente: 27 a 32°C.
- Em relação à precipitação suporta 2 a 4 meses secos e 300 a 1500 mm de precipitação anual.
- É uma espécie sensível à neve.
- O Pinheiro manso adapta-se melhor a solos profundos, de textura franco-arenosa, e com o lençol freático pouco profundo. É sensível a texturas pesadas e à compactação do solo.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência mediterrânica, 2003)

Freixo (*Fraxinus angustifolia*)

- Recomenda-se a sua utilização em zonas com precipitação superior a 800-900 mm, podendo ser ainda empregue em condições mais desfavoráveis, desde que se trate de solos bem abastecidos em água, caso das zonas ripícolas ou de solos profundos e frescos.
- Nas regiões de maior influência mediterrânica a plantação de freixos só se deve efetuar nos terrenos ripícolas ou em solos muito profundos, bem drenados e bem fornecidos de água durante todo o ano.
- Preferem as texturas francas e são sensíveis a elevados teores de argila e à compacidade.
- Necessitam de solos férteis com ph próximo da neutralidade.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Carvalho alvarinho (*Quercus robur*)

- Suporta temperaturas médias em Janeiro entre -16°C e 8°C e em Julho entre 14°C e 25°C. Necessita de verões quentes, suportando temperaturas negativas quando em repouso vegetativo.
- Exigente quanto a humidade, necessita de, pelo menos, 600 mm de precipitação anual, com cerca de 200 mm no Verão.
- Devido ao seu sistema radical forte e profundo é bastante resistente ao vento. Bastante sensível a geadas tardias, após se iniciar o crescimento primaveril.
- Necessita de solos profundos, no mínimo com 60 cm. Adapta-se bem à maioria das texturas, suportando texturas pesadas.
- Vegeta bem em solos derivados de granito, xisto ou arenito.
- Muito exigente em nutrientes, prefere solos com pH entre 4,5-7,5.

(Correia & Oliveira, Principais Espécies Florestais com interesse para Portugal - Zonas de influência atlântica, 2003)

Ulmeiro (*Ulmus minor*)

- Solos frescos, profundos, férteis, indiferente ao pH, em margens de cursos de água, fundos de vales ou em bosques mistos. Espécie de luz que ocorre até aos 1700m. Vive com intervalos de precipitação muito variáveis, mas com um mínimo de água no solo. Desenvolvem-se em climas temperados (temperaturas não muito altas). Tolerância marítima e poluição atmosférica.
- É uma espécie de luz, que também se pode desenvolver em ambientes de meia-sombra. É bastante exigente em água, sendo comum próximo da margem de cursos de água, em locais frescos, solos húmidos e profundos, preferencialmente ricos em nutrientes, muitas vezes em associação com salgueiros, choupos e freixos.

(Riedmiller & Aas), As árvores de folha caduca, 1999)

Amieiro (*Alnus glutinosa*)

- É uma espécie ripícola, que vegeta ao longo dos cursos de água e lugares húmidos sendo muito resistente a inundações prolongadas.
- Preferem zonas ribeirinhas, florestas húmidas, solos inundados, profundos, normalmente pobres em calcário, ricos em nutrientes e húmus.

(Riedmiller & Aas), As árvores de folha caduca, 1999)

Salgueiro-branco (*Salix alba L.*)

- Habitat e ecologia: margens de cursos de água; particularmente abundante no troço final de grandes rios em águas ricas em nutrientes. Ocorre até aos 1900m. Espécie de luz, indiferente ao pH do solo.
- Necessita de humidade permanente no solo e não resiste a temperaturas extremas.
- Tem um crescimento rápido e possui um sistema radicular agressivo, que pode danificar canalizações.
- É uma importante fonte de alimento para muitas espécies de borboletas e também para as abelhas, fornecendo uma fonte de néctar e pólen cedo no ano. Existem mais de 200 espécies de insetos associados à árvore.
- Prefere temperaturas média entre - 3°C e 32 °C .

(Riedmiller & Aas), As árvores de folha caduca, 1999)

Choupo (*Populus alba*)

- Preferência de solos húmidos, e margens de cursos de água. Espécie de crescimento rápido que suporta bem a salinidade. Ocorre normalmente entre os 0 e os 1200m, embora possa chegar aos 2000m.
- É indiferente ao pH, mas não em solos siliciosos compactos ou calcários secos. Espécie de luz. Resiste bem à seca, mas sempre com o subsolo húmido; rega moderada a abundante.
- Pode suportar temperaturas mínimas de -15°C e máximas de até 50°C.
- Esta espécie facilmente produz híbridos com outras espécies do mesmo género.

(Riedmiller & Aas), As árvores de folha caduca, 1999)

Oliveira (*Olea Europaea*):

- Temperatura média anual: O olival é adaptado a uma ampla faixa de temperatura. No entanto, uma temperatura média anual em torno de 15°C é favorável para um bom desenvolvimento e produção das oliveiras;
- Precipitação: O olival é uma cultura adaptada a climas mediterrâneos, caracterizados por Verões secos e Invernos suaves. A precipitação anual ideal para o cultivo do olival varia entre 500 mm e 800 mm;
- Geadas: O olival é sensível a geadas severas, que podem prejudicar o crescimento e a produção das oliveiras. Portanto, áreas com risco elevado de geadas tardias devem ser evitadas;
- Tipo de solos: O olival adapta-se bem a diferentes tipos de solos, desde que sejam bem drenados. Solos franco-arenosos, francos e argilosos são adequados para o cultivo das oliveiras;
- PH dos solos: O pH ideal do solo para o olival varia entre 6,0 e 7,5. Solos com pH nessa faixa fornecem condições ideais para o desenvolvimento e crescimento saudável das oliveiras;
- Formação geológica e profundidade dos solos: O olival pode ser cultivado em diferentes formações geológicas, desde que o solo seja profundo o suficiente para permitir o desenvolvimento das raízes das oliveiras. Solos derivados de formações graníticas, xistosas e calcárias são comuns em áreas de cultivo do olival em Portugal.

(Barradas, 2017)

b) Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

A valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas assume grande importância neste projeto.

Sabendo que uma gestão de forma integrada entre a biodiversidade e dos serviços de ecossistemas, (SE) em paisagens diversas, com diferentes ocupações, com padrões diferentes,

onde os índices de integridade florestal estão em declínio, nomeadamente devido às mudanças climáticas e dentro de diferentes cenários climáticos, há que considerar compensações entre os passíveis objetivos[definidos em sede de PROF, através das Sub-regiões homogéneas) conflitantes.[1]

Desta forma, tal como a literatura recomenda, sendo que a manutenção dos mesmos implica avultados investimentos relacionados com a instalação e condução dos povoamentos de folhosas autóctones, conciliação de usos com função de produção lenhosa[Floresta de pinheiro bravo, Florestas de pinheiro manso, Pseudotsuga]e usos voltados para funções de conservação e proteção e manutenção de galerias ripícolas e fomento da actividade cinegética e apícola., bem como o controlo de espécies de plantas invasoras lenhosas.

Os povoamentos de folhosas autóctones associados a usos menos intensivos do território, menor perturbação, maior biodiversidade, maior proteção e manutenção de serviços de ecossistemas, a rotações madeireiras mais longas e a maior resiliência a incêndios e pragas. A este grupo de ocupações que são responsáveis por garantir o normal funcionamento da paisagem atribuímos quatro formas de valorização:

Valorização económica dos serviços de ecossistemas em mercados voluntários (carbono, biodiversidade e serviços de ecossistemas) – mercantilização a terceiras entidades das referidas externalidades positivas como forma de compensar atividades económicas que geralmente produzem externalidades negativas no meio ambiente;

Exploração florestal em ciclos longos dos povoamentos de espécies folhosas – povoamentos deste género são geralmente associados a reduzidos acréscimos de biomassa, não obstante, a generalidade destes povoamentos quando conduzidas de acordo com o modelo de silvicultura adequado em ciclos longos, geralmente possuem madeiras valiosas e nobres; Aproveitamento económico de madeira retirada em desbastes; Salvaguarda do valor económico dos povoamentos de pinheiro-bravo como consequência da compartimentação dos povoamentos de produção: maior proteção contra pragas e incêndios.

c) Conectividade ecológica

A conectividade ecológica é uma característica da paisagem que não poderíamos deixar de ter em conta. A conectividade ecológica refere-se à interconexão e a facilidade de movimento entre habitats ou áreas naturais. Refere-se à capacidade de organismos, populações e comunidades de se deslocarem através do espaço e interagir com outras áreas, promovendo a troca de genes, o fluxo de energia e o movimento de nutrientes. A conectividade ecológica desempenha um papel fundamental na conservação da biodiversidade

e no funcionamento dos ecossistemas. Ela permite que as espécies se movam em busca de recursos, como alimentos e parceiros reprodutivos, e ajuda a evitar a fragmentação de habitats, que pode levar à perda de diversidade genética e à redução das populações.

Existem diferentes formas de conectividade ecológica, como corredores ecológicos, pontes vegetadas, rios, áreas húmidas e até mesmo estruturas artificiais, como passagens de fauna. Essas conexões facilitam a dispersão de sementes, polinização, migração de animais e a troca de indivíduos entre populações, fortalecendo a resiliência e a saúde dos ecossistemas.

Desempenha um papel fundamental na manutenção da disponibilidade de água para os seres vivos. O equilíbrio hidrológico adequado garante que haja água suficiente para o abastecimento de rios, lagos, aquíferos e vegetação, garantindo assim a sobrevivência de plantas, animais e comunidades humanas. Além disso, o equilíbrio hidrológico é essencial para a regulação do clima local e regional. A água armazenada no solo e nos corpos d'água atua como um regulador térmico, influenciando a temperatura e a humidade do ar. Isso afeta os padrões climáticos, incluindo a formação de nuvens, as chuvas e os ventos. Portanto, o equilíbrio hidrológico desempenha um papel-chave na manutenção do clima equilibrado em uma determinada área.

d) Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

O equilíbrio hidrológico de uma determinada área refere-se ao estado de equilíbrio entre as entradas e saídas de água nesse local, considerando os processos de precipitação, evaporação, infiltração, escoamento superficial e subsuperficial.

É um componente crucial para o funcionamento saudável dos ecossistemas e do ciclo da água como um todo. A importância do equilíbrio hidrológico está relacionada a diversos aspetos. Em primeiro lugar, ele desempenha um papel fundamental na manutenção da disponibilidade de água para os seres vivos. O equilíbrio hidrológico adequado garante que haja água suficiente para o abastecimento de rios, lagos, aquíferos e vegetação, garantindo assim a sobrevivência de plantas, animais e comunidades humanas. Além disso, o equilíbrio hidrológico é essencial para a regulação do clima local e regional. A água armazenada no solo e nos corpos d'água atua como um regulador térmico, influenciando a temperatura e a humidade do ar. Isso afeta os padrões climáticos, incluindo a formação de nuvens, as chuvas e os ventos. Portanto, o equilíbrio hidrológico desempenha um papel-chave na manutenção do clima equilibrado em uma determinada área.

Por fim, o equilíbrio hidrológico contribui para a conservação da biodiversidade. Ecossistemas saudáveis dependem de um fluxo adequado de água para sustentar a diversidade de habitats e espécies. Os recursos hídricos estão intimamente ligados à presença e à sobrevivência de muitas formas de vida, desde organismos microscópicos até grandes

mamíferos. Portanto, a manutenção do equilíbrio hidrológico é fundamental para a preservação da vida selvagem e a conservação dos ecossistemas naturais.

Na proposta elaborada atendeu-se às preocupações com o ciclo hidrológico pelo que se contemplou usos do solo adequados à morfologia do terreno estrategicamente consonantes com objetivos de maximização da infiltração e retenção de água no solo e minimização do escoamento superficial e erosão hídrica associada.

e) Redução da vulnerabilidade aos fogos rurais

As ocupações propostas vão especialmente ao encontro de soluções centradas na prevenção e minimização de incêndios através da redução de combustível em zonas estratégicas tais como as definidas para estruturas de resiliência e ecológicas do sistema seco, criando oportunidades de combate e oportunidades de “cercar” o fogo rural, em caso da sua ocorrência, e de soluções de arborização que contemplem a regeneração dos povoamentos com a menor perda de acréscimos de biomassa possível causada por mortalidade dos tecidos vegetais pós-fogo. Preconizam-se sistemas agroflorestais para o cumprimento do primeiro objetivo acima mencionado e a introdução de faixas de folhosas nativas diversas, para compartimentar manchas puras de pinhal-bravo, como forma de cumprir o segundo objetivo acima mencionado.

A ótica da utilização de sistemas agroflorestais para compartimentar o combustível baseia-se em três princípios: A arborização esparsa implica menor queda de folhas e ramos (combustíveis finos), a permissão do pastoreio extensivo no subcoberto não permite a sucessão ecológica (de herbáceas para matos) e mesmo que o pastoreio não seja possível o retorno económico dos produtos florestais proveniente destes sistemas (castanha, medronho, pinhão ou até possivelmente bolota) é um estímulo para a gestão dos combustíveis de superfície, por representarem uma ameaça à produção. Estes espaços agroflorestais têm menos ocorrências de incêndios florestais do que as áreas com florestas, matos ou pastagens. Isto é evidência do potencial das agroflorestas para a redução do risco de incêndio e para a proteção de ecossistemas (Damianidis et al, 2020).

Os sistemas agroflorestais são mais eficazes do que as grandes monoculturas agrícolas a fornecer recursos florísticos e abrigo a polinizadores e em sustentar as populações de polinizadores e comunidades ao longo do ano (Brockhoff et al, 2017). Para além disso, ajudam a reduzir o risco de incêndio ao removerem parte da vegetação herbácea e arbustiva

enquanto trazem lucros pela venda da biomassa para alimento ou combustível (Damianidis et al, 2020).

A transformação parcial dos povoamentos puros regulares de pinheiro-bravo em povoamentos mistos de folhosas é uma forma de compartimentar o combustível de superfície e de solo. Os combustíveis das faixas de resinosas continuarão a ter uma menor percentagem de humidade (característica normal do subcoberto de pinhal: caruma em conjunto com fetos, ramos, pinhas e matos pouco desenvolvidos), já as faixas de folhosas conservarão uma maior taxa de humidade de combustíveis ao nível do solo, o que acelera a decomposição dos combustíveis.

A cobertura florestal decídua traz também outras vantagens no âmbito supramencionado: meteorologicamente, ao nível do subcoberto dos povoamentos de folhosas e em comparação com povoamentos de resinosas de agulha longa, verifica-se uma maior da humidade relativa, uma menor temperatura ambiente e menor velocidade do vento, já em relação à humidade dos combustíveis de solo e superfície, a mesma também é superior em povoamentos de folhosas à dos povoamentos de resinosas, como verificado empiricamente num estudo que concluiu, por modelação que a intensidade e a velocidade de propagação do fogo são muito inferiores em povoamentos de folhosas, em comparação com povoamentos de resinosas **Fonte especificada inválida..**

As florestas mistas têm maior biodiversidade e tendem a ser mais eficazes na prestação de uma vasta gama de serviços de ecossistema de provisão e de habitat, enquanto as plantações em monocultura, por outro lado têm menos camada orgânica no solo, o que se traduz numa menor biodiversidade do solo (Bockerhoff et al, 2017). Um estudo na bacia hidrográfica do Vez, em Portugal, testou diversos cenários relativamente ao valor de conservação da biodiversidade. Os resultados indicaram que este valor seria mais elevado no cenário dos carvalhos, comparativamente ao cenário atual (matos) e ao cenário de eucalipto/pinheiro, com menor pontuação (Carvalho-Santos et al, 2015).

Gerar uma paisagem diversa, consistindo de mosaicos de árvores autóctones bem conectadas, diferentes tipos de floresta, povoamentos de diferentes idades, e diversos usos do solo, é a melhor estratégia para minimizar os impactos negativos do fogo, dentro e fora das florestas, melhorando serviços de provisão e produção de água, conectividade e diversidade da paisagem (Bockerhoff et al, 2017; Carvalho-Santos et al, 2015).

A justificação anterior também se aplica às ocupações destinadas às estruturas ecológicas do sistema húmido: floresta ripícola e povoamentos irregulares compostos por freixo e outras folhosas previamente existentes. Os cursos de água e fundos de vale têm um

papel fundamental em estabelecer discontinuidades ao nível da paisagem; são cruciais para reduzir o tamanho e intensidade do fogo (Magalhães et al, 2021).

Em ambiente mediterrânico, a densidade do povoamento é também um fator importante para a formação do piroambiente: uma maior densidade arbórea está diretamente correlacionada com a humidade relativa do subcoberto e com a humidade dos combustíveis de solo e superfície (efeito do ensombramento), inversamente correlacionada com a velocidade do vento (efeito da maior dificuldade de circulação do ar no povoamento) e também inversamente correlacionada com a temperatura no subcoberto (efeito do ensombramento) **Fonte especificada inválida..**

Magalhães et al (2021) listaram, por ordem decrescente de propensão ao fogo as florestas das seguintes espécies: pinheiro bravo, eucalipto, folhosas não especificadas, coníferas não especificadas; sobreiros; castanheiros; azinheiras.

Num outro estudo, que relaciona os parâmetros do fogo não só à(s) espécie(s) que compõem o povoamento, mas também com a densidade do arvoredo, foi concluído que o fogo é mais propenso, por ordem decrescente, a ter maior intensidade nos seguintes tipos de povoamentos: pinheiro-bravo, denso e baixo; acaciais; sobreiro, pouco denso e baixo; pinheiro-bravo, pouco denso e baixo; pinheiro-bravo, denso e alto; eucaliptal, denso e baixo; sobreiro, denso e baixo; coberto diverso, pouco denso e baixo; carvalho diverso, denso e baixo; carvalho negral denso e baixo; pinhal, pouco denso e alto; eucalipto, pouco denso e alto; montado; sobreiro, denso e alto. **Fonte especificada inválida.**

Em caso de ocorrência de um incêndio rural no território da AIGP Aljão, com a paisagem proposta, através das operações consignadas, existirão muito mais oportunidades de combate associadas aos SAF (Pinus Pinea e . Noutros países, já se fizeram acordos, com sucesso, entre pastores e as autoridades locais, relativamente à introdução de gado nas faixas de gestão de combustível (quebra-fogo), de forma a manter essas zonas livres de biomassa, cumprindo assim a sua função. Essa prática é relevante na interface urbana e em áreas densamente vegetadas (Damianidis et al, 2020).

Os povoamentos florestais compostos por árvores de folha caduca são, geralmente, mais resistentes ao fogo, mesmo quando são povoamentos puros, sobretudo devido à sua baixa inflamabilidade e à sua elevada capacidade de rebrotar (Brockhoff et al, 2017). Esta característica confere ao território uma maior proteção das pessoas e bens, bem como da própria floresta, incluindo os povoamentos puros de pinho, e maior proteção dos investimentos florestais, agrícolas e agroflorestais. Estudos sobre a inflamabilidade de árvores mostram que as espécies de folhosas nativas ardem menos que Pinus pinaster e Eucalyptus

globulus. Para além disso, estas suas espécies estão a causar a degradação da paisagem, o abandono, perda de biodiversidade e a aumentar o número e a intensidade das catástrofes naturais como os fogos rurais, derrocadas, cheias e erosão do solo (Magalhães et al, 2021).

De facto, as espécies folhosas apresentam uma capacidade de sobrevivência à passagem do fogo muito distinta das resinosas. Na Tapada Nacional de Mafra, foi realizado um estudo acerca da mortalidade de espécies florestais associada à ocorrência de um incêndio rural. As taxas de mortalidade acumulada ao terceiro ano averiguadas para exemplares de *Pistascia lentiscus*, *Castanea sativa*, *Quercus coccifera*, *Quercus faginea*, *Fraxinus angustifolia*, *Crataegus monogyna*, *Quercus suber* e *Olea europaea* var. *sylvestris* foram respetivamente: 0%; 76,7%; 10,4%; 4,9%; 0%; 8,2%; 1,6% e 0%. Já em relação a *Pinus pinaster* e *Pinus pinea*, os resultados da mortalidade acumulada ao terceiro ano foram, respetivamente, 91,4% e 87,7%

Fonte especificada inválida..

A resiliência de uma paisagem ao fogo é determinada por vários fatores: 1) comportamento do fogo; 2) inflamabilidade de espécies arbóreas; 3) descontinuidades na paisagem; 4) interface urbana. (Magalhães et al, 2021). As florestas geridas, que melhor mimetizam as florestas naturais, são certamente florestas mais resilientes do que os povoamentos florestais da mesma idade, recuperam mais rapidamente após um evento de perturbação, e os serviços de ecossistema dessa floresta serão repostos mais rapidamente (Brockhoff et al, 2017).

Foi também executada uma simulação através dos softwares FlamMap e FARSITE para a situação atual do território e outra para a situação proposta do território (Vide Anexo IV).

f) Minimização de outras vulnerabilidades e riscos existentes e potenciais

As espécies selecionadas para as ocupações propostas são espécies no geral resistentes a fenómenos meteorológicos desfavoráveis, tais como: ventos fortes, nevões intensos, geadas e granizos, e stress hídrico estival. Além das vulnerabilidades e riscos meteorológicos referidos no parágrafo anterior, existem outros riscos, tais como, bióticos (Pragas e doenças). Assim, e tendo em conta que as espécies principais da para a gestão agrupada serão o *Pinus pinea* com cerca de 587,53ha, *Pinus pinaster* 161,38ha, estas são espécies vulneráveis quer ao Nemátodo, quer à processionária, entre outros fungos.

Conforme referido no capítulo referente aos outros riscos e vulnerabilidades, o Nematodo e a Processionária, são as pragas presentes no território da AIGP do Aljão. O Plano de Gestão segue, neste caso o preconizado no guia "Boas práticas para a gestão de pragas e

doenças da pinha e pinhão" (UNAC,2021), assim como o preconizado no guia "Boas práticas fitossanitárias em pinhal" Centro PINUS (2019).

Espécies Invasoras (*Acacia dealbata*):

A gestão de invasoras lenhosas assenta num processo continuado, determinando a extensão real da invasão no local e ponderando as melhores estratégias de intervenção face aos recursos disponíveis. Pretende-se que estas estratégias de gestão decorram concertadamente, pois é da sua implementação conjunta que irá resultar o controlo das invasoras, num médio a longo prazo. Assim, consideram-se como principais estratégias de intervenção: a prevenção, a restauração e o controlo. A escolha do método de controlo deve ser ponderada em função do tamanho e das características das plantas, dos custos envolvidos e da zona de intervenção.

A prevenção tem como objectivo impedir o estabelecimento de infestantes na estação ou realizar a sua detecção prematura e controlo atempado. Para isso, é necessário realizar inspecções periódicas aos locais de risco e implementar medidas com a finalidade de limitar a dispersão a partir de locais infestados e minimizar as perturbações da estação, uma vez que as comunidades vegetais degradadas pela má gestão florestal são mais susceptíveis à invasão (Colorado Natural Areas Program, 2000). Esta medida tem particular importância e deve ser aplicada a seguir à ocorrência de um incêndio florestal. Deve ser aplicada na área ardida.

A restauração integra o conjunto de actividades de gestão destinadas a manipular ou imitar um ou mais processos ecológicos, como a sucessão, o fogo e a herbivoria, com vista à prevenção das invasões ecológicas (Heffernan, 1998).

O controlo, estratégia de intervenção a ter em conta para a área da AIGP, diz respeito à aplicação de métodos destinados à eliminação de invasoras já estabelecidas na estação, de acordo com uma prioridade determinada em função dos impactos actuais e potenciais da espécie sobre os objectivos de gestão. As intervenções de controlo devem ser faseadas e escalonadas ao longo de um período de combate, integrando como etapas:

- Controlo inicial (destinado à redução drástica da densidade das infestações) a efectuar em parcelas onde o tamanho e desenvolvimento dos exemplares o permita. Neste caso pode executar-se um desbaste deixando apenas alguns exemplares que servirão posteriormente para obtenção de lenha ao mesmo tempo que promovem o ensombramento do solo. Nas toiças dos exemplares abatidos deve ser aplicado

controlo químico através da pincelagem com herbicida de modo a limitar o seu rebentamento;

- O Controlo subsequente (para eliminação das plantas originadas a partir dos propágulos existentes no solo) e o Controlo de manutenção (a fim de manter baixas as densidades de infestação) podem ser efectuados em manchas onde predomina a regeneração natural de pequeno porte e grande densidade. Estas operações podem ser efectuadas através de dois métodos distintos, ou seja, pode optar-se pelo corte e destroça motomanual, a aplicar em áreas de pequena dimensão ou pode aplicar-se fogo controlado, em anos consecutivos, no caso das áreas mais extensas. A aplicação de fogo controlado além de ser uma prática mais económica visa não só a destruição da regeneração natural presente como a destruição do banco de sementes presente no solo.

A monitorização do desenvolvimento das áreas afectadas é um aspecto vital para uma gestão adaptativa das invasoras lenhosas. Estas estratégias devem ser complementadas com a implementação de um plano de arborização, com recurso a espécies nativas de crescimento rápido, tais como o Cedro do Buçaco e a Pseudotsuga, de modo a assegurar a cobertura do solo e evitar o ressurgimento das invasoras.

g) Salvaguarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Na proposta elaborada incluímos medidas de proteção de valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários uma vez que estes elementos estruturais (em determinadas situações legalmente protegidos) constituem estruturas ou cenários dificilmente repetíveis e muitas vezes irrecuperáveis em caso de dano (Vide Anexo II).

Constituem os valores referidos neste conteúdo:

1. Sítios arqueológicos;
2. Elementos estruturais : Socalcos de muros de pedra.

O ordenamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir a preservação dos testemunhos arqueológicos existentes. Em qualquer lugar onde se presuma a existência de vestígios, bens ou outros indícios arqueológicos, poderá ser estabelecido como

reserva arqueológica de protecção, com vista a determinar o seu interesse. No caso da AIGP Aljão existem os SCN.

As medidas minimizadoras dos impactos causados pelos projectos de arborização a levar a cabo são:

Genéricas:

- 1 – Sinalização por arqueólogo de todas as ocorrências durante os trabalhos de implementação das infra-estruturas (caminhos, aceiros, etc.) e a própria florestação;
- 2 – Adequação do projecto das infra-estruturas (caminhos, aceiros, etc.) para que não atravessem as áreas arqueológicas;
- 3 – Adequação dos projectos de florestação às características particulares do sítio arqueológico;
- 4 – Acompanhamento por arqueólogo das tarefas que impliquem revolvimento de solos nas áreas arqueológicas ou suas imediações próximas (50m) a fim de evitar destruições desnecessárias;
- 5 – Comunicação às entidades de tutela de qualquer outra ocorrência identificada no âmbito dos revolvimentos de solo ocorridos na implementação das florestações e infra-estruturas associadas, de acordo com o disposto no artigo 78º da Lei 107/01 de 8 de Setembro, alterada Lei n.º 36/2021, de 14/06.

Específicas:

- 6 – Exclusão da florestação dos sítios do Penedo dos Mouros e Castelo, uma vez que são circunscritos por estruturas defensivas (muros delimitadores/muralhas);
- 7 – Delimitação por arqueólogo das áreas com vestígios arqueológicos sujeitos a impacte nos sítios Monte do Aljão e Risado e sua exclusão da florestação.

Preconiza-se ainda beneficiação e implementação de percursos pedestres, com limpeza e afixação de painéis interpretativos.

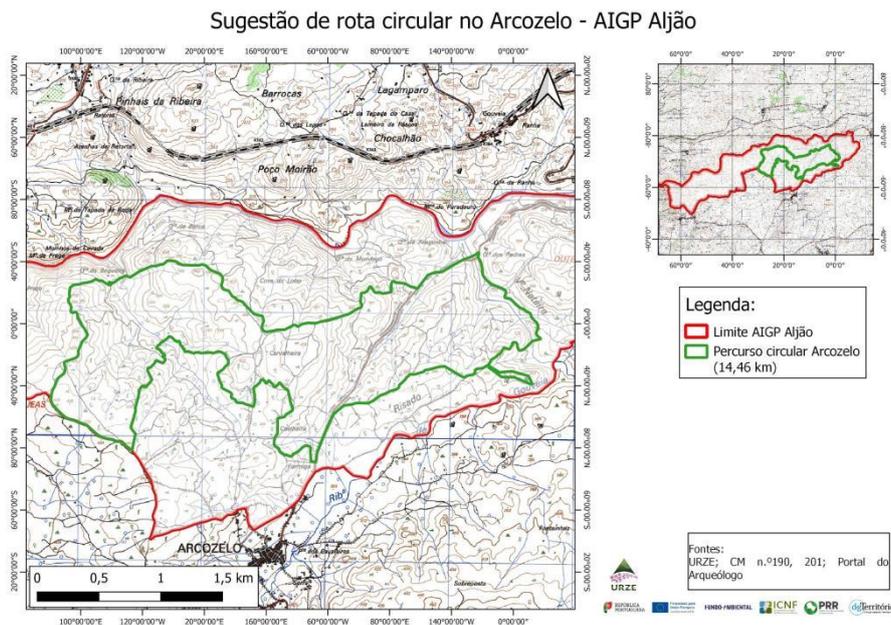


Figura 58 - Proposta de Percurso Circular na Freguesia de Arcozelo.

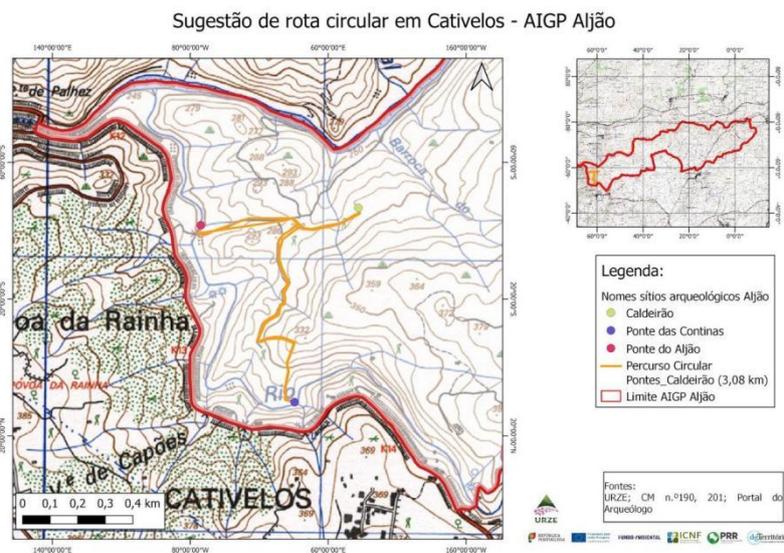


Figura 57 - Proposta de Percurso Circular na Freguesia de Cativelos.

- h) Promoção de povoadamentos florestais ordenados, biodiversos, multifuncionais e resilientes
- i) Fomento da agricultura, da silvopastorícia, cinegética enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

Actividade Cinegética:

A área da AIGP inclui 3 zonas de caça Associativa, conforme foi referido no ponto i) do subcapítulo A1 do Capítulo A.

Programa de apoio à gestão cinegética:

Este programa baseia-se no PGF da ZIF Aljão Mondego com as devidas adaptações devido aos fogos rurais que assolaram a área:

Assim, o ordenamento cinegético (*cf.* Decreto-Lei nº 201/2005 de 24-11-2005) preconiza gestão sustentável que inclui a conservação dos recursos cinegéticos, integração na gestão dos espaços florestais e a conservação da biodiversidade.

Afigura-se que na ausência de populações cinegéticas ou sendo estas diminutas, poderá levar à integração deficiente da gestão cinegética na gestão global dos espaços florestais.

A gestão cinegética pressupõe o conhecimento da dimensão e estrutura das populações e dos principais fatores determinantes da sua dinâmica, nomeadamente os fatores de mortalidade.

A gestão cinegética pode operacionalmente dividir-se:

1. Gestão do habitat;
2. Gestão das populações.

A intervenção nas populações através da actividade cinegética é um dos métodos de gestão das populações cinegéticas, afigurando-se por vezes como o método mais eficiente para intervir na estrutura das mesmas

As principais espécies alvo de aproveitamento cinegético, na área da AIGP, são: Coelho, lebre, perdiz, codorniz, javali, rola, patos, pombos, tordos, galinhola, narceja e sacarrabos.

No sentido de compreender a importância da flora para o fomento cinegético, no quadro seguinte faz-se um resumo das principais características de habitat e alimentação das espécies mencionadas.

Tabela 10 - Características espécies cinegéticas presentes na área da AIGP

Espécie	Habitat	Alimentação	Locais de nidificação	Época de reprodução
Coelho (<i>Oryctolagu</i>)	Zonas de mato. Terrenos secos e arenosos para facilitar a	Herbáceas, raízes, caules, grãos e cascas suculentas de árvores.	Nidifica no solo, dentro das tocas escavadas.	Março a Maio

<i>s cuniculus)</i>	construção de tocas.			
Lebre (<i>Lepus capensis</i>)	Zonas em pousio e terras cultivadas planas, húmidas e pouco cobertas.	Herbáceas, raízes, caules, grãos e cascas suculentas de árvores. Cereais.	Bosques protegidos e terrenos abertos. No solo em depressões rasas ou em áreas aplanadas na grama.	Março
Codorniz (<i>Coturnix coturnix</i>)	Zonas de cultivo, pastos e bosques. Paisagens abertas, planas ou ligeiramente onduladas, dando preferência a espaços com coberto vegetal complexo, geralmente inferior a 1 m de altura.	Insectívora de início evoluindo para alimentação vegetal à base de sementes de trigo e aveia, invertebrados e plantas verdes folhas e raízes.	Nidifica em áreas tradicionais de reprodução (2 a 10 ha). O ninho é construído com vegetação adventícia, no solo, geralmente na margem ou próximo de parcelas agrícolas.	Maió a Junho com nascimentos em Junho - Julho.
Perdiz (<i>Alectoris rufa</i>)	Prefere zonas de culturas cerealíferas, mas também se pode encontrar em áreas de mato e até em vinhas.	Insectívora de início evoluindo para alimentação vegetal à base de grãos de trigo, cevada e aveia, bolotas, folhas, rebentos, bagas, flores e raízes e uma grande variedade de plantas espontâneas.	Nidifica no solo, num ninho com o fundo coberto de plantas secas, junto a tufo de erva, debaixo de ramos secos ou junto a linhas de água ou caminhos.	Janeiro a Março com nascimentos em finais de Maio e Junho. Espécie nidífuga.
Rola (<i>Streptopelia turtur</i>)	Zonas de matas densas alternando com campos abertos.	Sementes de girassol, tremocilha, e cereais, embora também possa comer insectos.	Ninho constituído por gravetos entrecruzados em árvores várias e também em silvados, tojos e arbustos diversos.	Maió a Agosto
Pombo bravo (<i>Columba oenas</i>) Pombo trocaz	Zonas arborizadas. São dependentes da água pois os grãos de que se alimentam são amolecidos no papo.	Pombo bravo: grãos, bagas e bolotas. Pombo trocaz: bolotas, azeitonas e cereais.	P. bravo: ninho construído em buracos de árvores, de edifícios e em rochas.	P. bravo: 3 posturas por ano. P. trocaz: 2 a 3 posturas

<i>(Columba palumbus)</i>			P. torcaz: ninho construído em árvores a alturas elevadas.	por ano.
Tordo comum <i>(Turdus philomelos)</i> Tordo ruivo <i>(Turdus iliacus)</i>	Zonas arborizadas e suas orlas. Os habitats de reprodução preferidos do tordo são as florestas de coníferas ou de caducifólias, preferindo as zonas de campo aberto. Durante o Inverno pode ser encontrado em zonas mais diversas e onde a dominância do estrato arbóreo é menor, procurando também zonas de menor altitude. Tordo ruivo: encontra-se especialmente nas zonas agrícolas, com abundância de bosques, sebes e matas ribeirinhas.	Pequenos invertebrados e frutos, insectos, bagas e azeitonas. A existência de caracóis e minhocas parece ser um dos requisitos essenciais à presença desta espécie. Procura alimento preferencialmente debaixo de árvores e arbustos.	O ninho, em forma de taça, é revestido por líquenes, musgo e folhas, é construído pela fêmea, em árvores e arbustos, normalmente encostado ao tronco, por entre os ramos e raminhos. Tordo ruivo: O ninho é feito de palha e terra, sendo bastante espaçoso.	Abril a Junho
Espécie	Habitat	Alimentação	Locais de nidificação	Época de reprodução
Patos <i>(Anas sp.)</i>	Campos de cereais orlados por bosques de folhosas.	Frutos secos, carnudos, rebentos, insectos e vermes.	Faz o ninho em buracos de árvores, buracos no chão e debaixo de arbustos.	Setembro a Outubro com nascimentos em Abril-Junho
Galinholas <i>(Scolopax)</i>	Durante a migração faz paragens temporárias	Por sondagem, capturando presas no	O estrato herbáceo é bastante importante	Fevereiro a Agosto.

<i>rusticola</i>)	<p>em orlas, sebes, pequenos bosques e zonas de cultura.</p> <p>No Inverno encontra-se em zonas florestais (excepto se forem velhas ou homogéneas).</p> <p>De noite refugiam-se em pastagens ou prados permanentes.</p> <p>Na época de reprodução preferem zonas florestais de caducifolias ou mistas.</p>	<p>solo que revira com o bico à procura de moluscos e vermes. Também se alimenta de vegetais como folhas, frutos e pequenas sementes.</p>	<p>para protecção dos ninhos e refúgio dos juvenis. O ninho é feito quase ao nível do solo.</p>	<p>Espécie nidífuga.</p>
<p>Narceja (<i>Galinago galinago</i>)</p>	<p>No Inverno: pauis, campos de cultivo, pastagens alagadas, arrozais, margens de lagoas costeiras, beiras de valas ou pequenos açudes com margens não muito fechadas. Salinas, orlas de sapais e margens de rios e ribeiras.</p> <p>Na época de reprodução preferem lameiros e pastagens húmidas em zonas elevadas, terrenos mal drenados ricos em herbáceas e turfa.</p>	<p>Utilizam o seu bico longo para sondar a lama ou turfa mole para retirar larvas de insecto, minhocas e outros vermes.</p>	<p>O ninho é escondido em prados húmidos, muito bem disfarçado na vegetação.</p>	<p>Maio a Agosto.</p> <p>Espécie nidífuga.</p>
Espécie	Habitat	Alimentação	Locais de nidificação	Época de reprodução
<p>Javali (<i>Sus scrofa</i>)</p>	<p>Tem 2 necessidades: extensas áreas de abrigo (matos serrados) e água. A sua</p>	<p>Frutos, raízes, bolbos, tubérculos, larvas de insectos, pequenos vertebrados (ratos e</p>	<p>No solo.</p>	<p>Outubro a Maio com nascimentos de Fevereiro</p>

	<p>procura por alimentação é feita maioritariamente durante a noite. Durante o dia, vive em tocas, abrigos que escavam no solo com as suas patas.</p>	<p>lebrachos), ovos e até cadáveres de outros animais. Bolotas, castanhas e cereais.</p>		<p>a Abril.</p>
<p>Sacarrabos (<i>Herpestes ichnuemon</i>)</p>	<p>Densa cobertura florestal sendo o principal biótopo o maquis, matagal mediterrâneo espesso com lentiscos, estevas, sargaço, medronheiro, com arvoredo mais ou menos disperso de azinheira ou sobreiro, carvalho e até pinheiro bravo e eucalipto.</p> <p>Zonas próximas de linhas de água e zonas húmidas com vegetação densa de silvados e juncos.</p>	<p>Coelhos (crias e juvenis), lebres, pequenos mamíferos, répteis, ovos, aves, anfíbios, crustáceos, gastrópodes, carcaças, bagas e cogumelos.</p>	<p>No solo.</p>	<p>Fevereiro a Junho com nascimentos de Abril a Agosto.</p>

Da observação da Tabela 10 podemos concluir que para as espécies cinegéticas em causa a diversificação da ocupação do solo é benéfica. As espécies vegetais com maior importância para a alimentação das espécies cinegéticas são:

- Cereais: aveia, trigo e cevada;
- Herbáceas;
- Caules e raízes, cascas de árvores e folhas;
- Frutos: bolotas, bagas, azeitonas, castanhas, etc;
- Cogumelos.

Relativamente aos locais de nidificação, a vegetação herbácea arbustiva e muitas vezes fundamental quer para a construção dos ninhos quer como esconderijo dos progenitores e das suas jovens crias e mesmo para sua alimentação.

As árvores também têm aqui um papel fundamental na construção dos ninhos que é efectuada nos seus ramos ou troncos, assim como nos arbustos, nos silvados e tojais, de alimentação e de protecção das espécies cinegéticas, entre as quais se destacam com maior interesse as seguintes medidas:

- Para as espécies de caça menor são ideais os espaços abertos com pastagens e culturas agrícolas tradicionais, com pequenos bosquetes e manchas de matos. Para a caça maior as áreas fechadas têm mais importância tanto ao nível do estrato arbustivo como arbóreo;

- Deve procurar-se uma proporção harmoniosa entre folhosas e resinosas, em povoamentos mistos, uma vez que as folhosas oferecem alimento para os grandes mamíferos através das folhas, gomos e frutos, enquanto as resinosas fornecem locais de repouso pela densa vegetação, principalmente durante as fases de nascedio e novedio;

- As modalidades de assentamento de cortes de realização que envolvam a maior parte ou a totalidade do andar das copas (corte raso, corte sucessivo muito acentuado e corte salteado por grandes grupos de árvores em povoamentos irregulares) pode vir a providenciar pasto arbóreo, através da regeneração e pasto herbáceo, pela exposição do solo, muito abundantes;

- A modalidade de cortes salteados é a mais adequada na perspectiva cinegética pois permite assegurar a presença permanente de coberto vegetal e de árvores de idades diferentes;

- Os desbastes podem favorecer o estabelecimento de vegetação lenhosa sob coberto, mas devem ser de grau mais elevado do que o usual para a produção de material lenhoso para que a resposta seja significativa;

- Deve ser assegurada a presença de diferentes estratos de vegetação pois estes proporcionam a riqueza do meio em alimento e coberto;

- Sempre que possível deve optar-se pelo regime de regeneração de talhadia nas modalidades simples e irregular. É o que mais convém à caça maior, uma vez que disponibiliza rebentos frescos a curtas rotações e a uma altura acessível. A talhadia composta também tem a vantagem de manter, em toda a superfície do povoamento, árvores produtoras de semente, assegurando uma melhor produção de frutos;

- Sempre que possível deve optar-se pela gestão de povoamentos em estrutura irregular pois proporciona maior diversidade estrutural ao facilitar a coexistência do corte e da

regeneração, numa dinâmica que mantém sensivelmente constante a capacidade de acolhimento do povoamento;

- Na gestão de áreas mais vastas devem-se equilibrar as áreas de povoamentos regulares e irregulares, puros e mistos, uma vez que algumas espécies de animais só encontram boas condições de sobrevivência em grandes extensões homogéneas;

- Para a caça menor são mais vantajosas as áreas pouco arborizadas com mosaicos de ocupação agro-silvo-pastoril;

- Os desperdícios resultantes das operações culturais, ramos e folhas devem ser postos à disposição dos animais durante a altura em que o alimento é escasso, no entanto, não devem constituir um manto de combustível denso pois aumentam o risco de incêndio, mas encontrar-se em pequenas proporções de forma ordenada de modo a que não dificulte a circulação das espécies cinegéticas;

- Em zonas extensas de mato denso devem-se efectuar limpezas através de corte ou fogo controlado de modo a favorecer uma estrutura em mosaico de manchas de mato e manchas de vegetação herbácea;

- A exploração florestal deve ser compatibilizada, na calendarização e nas modalidades de execução técnica com os períodos e rotas de migração e locais de repouso da avifauna florestal, principalmente com o respeito pelos locais de dormida e de nidificação e época de reprodução;

- Para a fauna é mais interessante dar uma orla sinuosa à floresta em vez de rectilínea, sendo também mais agradável a nível paisagístico;

- Podem ser instalados “equipamentos específicos” como culturas para a caça, pastagens, comedouros e pontos de água que têm como objectivo a minimização das alterações que o projecto florestal possa originar assim como assegurar o equilíbrio entre a densidade das populações cinegéticas e a produção lenhosa;

- Intercalar culturas no interior do espaço florestal permite assegurar uma fonte de alimento importante para a fauna, sobretudo nos períodos de maior escassez. A sua implantação deve ser repartida pela área do povoamento de modo a criar maior diversidade e aumentar o efeito de orla. Devem ser instaladas em locais protegidos do vento, com boa exposição, solo bem drenado e afastado dos caminhos mais frequentados, mantendo-se acessíveis;

- As pastagens constituem uma fonte de alimento mais regular para a caça maior, podendo aproveitar-se as pastagens naturais. Quando se optar pela instalação de pastagens permanentes ou temporárias, estas devem ficar localizadas em áreas de mata pouco

produtivas ou em espaços abertos do povoamento como clareiras, aceiros e linhas eléctricas. Nas zonas abertas devem ser deixadas pequenas manchas de matos para suprimir o deficit de abrigo.

Relativamente ao fornecimento de alimento a mesma fonte identifica as seguintes normas de intervenção activa:

- Nos povoamentos florestais onde o alimento seja uma condicionante à presença de espécies cinegéticas, o fornecimento de alimento deve ser uma medida de gestão a considerar;

- Para habituar os animais à sua utilização, os postos de abastecimento devem ser colocados no terreno antes do período em que virão a ser necessários, em locais calmos, de solo bem drenado e facilmente acessível para um posterior aprovisionamento;

- Os postos de abastecimento devem ser bem distribuídos pela área e ser mudados de local regularmente de modo a evitar a criação de condições de concentração dos indivíduos num dado local o que origina propagação de doenças e ocorrência de danos no povoamento florestal.

No sentido de não comprometer os proprietários relativamente ao uso do solo futuro [excepto no que diz à ocupação de FGC no âmbito da estratégia de DFC] e devido há por ora não colaboração entre a Entidade Gestora da AIGP e Zonas de Caça não se definem áreas exactas a destinar ao apoio à cinegética mas sim, determina-se que cerca de 10 % da AIGP seja destinado para este fim.

Actividade Apícola:

A actividade apícola, na sua vertente económica, constitui na maior parte dos casos complemento relevante aos rendimentos das explorações. No entanto, a importância do sector apícola ultrapassa a sua vertente económica, tendo também um papel preponderante no equilíbrio ecológico da flora através da actividade polinizadora das abelhas, que se traduz num acréscimo da produtividade e rentabilidade de diversas culturas agrícolas.

O mel é produzido pelas abelhas que retiram o néctar das flores e o transformam, através de um processo químico natural, em mel. Como as flores são de diferentes cores e constituições, estas originam mel de diferentes sabores e tonalidades.

Na região da Serra da Estrela as principais espécies vegetais com importância para a produção de mel são as seguintes:

- Ericáceas (urzes);
- Rosmaninho;
- Tojo;
- Cistáceas (esteva, sargaço, etc.);

- Eucalipto.

Na área da AIGP Aljão existem algumas colmeias, nomeadamente na Freguesia de Cativelos junto ao marco geodésico do Alto das Mós, numa região onde predomina o rosmaninho, o tojo e as cistáceas.

A actividade apícola, na sua vertente económica, constitui na maior parte dos casos complemento relevante aos rendimentos das explorações. No entanto, a importância do sector apícola ultrapassa a sua vertente económica, tendo também um papel preponderante no equilíbrio ecológico da flora através da actividade polinizadora das abelhas, que se traduz num acréscimo da produtividade e rentabilidade de diversas culturas agrícolas.

Programa de apoio à Atividade Micológica:

Os cogumelos silvestres comestíveis, abundantes nos bosques e florestas, são um recurso de crescente valorização e procura pelo mercado. São um recurso florestal cujo aproveitamento deve ser encarado numa perspectiva abrangente de diversificação económica do meio rural, através do desenvolvimento do turismo de natureza, pela criação de percursos micológicos e ações de educação ambiental, com adesão crescente em Portugal, ou do turismo gastronómico e promoção de outros produtos locais, para além de permitir reforçar a participação do público em geral na conservação da floresta.

Na área da AIGP Aljão existem algumas espécies de cogumelos com interesse gastronómico mas também espécies não comestíveis e até venenosos. De entre as espécies existentes destacam-se as seguintes:

1. *Tricholoma equestre* (cogumelo dos cavaleiros) - não comestível;
2. *Russulas sp* – algumas são comestíveis mas por serem facilmente confundíveis com as não comestíveis desaconselha-se o seu consumo;
3. *Macrolepiota procera* (frade) - comestível;
4. *Amanita muscaria* (mata moscas) - venenoso;
5. *Mycenas sp* – não comestível;
6. *Lactarius deliciosus* (Sancha) - comestível.

Programa de apoio à gestão dos recursos piscícolas:

Na área da AIGP existe apenas uma concessão de pesca no Rio Torto gerida pela Associação de Caçadores e Pescadores de Cativelos Travessa da Ponte Nova – Cativelos;

Assim como a cinegética, a pesca em águas interiores pode assumir uma grande importância na economia local e regional, para além de promover as localidades, proporciona também o turismo e o escoamento de produtos locais, contribuindo deste modo para o desenvolvimento rural.

Como medidas de desenvolvimento desta actividade propõe-se o repovoamento piscícola das zonas com potencial interesse assim como a implementação de um sistema de monitorização e gestão das populações piscícolas. Estas medidas são da responsabilidade das associativas de pesca.

Relativamente à importância da vegetação ribeirinha propõe-se:

- Arborização das margens dos cursos de água com espécies lenhosas ribeirinhas (*Amieiro-Alnus glutinosa*, *Aalgueiro Salix spp.* e *Freixo-Fraxinus excelsior*);
- Os cortes do arvoredo ou quaisquer outras acções sobre a vegetação ribeirinha devem ser condicionadas de modo a que seja sempre garantido o revestimento das margens;
- Criação de zonas reservadas para as espécies ameaçadas;
- Definição de zonas de pesca desportiva e articulação da actividade piscatória com outras actividades de Implementação de infra-estruturas de apoio como sejam plataformas de pescadores em locais estratégicos ao longo dos cursos de água de forma a criar condições mais seguras para a prática da pesca.
- Os pontos de pesca e infraestruturas de apoio deverão encontrar-se bem articuladas com outras actividades de lazer e recreio locais.

j) Desenvolvimento do potencial das actividades económicas rurais de proximidade, promovendo e/ou reforçando a geração de valor

A proposta elaborada para a AIGP Aljão prevê o uso múltiplo do território deixando aberta a possibilidade de existir exploração económica de produtos que não estão previstos ser explorados.

Os produtos que se prevêem explorar à data da elaboração do projeto são: lenho de pinheiro-bravo, resina de pinheiro-bravo, lenho de pseudotsuga, biomassa resultante de resíduos florestais, frutos secos como o pinhão de pinheiro manso, bem como Cardo (*C. cardunculus spp. flavescens* (cardo) é referida como sendo usada no fabrico de queijo para Queijarias.

Para além dos bens comerciais, o redesenho da paisagem da AIGP Aljão prevê a geração de serviços externalizáveis (mencionados acima no b. Valorização da biodiversidade e

dos serviços de ecossistemas) que são promotores de outras atividades económicas que se possam desenrolar na área da AIGP tais como o turismo de natureza em todas as suas vertentes: alojamentos rurais, dinamismo de atividades para turistas.

Serão alvo de colaboração e fruto de reuniões para o desenvolvimento regional associações locais de desenvolvimento, pequenos produtores locais (leite, gado, agroalimentar, restauração), Câmara Municipal de Gouveia, as Juntas de Freguesia, a DRAPC e eventualmente a CIM-BSE.

A2.3 Articulação com o quadro-legal

a) Instrumentos de Gestão Territorial

A proposta para a AIGP Aljão enquadra-se e é compatível com as disposições aplicáveis no quadro legal e regulamentar aplicável, bem como com outros planos, programas ou projetos. A proposta enquadra-se com os instrumentos de Gestão Territorial, como o Plano Diretor Municipal (PDM), Programas Regionais de Ordenamento Florestal, e Programas Especiais das Áreas Protegidas.

1 – Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem

Os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) são uma das medidas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP) e que se destinam a planear e programar a transformação da paisagem com características próprias e que apresentem uma floresta vulnerável: visam implementação de uma paisagem multifuncional e resiliente, novas atividades económicas e ao incremento remuneração dos serviços dos ecossistemas. Perante os seguintes objectivos:

- Promoção do ordenamento e multifuncionalidade da floresta, com instalação e condução de povoamentos ordenados, biodiversos e resilientes, alternando o mosaico agrícola, e silvopastoril com mosaicos agrícolas, com áreas abertas, sustentando desta forma a a exploração e gestão das atividades económicas associadas, prestando serviços ambientais diversos e de o que leva a reduzir significativamente o risco de incêndio e a severidade da área ardida, promovendo uma acumulação duradoura do carbono;
- Promoção as atividades agrícolas, agropastoris e as pastagens naturais, valorizando a agricultura sustentável, de produção biológica e de conservação e incentivando a produção e consumo da pequena agricultura de proximidade, contribuindo para a constituição de espaços de descontinuidade que reduzam a progressão de incêndios e contribuam para promover o uso produtivo e regenerativo do capital natural;
- Promoção da valorização do capital natural e cultural, garantindo o incremento da biodiversidade, a proteção e regeneração dos recursos solo e água e a remuneração dos serviços dos ecossistemas insuficientemente valorizados pelo mercado e fomentando a criação de valor a partir dos recursos e valores disponíveis para atividades agrícolas, silvícolas, silvopastoris, cinegéticas e turísticas;

Estas têm como base o nível de perigosidade ao nível das freguesias, definido na carta de perigosidade estrutural de incêndio. Para a execução destes PRGP contribuem, entre outras esta AIGP com as devidas OIGP.

Face ao exposto, a AIGP do Aljão é uma dessas medidas que complementa o Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem da Serra da Estrela (PRGP SE), pois esta têm na sua constituição três freguesias na lista de freguesias vulneráveis (*cfr.* Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro) e contribui para os objectivos deste PRGP através de :

- Potenciar as características biofísicas dos territórios de floresta (ponto características biofísicas), as potencialidades produtivas dos solos e o equilíbrio dos diferentes ciclos naturais;
- Aumentar a resiliência dos territórios aos riscos, em particular ao de incêndio, mas também a minimização de outras vulnerabilidades num quadro de alterações climáticas; (ponto das espécies culturais) e sistema húmido e seco
- Aumentar as interfaces de ocupação do solo pela constituição de mosaicos culturais geridos na perspetiva espacial e temporal, impulsionando a construção coletiva de paisagens mais sustentáveis; (ponto das espécies culturais) e sistema húmido e seco

Estimular os produtores agrícolas e florestais e outros agentes ativos no terreno a executarem as várias formas de gestão e conservação dos espaços rurais (outras atividades socioeconómicas);

Aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades, preferencialmente através de entidades e organizações coletivas, potenciando o aumento da produtividade e da rentabilidade dos ativos florestais e a melhoria do ordenamento e conservação dos espaços rurais;

Dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala.”

Este modelo de gestão agrupada é operacionalizado através de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), dirigido a contextos microterritoriais específicos, com escala adequada para uma gestão ativa e racional.

2- Programas especiais das Áreas Protegidas

Apesar da proximidade ao Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), a AIGP Aljão não está abrangida na área do PNSE, nem está inserida em nenhuma área de proteção total e/ou parcial. No que diz respeito à fauna do Plano Sectorial da RN2000, a Figura 60 apresenta algumas espécies identificadas na área da AIGP e, relativamente à Directiva Aves, da RN2000, a Figura 61 apresenta as várias aves cuja presença foi detetada e as respetivas áreas.

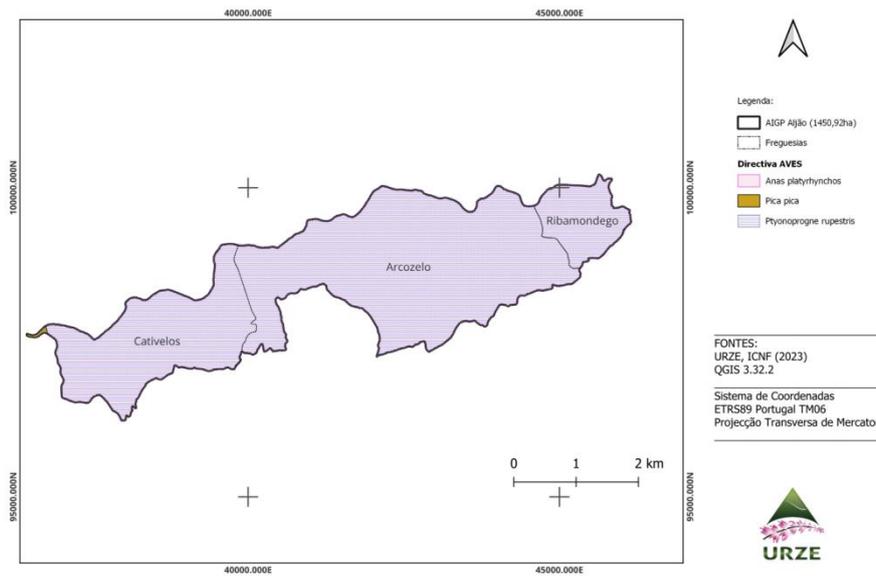


Figura 58 - Directiva Aves AIGP Aljão. Fonte: (Geocatálogo ICNF).

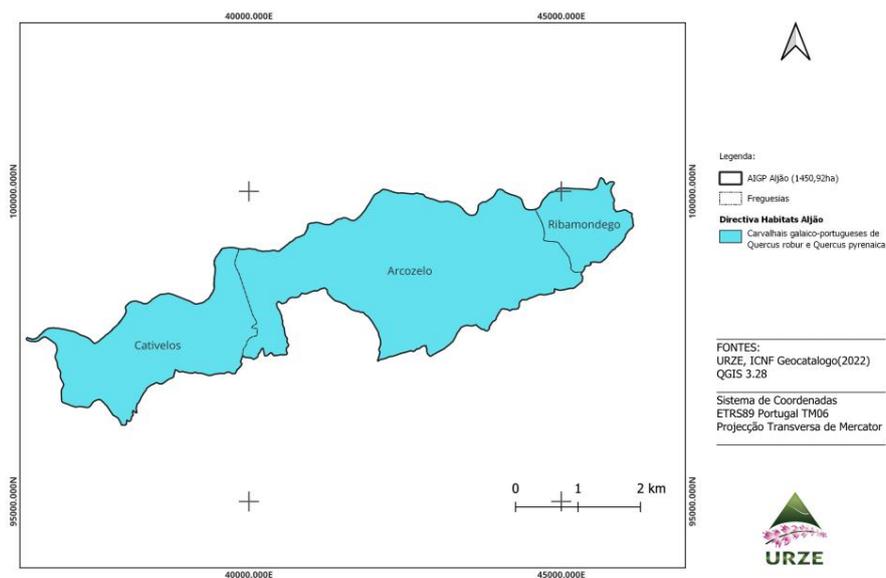


Figura 59 - Directiva Habitats AIGP Aljão Fonte: (Geocatálogo ICNF)

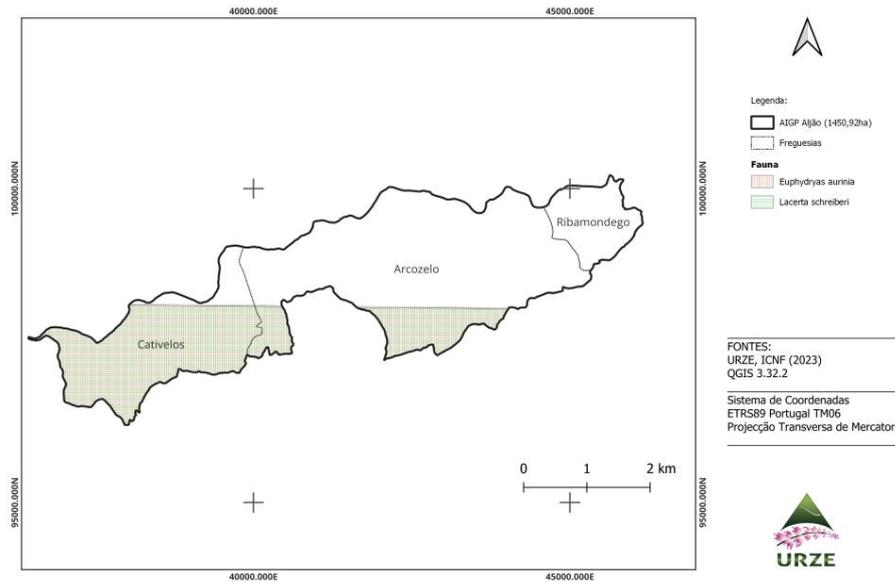


Figura 60 - Espécies da fauna do PSRN2000. Fonte: Geocatálogo.

3 – Programas Regionais de Ordenamento Florestal

No que diz respeito ao Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF), a área da AIGP Aljão, insere-se no PROF Centro Interior (CI) e abrange a sub-região homogénea do Alto Mondego (Figura 65). Os espaços florestais desta sub-região apresentam um grande potencial para a produção lenhosa, mas têm também um bom potencial para as atividades da silvopastorícia, caça e da pesca em águas interiores.

Como objectivos estratégicos, na área deste PROF: comuns a todas as sub-regiões homogéneas:

- a) Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual;
- b) Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos;
- c) Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados;
- d) Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas;
- e) Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas;
- f) Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas;
- g) Promover a gestão florestal ativa e profissional;
- h) Desenvolver e promover novos produtos e mercados;
- i) Modernizar e capacitar as empresas florestais;
- j) Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
- k) Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;

- l) Diminuir a perigosidade de incêndio florestal;
- m) Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
- n) Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
- o) Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;
- p) Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvopastoril;
- q) Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
- r) Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

A Proposta de OIGP vai de encontro a estes objectivos, através das espécies a implementar e depois a gerir.

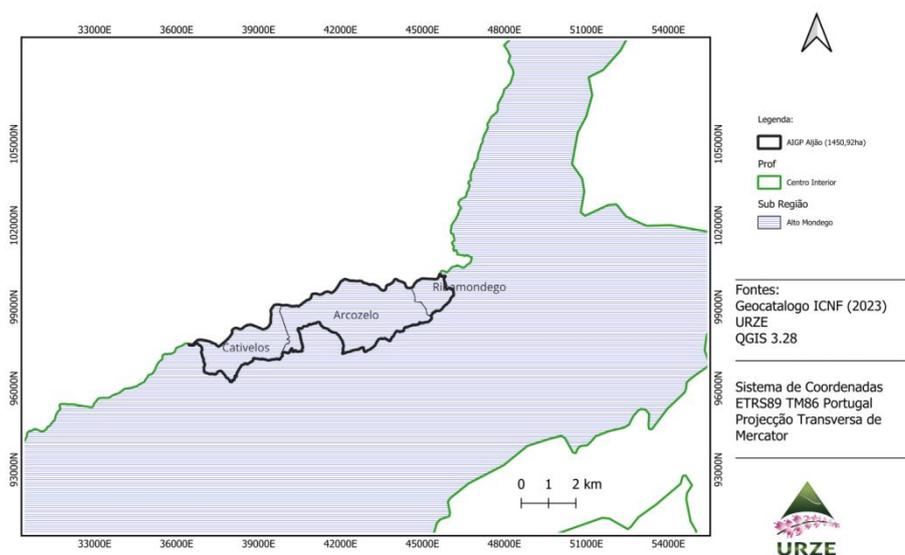


Figura 61 - Enquadramento da AIGP Aljão no PROFCI. Fonte (Geocatálogo ICNF).

Na Sub-região homogénea **Alto Mondego** visa-se a implementação e o desenvolvimento das seguintes funções gerais dos espaços florestais:

- a) Função geral de produção;
- b) Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores;
- c) Função geral de proteção.

Nesta sub-região devem ser privilegiadas as seguintes espécies florestais:

- a) Espécies a privilegiar (Grupo I):
 - i. Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*)
 - ii. Carvalho-alvarinho (*Quercus robur*)

- iii. Carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*)
 - iv. Carvalho-português (*Quercus faginea*)
 - v. Castanheiro (*Castanea sativa*)
- b) Outras espécies a privilegiar (Grupo II):
- i. Amieiro (*Alnus glutinosa*)
 - ii. Aveleira (*Carylus avellana*)
 - iii. Carvalho-americano (*Quercus rubra*)
 - iv. Cerejeira-brava (*Prunus avium*)
 - v. Choupo (*Populus sp.*)
 - vi. Cipreste-comum (*Cupressus sempervirens*)
 - vii. Cedro-do-Oregon (*Chamaecyparis lawsoniana*)
 - viii. Cedro-do-Buçaco (*Cupressus lusitanica*)
 - ix. Freixo (*Fraxinus angustifolia*)
 - x. Medronheiro (*Arbutus unedo*)
 - xi. Nogueira-preta (*Juglans nigra*)
 - xii. Pinheiro-negro (*Pinus nigra*)
 - xiii. Pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*)
 - xiv. Pseudotsuga (*Pseudotsuga menziesii*)
 - xv. Salgueiro (*Salix sp.*)
 - xvi. Tília (*Tilia tomentosa*)
 - xvii. Bétula (*Betula pubescens*)

Na área da AIGP está também presente uma área relevante de corredor ecológico, com cerca de **1.011** hectares, ordenada pelo PROF-CI (Figura 679).

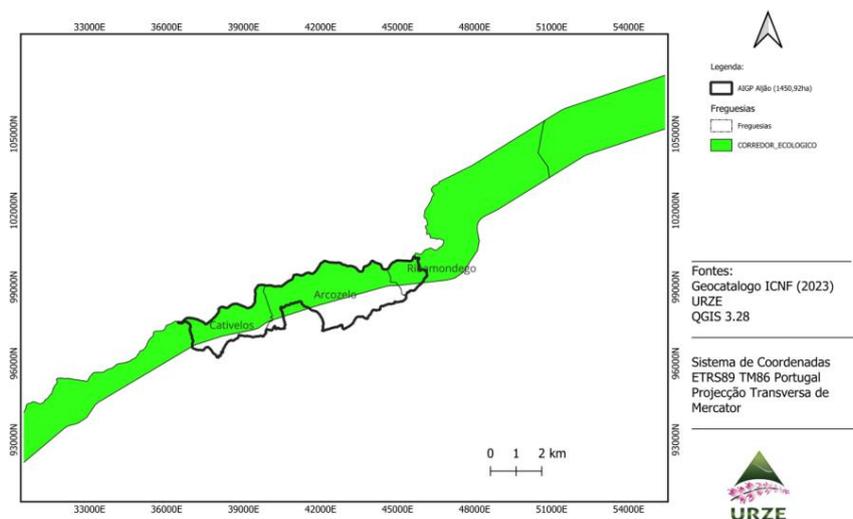


Figura 62 - Corredor ecológico na AIGP Aljão

Este vai ser objeto de tratamento específico no âmbito das operações para a transformação da paisagem, nomeadamente nas intervenções silvícolas preconizadas no PROF CI no que diz respeito às áreas dentro de corredor ecológico. De facto, o referido corredor é coincidente com o Mondego e outras linhas de água conforme se referiu na caracterização biofísica.

DISTÂNCIA ÀS MARGENS DA LINHA DE ÁGUA (l.a.)	NORMAS A APLICAR
Linhas de água torrenciais ou temporárias	
Até 5 m da l.a. torrencial ou temporária	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação; - As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones; - Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem.
Superiores a 5 m da l.a. torrencial ou temporária	<ul style="list-style-type: none"> - Assume o estipulado para a SRH respetiva, onde eventuais restrições decorrem apenas da identificação de valores em presença.
Linhas de água permanentes	
Até 10 m da l.a. permanente	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicam-se apenas as normas respeitantes às funções de proteção e conservação; - As ações de (re)arborizações devem recorrer apenas a espécies autóctones; - Não deverão ser realizadas operações de mobilização do solo mecânicas e que alterem o perfil da margem
Entre os 10 m e os 500 m da l.a. permanente	<ul style="list-style-type: none"> - Assume o estipulado para a SRH respetiva - Nas ações de (re)arborizações deve ser garantida a instalação ou manutenção de espécies autóctones numa área mínima de 20% da área da unidade de gestão a intervir.
Superiores a 500 m da l.a. permanente	<ul style="list-style-type: none"> - Assume o estipulado para a SRH respetiva - Quando estejam em presença no local, devem ser preservados os habitats da lista de SIC da RN2000.

Figura 63- Normas a aplicar consoante a distância às margens da linha de água.

Assim e conforme o disposto na seguinte tabela, e em consonância com a Linha de água principal -Rio Mondego, temos as seguintes ocupações propostas no corredor ecológico (Tabela 12):

Tabela 11 - Classes de Ocupações Propostas em Corredor Ecológico

Corredor ecológico		
UOSPI	UOSPC	Área(ha)
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	14
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	28
Cursos de água naturais	9.1.1.1	6
Florestas de eucalipto	5.1.1.5	4
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	155
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	52

Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	138
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	90
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	475
Florestas de sobreiro	5.1.1.1	5
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	24
Olivais	2.2.3.1	5
Pastagens espontâneas	3.1.2.1	3
Pastagens melhoradas	3.1.1.1	1
Pomares	2.2.2.1	1
Vegetação esparsa	7.1.3.1	1
Vinhas	2.2.1.1	8
	Total:	1.011

A proposta apresentada acima articula-se com o Programa Regional de Ordenamento do Florestal – Centro interior.

Deste modo as espécies escolhidas para a instalação de novos povoamentos constam das espécies elencadas nos dois grupos de espécies a privilegiar na Sub-região homogéneas Alto Mondego, adequando-se às condições biofísicas dos locais onde se prevê instalar novos povoamentos florestais e através de intervenções adequadas ao meio e reguladas pelo PROF-CI.

No que se diz respeito à gestão de povoamentos existentes preconizam-se um conjunto de ações que auxiliem a correta condução dos povoamentos por forma a cumprir as diversas funções florestais ordenadas pelo PROF-CI na SRH do Alto Mondego (Função geral de produção, Função geral de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores e Função geral de proteção).

Esta proposta elaborada com foco nos objetivos estratégicos previamente definidos: incremento da resiliência da paisagem ao fenómeno de incêndio rural, incremento do valor económico da paisagem e manutenção e melhoria dos serviços de ecossistemas e outras

externalidades geradas pela paisagem, indo assim, de encontro às funções definidas para as Sub-regiões homogéneas visadas no PROF-CI nesta AIGP .

No que toca às técnicas de instalação e de condução preconizada dos povoamentos e sistemas agro florestais a instalar é também concordante com o previamente definido no programa em questão.

Adaptados do Anexo I do regulamento do PROF CI, cfr. Portaria n.º 55/2015 são referidos as normas e modelos de silvicultura preconizados para a AIGP Aljão (Tabela 12).

Tabela 12 - Modelos de Silvicultura na AIGP.

PROF - CÓDIGO	PROF - DESIGNAÇÃO	AIGP - ALJÃO
PB	Povoamento puro de pinheiro-bravo, objetivo principal produção de lenho	5.1.2.1-161,38 ha
PM2	- Povoamento puro de pinheiro-manso, em alto fuste, objetivo principal produção de fruto	5.1.2.2-587,53 ha
CA	- Povoamento puro de carvalho alvarinho, em alto fuste, objetivo principal produção de lenha ou lenho	5.1.1.3-166,9405 ha
SB1	- Povoamento puro de sobreiro, produção de cortiça (produto principal) e lenho (produto secundário)	5.1.2.2-- 587,5317ha
CA	puro de carvalho alvarinho, para produção de lenho	5.1.1.3-166,94 ha
PD	puro de Pseudotsuga, produção de lenho	5.1.2.3-76,40 ha

FR	puro de Freixo, produção de lenho	5.1.1.7-177,42ha
----	-----------------------------------	------------------

Tabela 13 - Modelo de silvicultura do PROF-CI para povoamentos puros de pinheiro-bravo, para produção de lenho.

Intervenção		Descrição da intervenção
Instalação	Regeneração natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Geralmente é abundante, contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
	Sementeira	Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. Em linhas, entre outubro e novembro, às primeiras chuvas, sobretudo nas situações mais secas.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas, ou mesmo melhoradas. É o método mais usado entre nós. Em linhas, entre outubro e novembro. Densidade inicial: entre 1300 e 1700 plantas por hectare.
Limpeza de mato		Realizar com o objetivo de reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. A efetuar manualmente nas linhas de plantação.
Limpeza de mato suplementar		Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Realizar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
Limpeza de povoamento		Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento.
Desramação		Tem como objetivo melhorar a qualidade da madeira, através do aumento da proporção de lenho limpo, sem nós. Desramação das árvores selecionadas previamente como árvores de futuro, feita até aos 3-4 m de altura. Realizar em 2 a 3 intervenções. Desramam-se árvores com DAP compreendido entre os 10 e os 15 cm. Não se devem cortar ramos com mais de 2 a 3 cm de diâmetro de base. Na segunda desramação faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, até 300-500 por hectare.
Desbaste		Obtenção de receitas intermédias e seleção das árvores que chegarão a corte final. Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Remover árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
Corte de realização		Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção da receita principal do povoamento. A realizar entre os 40 e os 70 anos, dependendo do objetivo e da qualidade da estação. Densidade final: entre 300 a 500 árvores por hectare.

Tabela 14 - Modelo de silvicultura do PROF-CI para Povoamento puro de pinheiro-manso, em alto fuste, objetivo principal produção de fruto.

INTERVENÇÃO		DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Regeneração natural	É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação.
	Sementeira	A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos. A realizar no período de repouso vegetativo.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. A efetuar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 800 a 1300 árvores por hectare. Para otimizar a produção de fruto a densidade pode ser menor e o compasso deve ser definitivo, recorrendo à enxertia para obtenção de melhores frutos.
Limpezas de mato		Têm como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Executar manualmente nas linhas de plantação.
Limpeza de mato suplementar		Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Efetuar mecânica ou manualmente nas entrelinhas.
Desramação		Realiza-se com o objetivo de melhorar a qualidade da madeira através do aumento da proporção de lenho limpo. A efetuar sobre o fuste, entre os 8 e os 12 anos e entre os 20 e os 25 anos, removendo apenas os ramos do terço inicial do tronco. Nas árvores em frutificação cortar os ramos inferiores, que não produzem flores femininas.
Desbastes		Realizados pelo baixo, com o objetivo de aumentar o espaçamento entre as árvores, estimulando o crescimento em diâmetro do tronco e proporcionando condições de boa frutificação. Realizar quando houver contacto entre as copas, a partir dos 15 a 20 anos e em quatro operações com intervalos de 10 anos, removendo em cada uma cerca de 20% das árvores.
Corte final		Corresponde ao termo de explorabilidade e à obtenção de receita do povoamento. A realizar pelo 80 a 100 anos de idade, em 200 a 400 árvores por hectare.

Tabela 15 - Modelo de silvicultura do PROF-CI. Povoamento puro de carvalho alvarinho, em alto fuste, objetivo principal produção de lenha ou lenho.

Intervenção		Descrição da intervenção
Instalação	Regeneração natural	Em povoamentos já instalados, é assegurada por assentamento de cortes sucessivos ou cortes de sementeira. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. Quando existe, deve ser aproveitada. O sucesso depende das características da estação.
	Sementeira	Preferível no período de outono. Não é viável quando existe o risco das sementes serem consumidas por animais. A germinação pode ser irregular. Pode ser o método mais recomendado no caso de solos pobres e/ou com afloramentos rochosos.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intraespecífica precoce. Permite a utilização de plantas selecionadas. No outono, após as primeiras chuvas. Densidade inicial: 800 a 1600 árvores por hectare.
Limpeza de mato		A realizar quando a vegetação infestante entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Realizar manualmente, nas linhas de plantação. A efetuar quando as árvores têm entre 1 a 6 m de altura total.
Limpeza do povoamento		Realizada com o objetivo de reduzir a densidade do povoamento, assegurando uma distribuição mais equilibrada das árvores do povoamento. A efetuar quando as árvores têm entre 3 a 6 m de altura total.
Poda de formação		A realizar nas plantas mais vigorosas e melhor conformadas, bem distribuídas no povoamento, até um máximo de 400 por hectare. Pode efetuar-se em duas passagens: a 1ª quando as árvores têm entre 1,5 e 2 m de altura, a 2ª quando as árvores têm cerca de 3 m.
Desbaste		A iniciar simultaneamente com uma nova seleção de árvores de futuro (60 a 100 por hectare). Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser desbastes seletivos pelo alto mistos, retirando 15 a 25% das árvores no primeiro e 25 a 30% nos seguintes. Mais tarde deverão ser desbastes seletivos pelo baixo, com a preocupação de não danificar os indivíduos provenientes da regeneração natural, conduzindo o povoamento para uma densidade final de 70 a 90 árvores por hectare. Devem iniciar-se cerca dos 20 anos e repetir-se a intervalos de cerca de 10 anos, eventualmente mais espaçados a partir dos 60 anos.
Corte de realização		A realizar entre os 100 e os 120 anos de idade, em 60 a 80 árvores por hectare. A altura total das árvores poderá atingir cerca de 30 m. Se o objetivo for aproveitar a regeneração natural a modalidade de corte raso pode não ser a mais indicada, podendo privilegiar-se os cortes sucessivos, ou uma modalidade de corte com reservas (15 a 20 árvores por hectare, para preservar árvores velhas que desenvolvam cavidades para abrigo da fauna).

Tabela 16 - Modelo de silvicultura do PROF-CI Povoamento puro de sobreiro, produção de cortiça (produto principal) e lenho (produto secundário).

INTERVENÇÃO		DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação	Regeneração natural	A sua regeneração natural ocorre em solo nu e debaixo do coberto de resinosas e folhosas. É o método de instalação que pressupõe menores custos. Contudo pode não ser suficiente para uma densidade aceitável. O sucesso depende das características da estação. Não regenera em solo coberto com folhada ou com herbáceas. O pastoreio e os incêndios também são incompatíveis.
	Plantação	É aconselhável em solos não muito delgados ou que não estejam muito degradados. Dispensa a limpeza intra-específica precoce. A efetuar no período de repouso vegetativo. Densidade inicial: 1100 a 1300 árvores por hectare.
Limpeza de mato		Após a retanchar. Tem como objetivo reduzir a concorrência pela luz, água e elementos minerais. Efetuar quando a vegetação espontânea entra em concorrência diretamente com as jovens plantas. Manual nas linhas de plantação e mecânica nas entrelinhas. É vulgar a sua repetição.
Limpeza de mato suplementar		Tem como objetivo reduzir o risco de incêndio. Realizar quando o estrato arbustivo entra em contacto com a parte inferior da copa. Efetuar mecanicamente nas entrelinhas, se o copado ainda não estiver fechado.
Limpeza de povoamento		Tem como objetivo reduzir a densidade do povoamento. Densidade final: 800 a 1000 árvores por hectare. Remoção, entre os 10 e os 15 anos, das árvores mortas, doentes e de pior qualidade (com forma deficiente, com ramos muito grossos ou sem dominância apical).
Desramação		Fazer uma pré-seleção de árvores de futuro, de não mais de 200 a 300 por hectare, pelos 10 a 15 anos. Desramar até cerca de 1/3 da altura. Na 2ª desramação, pelos 20 a 30 anos, faz-se a escolha definitiva das árvores de futuro, 150 a 220 por hectare.
Desbaste		Iniciam-se pelos 20 a 30 anos e repetem-se (até 3 desbastes) a intervalos de cerca de 10 anos, quando houver contacto entre as copas das árvores. Os primeiros desbastes deverão ser pelo alto mistos e o último pelo baixo, com a preocupação de não danificar a regeneração natural. Devem ser retiradas em cada desbaste 30 a 40% das árvores, podendo esta proporção ser um pouco mais elevada no primeiro desbaste (35 a 45%), quando a densidade inicial é elevada.
Corte final		Corte raso, pelos 60 anos. Densidade final de 150 a 220 árvores por hectare.

Tabela 17 - Modelo de silvicultura do PROF-CIPuro de Pseudotsuga, produção de lenho.

INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Instalação por plantação	É aconselhável em solos fundos, ligeiros, férteis e frescos, de pH próximo de 7 e textura franca. Especialmente indicada para terrenos agrícolas abandonados e terrenos ribeirinhos. Instalação de 800 a 1000 plantas por hectare, a efetuar no período de repouso vegetativo.
Limpezas	São muito sensíveis à concorrência das plantas espontâneas nas primeiras idades. Limpeza manual nas linhas de plantação, antes da rebentação, enquanto a altura média das árvores variar entre 1 e 6 metros. Realizar até as plantas deixarem de correr o risco de serem dominadas pela vegetação espontânea. Em faixas e/ou mecânica ou manualmente, junto às plantas.
Rolagem	A realizar em árvores mal conformadas ou com porte arbustivo, de 3 a 6 metros de altura, quando o sistema radical esteja bem instalado, para corrigir a sua forma.
Poda de formação	Em 3 ou 4 passagens, entre os 13 e os 17 anos, para garantir árvores com fuste direito e sem bifurcação. A realizar nas melhores árvores (vigorosas e bem conformadas), no máximo de 400 por hectare, bem distribuídas no terreno.
Desramação	Entre os 4 e os 13 metros de altura, precedida de uma pré-seleção de árvores de futuro (cerca de 300 por hectare). Faz-se através de 2 a 4 passagens sucessivas, intervaladas de 2 a 4 anos. Suprimem-se os ramos de baixo para cima. A altura a desramar nunca deverá ser superior a 1/3 a 1/2 da altura total; na primeira passagem desrama-se até 2 a 3 m de altura.
Desbastes	Realizar a operação quando houver contacto entre as copas das árvores, a partir dos 13 a 17 anos e repetindo a intervalos de 5 anos (de início) a 7 anos (no fim da revolução). Nos primeiros desbastes (pelo alto mistos) retiram-se 30 a 40% das árvores em pé, conduzindo o povoamento a uma densidade de 140 a 250 árvores de futuro por hectare. Mais tarde deverão ser efetuados desbastes pelo baixo, retirando de cada vez cerca de 25% das árvores e conduzindo a uma densidade final de cerca de 80 árvores por hectare.
Corte final	Abate de cerca de 80 árvores por hectare com uma altura total de pelo menos 30 m, com cerca de 60 anos.

Após se ter apresentado as normas gerais para a silvicultura das espécies a nível da ocupação proposta, indica-se as normas a nível das funções principais da sub-região homogénea Alto-Mondego:

Tabela 18 - Normas aplicadas a Função de Produção.

Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Produção		
CÓDIGO	SUB-FUNÇÕES	OBJETIVOS DA GESTÃO E INTERVENÇÕES FLORESTAIS
PD 1	Produção de madeira	Condução dos povoamentos Proteção da regeneração natural e das plantações
PD 2	Produção de cortiça	Condução do montado e sobreiral
PD 3	Produção de biomassa para energia	Condução dos povoamentos com objetivo de fornecimento de energia
PD 4	Produção de frutos e sementes	Condução dos povoamentos florestais para a produção de fruto

Assim e face ao descrito maioritariamente serão povoamentos para PD1, excepto o Pinheiro manso (*Pinus pinea*), que será para produção de fruto. As restantes espécies serão para lenho e fruto.

Tabela 19 - Normas aplicadas a Função de Silvopastorícia, Caça e pesca nas Águas Interiores.

Tabela 5 - Objetivos da gestão e intervenções florestais principais a considerar no âmbito do planeamento florestal para a função de silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores

Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Silvopastorícia, caça e pesca nas águas interiores		
CÓDIGO	SUB-FUNÇÕES	OBJETIVOS DA GESTÃO E INTERVENÇÕES FLORESTAIS
SILV 1	Cinegética	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção
SILV 2	Silvopastorícia	Ordenamento de áreas de pastagem em povoamentos florestais Instalação de pastagens Condução do pastoreio
SILV 4	Pesca em águas interiores	Melhoria das condições de habitat, de alimentação e de proteção Melhoria do ordenamento dos recursos aquícolas e minimização de impactes

Já no que toca à função de Função geral de Silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, conforme já foi descrito será aplicado um programa relativo à actividade cinegética indo de encontro aos objectivos específicos (SILV2) e actividade piscícola (SILV4).

Tabela 20 - Normas aplicadas a Função de Proteção.

Normas aplicáveis ao planeamento florestal da função de Proteção		
CÓDIGO	SUB-FUNÇÕES	OBJETIVOS DA GESTÃO E INTERVENÇÕES FLORESTAIS
PT 1	Proteção da rede hidrográfica	Ordenamento e planeamento da floresta para proteção da rede hidrográfica Condução de povoamentos nas galerias ripícolas Recuperação de galerias ripícolas
PT 2	Proteção contra a erosão eólica	
PT 3	Proteção microclimática	Instalação de cortinas de abrigo

No que à função de proteção diz respeito, ter-se-á em linha de conta a proteção da rede hidrográfica (PT1). Assim, e como 1.011 ha estão dentro de corredor ecológico, as práticas silvícolas serão adequados quer para cumprir com os objectivos de Produção, Silvopastorícia, Caça e Pesca nas Águas Interiores e Proteção, mas levando em linha de conta os objectivos com os códigos ZSCE1 e ZSCE2.

Tabela 21 - Normas aplicáveis no planeamento florestal em corredores ecológicos e áreas florestais sensíveis.

Normas aplicáveis ao planeamento florestal em corredores ecológicos e áreas florestais sensíveis		
Código	Objetivo Geral	Objetivos da Gestão e Intervenções Florestais
ZSCE 1 ZSCE 2	Corredores Ecológicos Áreas Florestais Sensíveis	Corredores ecológicos. Proteção contra a erosão. Perigosidade de incêndio florestal. Suscetibilidade a pragas e doenças.

4- Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor Municipal (PDM) de Gouveia foi aprovado em Assembleia Municipal em 6 de Maio de 1995. Resolução de Conselho de Ministros nº108/95 de 18 de outubro, pela declaração nº73/2006 de 10 de Maio

É um instrumento de planeamento/ordenamento territorial de natureza regulamentar, cuja elaboração é obrigatória e da responsabilidade de cada Município. O PDM é um instrumento de administração do território de índole municipal, que visa fundamentalmente, regular o uso e ocupações dos solos do concelho, procurando traduzir especialmente uma opção de desenvolvimento, favorecendo ou condicionando a utilização do território, protegendo e valorizando os recursos naturais e humanos.

Desta forma, este tipo de plano define as normas de ordenamento de um município, identificando as áreas urbanizáveis, áreas agrícolas, florestais e mistas áreas a preservar, através do regulamento, Planta de ordenamento e Plantas de condicionantes, Salvaguardas e restrições ao uso do solo.

Em sede de Regulamento, são descritas as servidões existentes:

Servidão do Domínio Público hídrico: é aplicável na área da AIGP, o disposto no Artigo 21.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro. Já a servidão relativamente ao uso do solo por marcos geodésicos (artº26), determina uma faixa de proteção de 15 metros à sua volta. Na zona da AIPG Aljão existe o vértice geodésico (Outeiro de Pez) na freguesia de Ribamondego. Esta faixa está contemplada no plano de uso do solo proposto (POSP).

No que diz respeito à servidão da REN as espécies florestais bem como as operações e práticas florestais têm 238 ha de abrangência, ou seja, com 16% de representatividade. Assim, em termos de ocupação do solo em Áreas REN, temos as seguintes classes e respectivas percentagens, em termos de AIGP:

Tabela 22 - Classes de ocupação proposta em REN.

Ocupação REN			
UOSPI	UOSPc	Área (ha)	%
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	6	2
Olivais	2.2.3.1	21	9
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	5	2
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	4	2
Florestas de outros carvalhos	5.1.1.3	4	2
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	111	47
Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	35	15
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	43	18
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	9	4

	Total	238	100
--	--------------	------------	------------

As diferentes tipologias serão levadas em linha de conta nas diferentes operações silvícolas, por forma a garantir os objectivos da REN.

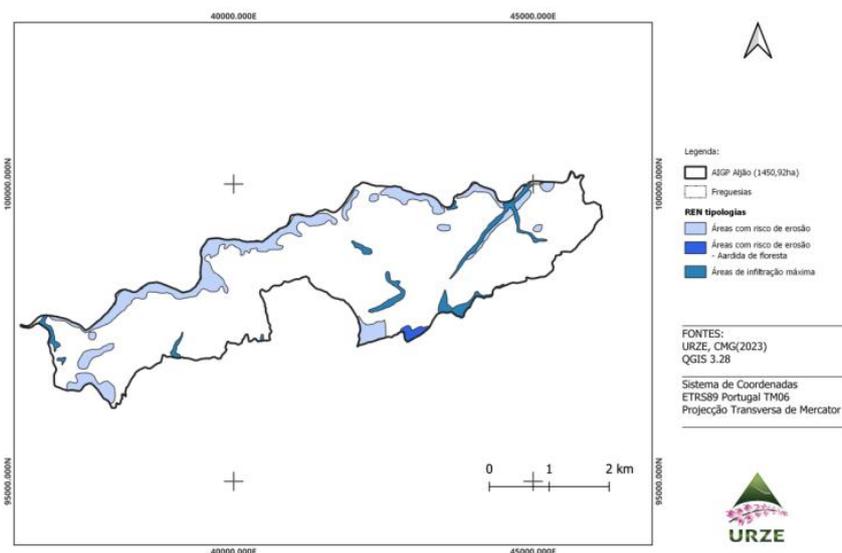


Figura 64 - Tipologias da REN.

Tabela 23 - Classes de ocupação proposta, nas diferentes tipologias REN.

Ocupação REN tipologias			
UOSPc	UOSPI	Tipologia	Área (ha)
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Áreas com risco de erosão	8
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Áreas de infiltração máxima	0,4984
2.3.2.1	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Áreas com risco de erosão	2
2.3.2.1	Mosaicos culturais e parcelares complexos	Áreas de infiltração máxima	18
2.3.3.1	Agricultura com espaços	Áreas com risco de erosão -	7

	naturais e seminaturais	Aardida de floresta	
2.3.3.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Áreas de infiltração máxima	3
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	Áreas com risco de erosão	18
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	Áreas com risco de erosão	20
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	Áreas de infiltração máxima	7
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	Áreas com risco de erosão	23
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	Áreas de infiltração máxima	12
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	Áreas com risco de erosão	19
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	Áreas de infiltração máxima	12
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	Áreas com risco de erosão	89
			238

Relativamente à Servidão RAN - Reserva Agrícola Nacional, DL n.º 36/2023, de 26/05, que no seu artigo 2º refere o propósito desta restrição: “regime territorial especial, que estabelece um conjunto de condicionamentos à utilização não agrícola do solo, identificando quais as permitidas tendo em conta os objetivos do presente regime nos vários tipos de terras e solos.”

Tabela 24 - Classes de ocupação proposta em RAN

OCUPAÇÃO RAN		Área (ha)
UOSPI	UOSPc	
Agricultura com espaços naturais e seminaturais	2.3.3.1	0,7213
Culturas temporárias de sequeiro e regadio	2.1.1.1	22
Cursos de água naturais	9.1.1.1	0,3997
Florestas de outras folhosas	5.1.1.7	12
Florestas de outras resinosas	5.1.2.3	0,7185

Florestas de pinheiro bravo	5.1.2.1	1
Florestas de pinheiro manso	5.1.2.2	3
Mosaicos culturais e parcelares complexos	2.3.2.1	9
Olivais	2.2.3.1	0,1537
Pastagens espontâneas	3.1.2.1	0,02
Vinhas	2.2.1.1	0,717
		49,48

Especialmente representada:

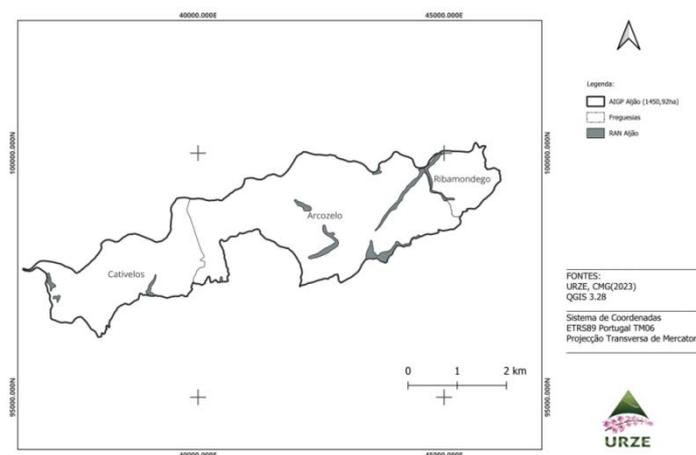


Figura 65 - Áreas RAN.

No artigo 57º do Regulamento, é exposto as categorias em que os espaços rurais se classificam:

Áreas agrícolas; b) Áreas agrosilvopastoris e c) Áreas Naturais.

Assim são caracterizadas as áreas agrícolas por serem áreas cujas características morfológicas - solos, declive - se adequam à actividade agrícola e pecuária.

Os espaços agro-silvo-pastorícia adequam-se ao desenvolvimento da pastorícia, da silvicultura e agricultura.

A Carta de regime de uso do solo (CRUS) é, neste caso, utilizada em análises estatísticas sobre a classificação e qualificação do solo (DGT,2019). Assim, e de forma meramente categórica, é o conjunto das regras que regulam a ocupação, o uso e transformação de uma determinada

porção do território sendo estabelecido nos planos territoriais através da classificação e da qualificação do solo.

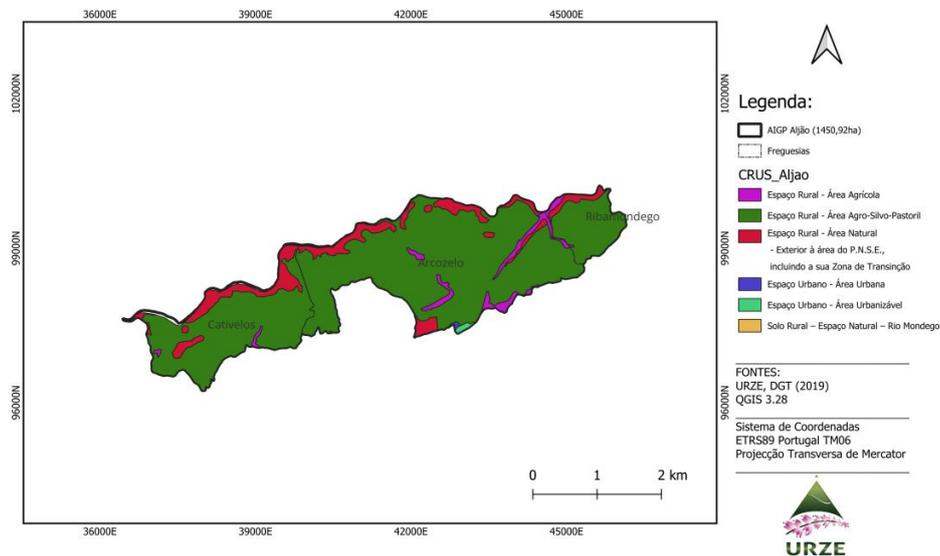


Figura 66 - CRUS Gouveia (DGT,2019).

A proposta da AIGP Aljão levará em linha de conta, os passos a nível de autorização em sede de RJAAR, nomeadamente o disposto na alínea a) do número 5 do Artº 3º-A do DL 96/2013 de 19 de julho, na actual redação.

b) Instrumentos de Gestão Integrada de Fogos Rurais

A proposta desenvolvida para esta AIGP vai ao encontro dos objetivos de Instrumentos de gestão integrada de fogos rurais.

1 – Programa sub-regional de ação de gestão integrada de fogos rurais

Os objetivos estratégicos da AGIF no Plano Nacional de Ação (PNA) constam de:

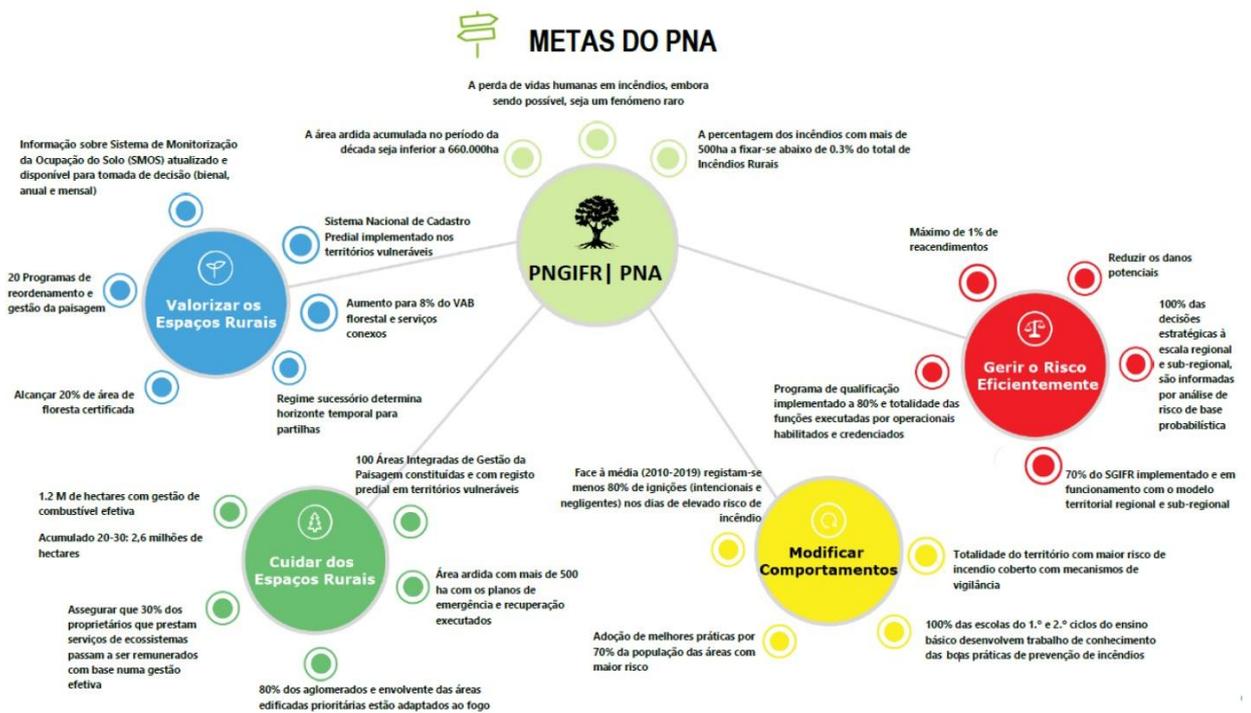


Figura 67 - Metas do Plano Nacional de Ação.

Face ao Exposto, as metas do Plano Nacional de Ação são atendidas a novel da AIGP Aljão através de:

- Valorizar os Espaços Rurais
- Conhecer a ocupação do território e redimensionar a gestão florestal
- Reformar modelo da gestão florestal

Através de Cadastro da Propriedade através de levantamentos perimetrais recorrendo a GPS de Alta Precisão e informação advinda do BUPI.

Mobilização para aumentar o potencial económico dos recursos endógenos:

Fomento da cinegética e recursos piscícolas, bem como da apicultura.

Fomento do Cultivo do Cardo (*Cynara cardunculus variedade altilis*), para uso dos produtores de Queijo da Serra.

Cuidar dos Espaços Rurais

- Planear e promover uma paisagem diversificada,
- Reconverter a paisagem, nomeadamente com Conversão de matos em florestas de Pinheiro manso,
- Aproveitamento da regeneração natural de Cupressus,
- Condução dos povoamentos de Pinheiro bravo existentes,

- Condução dos povoamentos de outras folhosas existentes, nomeadamente o Freixo e o Amieiro junto às galerias ripícolas;
- Conversão dos povoamentos de invasoras lenhosas em florestas de outras resinosas (*Pseudotsuga*),
- Condução do povoamento de Eucalipto existente,
- Conversão dos povoamentos de invasoras lenhosas em florestas de outros carvalhos,
- Conversão de matos em florestas de outras folhosas. Beneficiação das galerias ripícolas,
- Conversão de matos em florestas de sobreiro na cumeada (Sistema Seco),
- Condução dos povoamentos de Pinheiro manso existentes estipuladas nas 46 Unidades de Intervenção.

2 – Programa Municipal de Execução de gestão integrada de fogos rurais

A proposta desenvolvida para esta AIGP vai ao encontro dos objetivos do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios em Vigor até 2030 (PMDFCI) do Município de Gouveia.

OBJETIVOS	META/ANO									
	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Eliminar a ocorrência de incêndios de grandes dimensões	Inexistência de ocorrências com área ≥ 100 hectares					Inexistência de ocorrências com área ≥ 50 hectares				
Diminuição do n.º de ocorrências	O número médio de ocorrências é < 83 (média dos últimos 20 anos)					O número médio de ocorrências é < 50				
Redução da área ardida anual	A área ardida anual é < 2025 hectares					A área ardida anual é < 500 hectares				
Eliminar a ocorrência de reacendimentos	Inexistência de reacendimentos									
Manter a 1.ª intervenção em menos de 20 minutos	1.ª intervenção em menos de 20 minutos em 95% das intervenções									

Figura 68 - Objectivos e Metas do PMDFCI Gouveia 2021-2030.

- 1.º Eixo Estratégico - Aumento da resiliência do território aos incêndios rurais;
- 2.º Eixo Estratégico - Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Eixo Estratégico - Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Eixo Estratégico - Recuperar e reabilitar os ecossistemas;
- 5.º Eixo Estratégico - Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.

Assim e na área da AIGP estão definidas em sede de PMDFCI de Gouveia:

- a) Faixas relativamente à Rede primária de faixas de gestão de combustível (42,40 ha)
- b) Mosaicos de parcelas de gestão de combustível (173,47ha)

- c) Rede Secundária - Proteção de áreas edificadas (11, 59 ha)
- d) Rede Secundária de Proteção de infraestruturas (44,60 ha).

No que diz respeito à faixa definida em a) esta será executada de acordo com o disposto no artigo Artigo 48.º do DL n.º 82/2021, de 13/10 na sua mais recente redação. Sendo que, a proposta de ocupação será vertida em sede de programa subregional, conforme o disposto no nº6 do referido diploma, pois está definida em sede de PMDFCI de Gouveia com sendo da responsabilidade nesta AIGP do ICNF I.P. e Entidade Gestora.

No que diz respeito às parcelas definidas no ponto b), estas serão implementadas e geridas através do disposto no Artigo 52.º do referido diploma.

A Rede Secundária - Proteção de áreas edificadas definida em c) tem um *buffer* de 100m à volta dos aglomerados populacionais (neste caso da população do Arcozelo) e estando definido no Artigo 49.º, nº6, a responsabilização pelos trabalhos de gestão de combustíveis, a URZE enquanto entidade gestora irá efectuar os trabalhos de acordo com a situação cadastral (com declaração de compromisso/sem declaração de compromisso) indo actualizando esta base de dados, por forma a ir (também) de encontro aos objectivos do Plano Nacional de Ação.

A Rede Secundária de Proteção de infraestruturas definidas em d):

- Linha elétrica em média tensão - 1248,7metros dentro da AIGP: os trabalhos de gestão do combustível está a cargo da E-Redes, conforme disposto no Plano de Ação do PMDFCI em vigor. A URZE como entidade gestora, irá ajudar no que toca à sensibilização e ajuda na identificação dos proprietários, abrangidos pela faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 7 m para cada um dos lados.
- Linha elétrica em muito alta tensão - 869,05metros dentro da AIGP: os trabalhos de gestão do combustível estão a cargo da REN, conforme disposto no Plano de Ação do PMDFCI em vigor. A URZE, como entidade gestora, irá ajudar no que toca à sensibilização e ajuda na identificação dos proprietários, abrangidos pela faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores, acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados
- Rede Viária Florestal: EM 508 com 3,931 km, cuja responsabilidade em termos de gestão dos combustíveis é da Autarquia; a EN 232 com 2,760 km e EN 329 com 0,2328 km, a responsabilidade é da Infraestruturas de Portugal (IP); e 19, 54 km de rede viária de 2ª ordem, cuja responsabilidade recai sobre o ICNF e Autarquia. Os trabalhos são na faixas laterais de terreno confinantes ao limite exterior da plataforma de estrada, com uma largura padrão de 10 m; conforme disposto no Plano de Ação do PMDFCI em vigor.

- Redes de Pontos de Água – Estes, no número de três a nível da área da AIGP, terão que ter faixa de proteção imediata de 30 metros, cuja responsabilidade recai sobre a Autarquia Local e o ICNF.I.P.

No que toca às acções de vigilância também está articulada, pois conforme o disposto no Caderno de Ação, a equipa de sapadores Equipa SF 01-167da URZE com ações de Vigilância e deteção, Primeira intervenção, Combate, Rescaldo e vigilância pós-incêndio.

Ao assumir, enquanto entidade gestora de uma AIGP, a URZE através dos seus técnicos, também está alinhada com os objectivos em termos de sensibilização, pois estará em todas as actividades, quer seja de extensão rural no terreno, quer seja em sessões de esclarecimento, ou até mesmo em *mailing lists*, focada em transmitir, em passar a palavra sobre as medidas a ter, perante os problemas diagnosticados.

EIXO	OBJETIVOS GERAIS DO PLANO	PROBLEMAS DIAGNOSTICADOS	GRUPO ALVO	AÇÕES DE SENSIBILIZAÇÃO	OBJETIVOS ESPECÍFICOS DO EIXO	OBJETIVOS ANUAIS (DATA E LOCAL)										
						2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	
Redução da incidência dos incêndios	Eliminar a ocorrência de incêndios de determinadas dimensões.	Uso do fogo (Borrалheiras)	Agricultores	Divulgação de regras para a realização de queimadas.	Educar e sensibilizar os agricultores com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas às borralheiras.	Todas as freguesias / outubro a maio										
		Uso do fogo (Limpeza do solo florestal)	Proprietários florestais	Divulgação de regras para a realização de queimadas.	Educar e sensibilizar os proprietários florestais com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas à limpeza de solo florestal.	Todas as freguesias / outubro a maio										
		Uso do fogo (Renovação de pastagens)	Pastores	Sensibilizar os pastores para o licenciamento das queimadas de renovação das pastagens e para que estas sejam efetuadas com o acompanhamento adequado.	Educar e sensibilizar os pastores com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas à realização de queimadas para renovação de pastagens.	Todas as freguesias / outubro a maio										
	Diminuição do nº de ocorrências.	Incendiarismo (Vandalismo) (Outras situações dolosas)	População em geral	Divulgação das medidas DCIR a vigorar durante o período crítico, através da página eletrónica do município, redes sociais, panfletos, editais e avisos no final das missas dominicais.	Educar e sensibilizar a população em geral com o objetivo de diminuir o número de ocorrências associadas ao vandalismo e outras situações dolosas.	Todas as freguesias / maio a outubro										
				Spots radiofónicos de aconselhamento sobre os comportamentos mais adequados durante o período crítico.		junho a setembro										
	Redução da área ardida anual.		População escolar	Comemoração do Dia Mundial da Floresta e do Dia da Floresta Autóctone, com a plantação de árvores autóctones em áreas ardidas.	Sensibilização para o valor ambiental, social e económica da floresta e consciencialização sobre o perigo do uso do fogo em espaços florestais.	21 de março e 23 de novembro										
Realização de sessões de sensibilização sobre a floresta e a prevenção de incêndios rurais.				Plantação de espécies autóctones em áreas ardidas.	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março	fevereiro a março

Figura 69 - Redução da incidência dos incêndios.

c) Servidões e Restrições de Utilidade Pública

Rede Natura 2000 (ZPE + ZEC):

A Rede Natura 2000 é uma rede ecológica europeia de áreas de conservação, estabelecida no âmbito da Diretiva Habitats - áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE) e da Diretiva Aves - áreas classificadas como Zonas de Proteção Especial (ZPE) da

União Europeia. A Rede Natura 2000 tem como objetivo a conservação da biodiversidade, protegendo habitats naturais e espécies de interesse comunitário, cfr. Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 156-A/2013 de 8 de novembro. Este diploma impõe que os instrumentos de gestão territorial aplicáveis devem conter das populações das espécies que fundamentaram a classificação dos sítios e das ZPE ou, não contendo essas medidas, deverão integrá-las na primeira revisão ou alteração a que forem sujeitos.

O PSRN2000 criado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2001, de 6 de Junho é um instrumento de gestão territorial, de concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização dos sítios e das ZPE do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas. Foi elaborado a uma macroescala (1:100 000). Na sua essência, é um instrumento para a gestão da biodiversidade.

O PSRN2000 vincula as entidades públicas, dele se extraíndo orientações estratégicas e normas programáticas para a actuação da administração central e local, devendo as medidas e orientações nele previstas ser inseridas nos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e nos planos especiais (PEOT).

Áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português:

Das áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais fazem parte, entre outras, as Reservas da Biosfera, os Sítios Ramsar e os Geoparques, património classificado ao abrigo da UNESCO.

A área da AIGP Aljão está totalmente inserida no *Geopark* Estrela Mundial da UNESCO, classificado ao abrigo da Decisão do Conselho Executivo da UNESCO (161 EX/ Decisions, 3.3.1), adotada em Paris, em 2001. O regulamento nacional dos Geoparques é o Decreto-Lei nº 142/2008, de 24 de julho.

A proposta elaborada para a AIGP articula-se com o regime do *Geopark* Estrela, na medida em que não põe em causa os valores patrimoniais por ele protegidos e em que contempla, ao nível das ocupações propostas, ocupações que contribuam para a melhoria da visitação do espaço do *Geopark* Estrela, coincidente com a AIGP (melhoria dos valores estéticos e paisagísticos).

Reserva Ecológica Nacional (REN):

A análise desta Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma restrição de utilidade pública de âmbito nacional, inscrita nos instrumentos de gestão territorial, sujeita a um regime territorial especial estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto (abreviadamente designado por RJREN), alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, com a alteração introduzida no art.º 20.º pelo Decreto-Lei n.º 96/2013, de 19 de julho, nos artigos 184.º a 186.º e no artigo 201.º pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 124/2019, de 28 de agosto, que procedeu a nova republicação.

Esta restrição de utilidade pública já foi referida e aprofundada no enquadramento dentro do PDM.

Reserva Agrícola Nacional (RAN):

A Reserva Agrícola Nacional (RAN) define-se como o conjunto de terras que, devido às suas características, em termos de clima, relevo e solo, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola.

Desta forma, a RAN é um mecanismo de ordenamento do território, que se manifesta como uma restrição de interesse público, através da imposição de uma série de restrições ao uso não agrícola do solo, e que desempenha um papel fundamental na preservação do recurso solo e na sua dedicação à agricultura.

Os objetivos da RAN são:

- Proteger o recurso solo, elemento fundamental das terras, como suporte do desenvolvimento da atividade agrícola;
- Contribuir para o desenvolvimento sustentável da atividade agrícola;
- Promover a competitividade dos territórios rurais e contribuir para o ordenamento do território;
- Contribuir para a preservação dos recursos naturais;
- Assegurar que a atual geração respeite os valores a preservar, permitindo uma diversidade e uma sustentabilidade de recursos às gerações seguintes, pelo menos análogos aos herdados das gerações anteriores;
- Contribuir para a conectividade e a coerência ecológica da Rede Fundamental de Conservação da Natureza;
- Adotar medida cautelar de gestão, que tenha em devida conta a necessidade de prevenir situações que se revelem inaceitáveis para a perenidade do recurso solo.

Esta restrição de utilidade pública já foi referida e aprofundada no enquadramento dentro do PDM.

Rede de Distribuição Elétrica:

As servidões de utilidade pública associadas à Rede Elétrica de Serviço Público referem-se a um conjunto de restrições que se destinam a facilitar o estabelecimento dessas infraestruturas, a eliminar todo o perigo previsível para as pessoas e a evitar danos em bens materiais.

A constituição de servidões administrativas respeitantes a infraestruturas de produção, transporte e distribuição de energia elétrica segue o regime previsto no DL 29/2006 de 15 de fevereiro e no DL 172/2006 de 23 de agosto.

As instalações elétricas devem garantir afastamentos mínimos de modo a eliminar todo o perigo previsível para as pessoas e a evitar danos em bens materiais, descritos nos Regulamentos de Segurança de Linhas Elétricas de Alta Tensão (Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro) e de Redes de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão (Decreto Regulamentar n.º 90/84 de 26 de Dezembro). Os afastamentos mínimos resultantes destes regulamentos de segurança são restrições que acautelados no planeamento de ações de Arborização.

Assim, o regulamento de segurança de linhas elétricas estabelece as seguintes distâncias mínimas de segurança dos cabos condutores:

- Estradas – entre 7 e 10 metros ;
- Solo – entre 6 e 8 metros ;
- Árvores – entre 3 e 5 metros;
- Edifícios – entre 4 e 6 metros;
- Obstáculos diversos – entre 3 e 5 metros.

Com vista a garantir a segurança de exploração das linhas é estabelecida uma zona de proteção (faixa de proteção) a qual terá a largura máxima de 45 metros (22,5 metros para cada lado do eixo da linha).

Contudo, ao abrigo do número 1 do Artigo 15º da Lei 76/2017 de 17 de agosto encontram-se estabelecidas faixas de gestão de combustível associadas às linhas de transporte de energia elétrica em muito alta tensão e em alta tensão (alínea c)) e às linhas de transporte de energia elétrica em média tensão (alínea d)), com largura mínima de 10 metros e 7 metros, respetivamente, para cada um dos lados da projeção vertical dos cabos condutores.

Por sua vez, o Decreto-Lei nº82/2021 de 13/10 veio estabelecer a utilização de “ocupações compatíveis” nas FGC inerentes a linhas elétricas, mediante parecer positivo da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF).

As linhas de distribuição elétrica podem ser visualizadas na Figura 768.

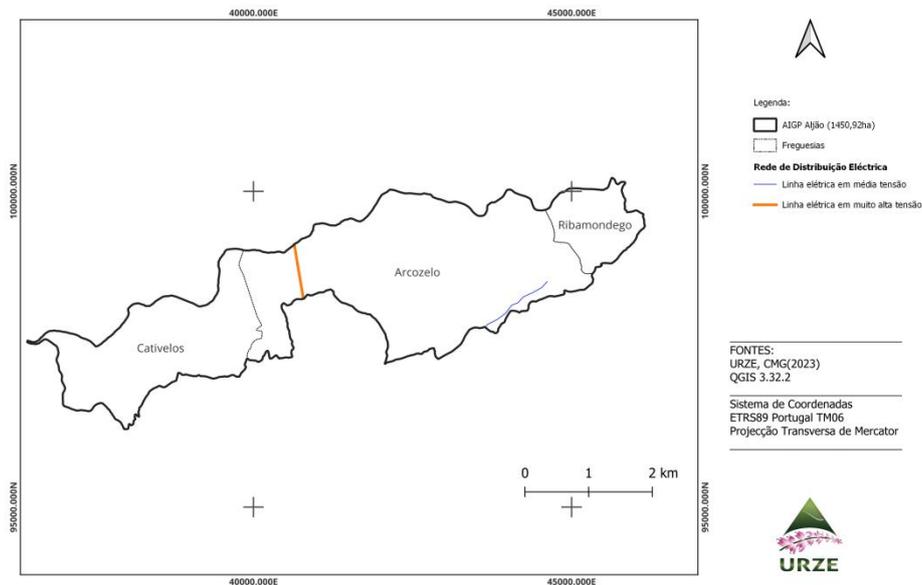


Figura 70 -Carta da rede de distribuição elétrica na AIGP Aljão.

Galerias rípicolas:

A proteção das galerias ripícolas presentes nas faixas de proteção das linhas de água vem descrita em vários diplomas legais. Desde logo no DL n.º 82/2021, de 13 de Outubro, na sua redação atual, o número 4 do Artigo 44º refere que “Nas ações de arborização, de rearborização e de reconversão florestal, sempre que se verifiquem no terreno linhas de água, é prioritária a manutenção ou recuperação de galerias ribeirinhas adaptadas às condições locais”. Por outro lado, na Portaria n.º 15-A/2018 de 12 de janeiro vêm identificadas um conjunto de normas técnicas de instalação de povoamentos florestais que promovem a proteção e salvaguarda da vegetação espontânea adjacente às linhas de água.

O conjunto de operações que se preconiza leva em linha de conta o estipulado nestes normativos legais.

Marcos geodésicos:

De acordo com o Decreto-Lei n.º 143/82, de 26 de abril, os marcos geodésicos de triangulação devem ter uma faixa de proteção na área em redor com um raio nunca inferior a 15 metros. A extensão da zona de proteção é determinada em função da visibilidade que deve ser assegurada ao sinal construído e entre os diversos sinais.

Os proprietários ou usufrutuários dos terrenos situados dentro da zona de proteção não podem fazer plantações, construções e outras obras ou trabalhos que impeçam a visibilidade das direções constantes das minutas de triangulação. Os projetos de obras ou planos de arborização na proximidade dos marcos geodésicos não podem ser licenciados sem prévia autorização pelas entidades competentes. A área de proteção foi devidamente acautelada na POSP, como estrutura de resiliência, pertencendo à Rede Terciária de Faixas de gestão de combustível.

O marco geodésico, coincidente com a AIGP do Aljão, pode ser visualizado na Figura 80.

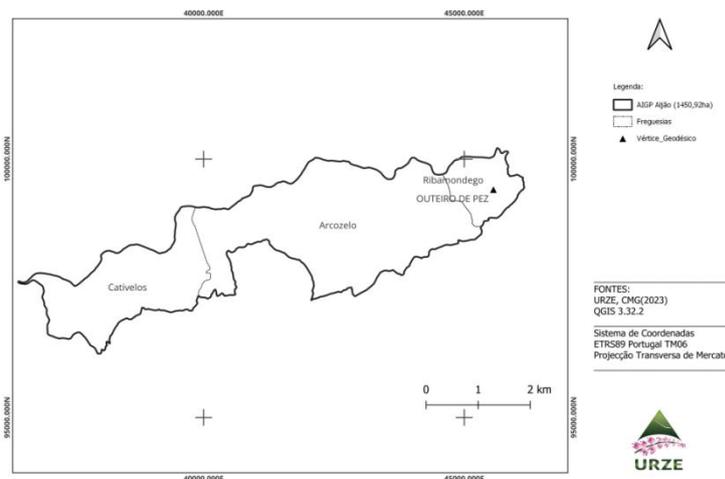


Figura 71 - Carta dos Marcos Geodésicos presentes na AIGP do Aljão.

Sítios arqueológicos:

A florestação e atividades inerentes à silvicultura podem provocar danos ao património arqueológico. Os principais riscos ocorrem aquando da instalação de novos povoamentos, da construção ou beneficiação de infraestruturas florestais como estradas ou aceiros, das ocorrências de fogos florestais e das operações de abate e chegada de madeira. De acordo com a Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, a florestação é interdita numa faixa de 50

metros da periferia do sítio arqueológico em questão por motivos de salvaguarda dos valores patrimoniais existentes.

Na AIGP Aljão verificam-se três sítios arqueológicos, pelo que não se preconiza a florestação nem o uso de técnicas promotoras da degradação do solo numa faixa de 50 metros da periferia dos sítios arqueológicos em questão. A carta de sítios arqueológicos pode ser visualizada na Figura 79.

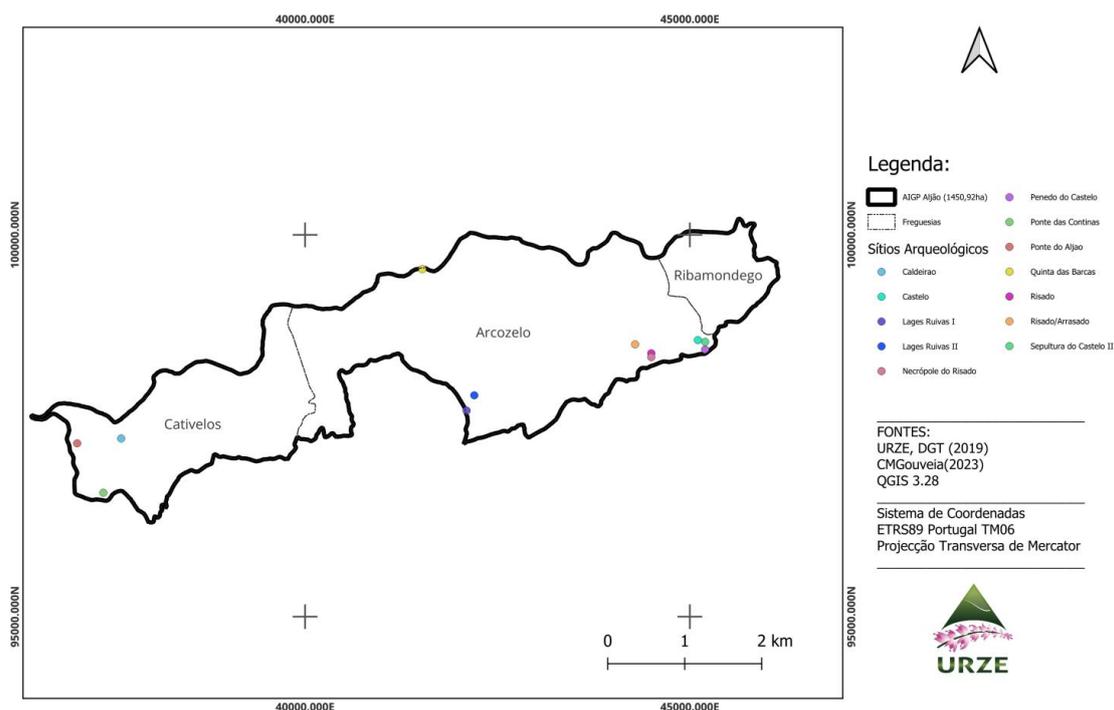


Figura 72 - Carta de Sítios Arqueológicos presentes na AIGP Aljão.

Regime da utilização dos recursos hídricos:

O regime da utilização dos recursos hídricos, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007 de 31 de maio, descreve, no seu Artigo 76º, os requisitos específicos para operações de sementeira, plantação, corte de árvores ou arbustos e pastagens, referindo que a utilização dos recursos hídricos para sementeiras, plantações e cortes de árvores ou arbustos só é permitida desde que:

- Não crie alterações à funcionalidade da corrente e espraio das cheias;
- Não implique movimentações de terra que alterem a secção de vazão, a configuração do curso de água e a integridade das margens;
- Não agrave riscos naturais, nomeadamente de erosão;

- d. Não afete a integridade biofísica e paisagística do meio;
- e. Não implique a destruição da flora, da fauna, de ecossistemas em presença, nomeadamente zonas húmidas e sistemas dunares.

As acções preconizadas para as áreas ripícolas (Sistema Húmido), contemplam todos estes pontos.

Na Portaria n.º 15-A/2018 de 12 de janeiro são ainda estabelecidas as faixas de proteção das linhas de água, definidas como as faixas de terreno contíguas ou sobranceiras à linha de água que limitam o leito das águas, e que devem possuir as seguintes dimensões:

- Linhas de água torrenciais ou temporárias – largura de 5 metros;
- Linhas de água permanentes não navegáveis – largura de 10 metros;
- Linhas de água permanentes e navegáveis – largura de 30 a 50 metros.

Outros regimes relevantes para a gestão: cinegético e zonas de pesca:

São vários os regulamentos das zonas de caça: Lei da caça (Lei nº 173/99, de 21 de setembro), Regime Jurídico da Gestão Cinegética (Decreto-Lei nº 202/2004, de 18 de agosto), Regulamento de Gestão de Zonas de Caça (Portaria nº 1369/2009, de 28 de outubro) e Regulamento de Prevenção e Controlo de Doenças dos Animais Cinegéticos (Portaria nº 93/2017, de 27 de março).

No redesenho da paisagem, as ocupações preconizadas para o espaço da AIGP, coincidente com a ZCA Arco do Mondego, ZCA Cativeiros e ZCA Vila Franca da Serra, são compatíveis com o exercício da caça e potencialmente incrementadoras da mesma. A diversidade de ocupações florestais nativas e de sistemas agroflorestais permitem uma diversidade de condições da paisagem benéfica para a conservação da fauna e potenciadora da atividade cinegética.

Existe, na área afeta à AIGP, uma zona de pesca - Concessão de Pesca do Rio Torto, gerida pela Associação de Caçadores e Pescadores de Cativeiros.

A principal legislação que regula esta actividade é a seguinte:

- Lei n.º 21/2015 - DR n.º 53/2015, Série I, de 17 março: Autoriza o Governo a alterar a Lei n.º 7/2008, de 15 fevereiro (Lei da Pesca nas Águas Interiores), que estabelece as bases do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores e define os princípios reguladores das atividades da pesca e da aquicultura nessas águas.

- Decreto-Lei n.º 112/2017 - DR n.º 172/2017, Série I de 6 setembro:
Estabelece o regime jurídico do ordenamento e da gestão sustentável dos recursos aquícolas das águas interiores, regulamentando a pesca e a aquicultura nessas águas.
- Portaria n.º 360/2017, de 22 de novembro - DR n.º 225/2017, Série I de 22 novembro, alterada e republicada pela Portaria n.º 108/2018, de 20 abril.
Estabelece as condições de exercício da pesca nas águas interiores, definindo as espécies cuja pesca lúdica, desportiva e profissional é permitida, quais as espécies que são de devolução obrigatória e devolução proibida, quais os períodos de pesca autorizados para cada espécie e respetivas dimensões de captura, quais as espécies suscetíveis de serem autorizadas na realização de largadas e bem assim as espécies aquícolas consideradas de relevante importância.

Os restantes diplomas, podem ser consultados, no Site do ICNF⁽¹⁾.

d) Planos de Gestão Florestal

Quanto à articulação da proposta com os Planos de Gestão Florestal (PGF), o PGF da ZIF Aljão, não se encontra atualmente em vigor.

A2.4 Ações de divulgação e de acompanhamento junto dos atores locais e proprietários

As ações de divulgação da AIGP constaram em reuniões com os presidentes de Junta das freguesias abrangidas pela AIGP, numa primeira instância, de forma a dar conhecimento do projeto aos autarcas e a facilitar a cooperação na divulgação do projeto junto dos locais e dos proprietários.

Após as reuniões, enviaram-se panfletos informativos, cartazes divulgativos e também, mais à frente, Declarações de Compromisso de Início de Trabalhos da OIGP, para que os locais pudessem ter acesso a toda essa informação, quando se deslocassem até às sedes de Junta respetivas.

Dinamizaram-se também reuniões/ sessões de esclarecimento para a população geral, nas sedes de Junta de Freguesia de todas as freguesias abrangidas pela AIGP, onde se juntaram alguns locais. Infelizmente, a adesão a estas sessões não foi muito significativa, ora pelo horário da mesma, ora pela ausência das pessoas interessadas (ex.: proprietários que são

emigrantes e não estão cá maior parte do tempo; proprietários que residem noutras cidades do país).

Nas primeiras sessões de esclarecimento, foi feita uma apresentação de diapositivos com informação sobre as AIGP e todos os detalhes relevantes. Foi entregue aos presentes um panfleto com alguns dados sobre a AIGP em questão. Nas sessões que se seguiram à inicial, pedimos às pessoas que levassem os documentos das propriedades (cadernetas prediais e folhas do cadastro), de forma a podermos ajudar os proprietários, com interesse em aderir ao projeto, a preencher as declarações.

Dada a dificuldade em saber a quem pertencem os terrenos cadastrados (e não cadastrados) situados na área da AIGP, decidimos optar por uma abordagem diferente, após uma fase em que se efetuaram inúmeras chamadas telefónicas e envio de *emails* às pessoas que constavam na base de dados da URZE, de projetos anteriores.

A abordagem acima mencionada consistiu em desenvolver um panfleto com um resumo da informação apresentada nas sessões de esclarecimento e nos *emails* enviados. Num lado da folha escreveu-se o resumo do projeto, no outro lado os contactos da associação e quais os passos a tomar e documentos necessários, para a adesão ao projeto. Percorremos todas as ruas e ruelas de todas as freguesias abrangidas pela AIGP e deixámos em todas as caixas de correio uma destas folhas. Desta forma, conseguiríamos chegar àqueles que lá moram todo o ano e aos que somente vêm passar as férias.

Desta última abordagem verificaram-se alguns resultados positivos, através de chamadas telefónicas recebidas de interessados e de pessoas que vieram ao escritório, após terem recebido o panfleto no correio.

B. Programação da Execução

B1. Unidades de Intervenção

a) Mapeamento das Unidades de Intervenção

As Unidades de Intervenção (UI) são unidades homogéneas, em termos de ocupação inicial, ocupação final e operações. Consistem em áreas com as mesmas condições edafoclimáticas e de ocupação do solo, nas quais se pretende realizar um conjunto de ações com as mesmas características, tendo em vista a sua reconversão para outro uso ou a manutenção e/ou valorização do uso existente.

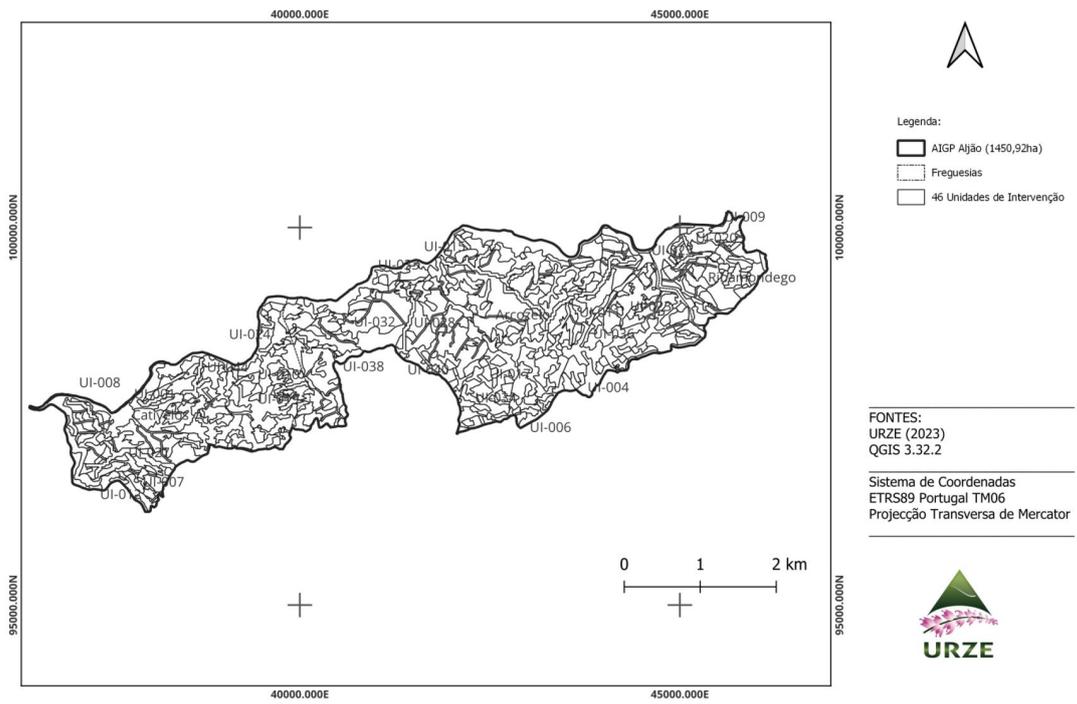


Figura 73 - Carta das Unidades de Intervenção.

A acompanhar este relatório, envia-se o Quadro das unidades de intervenção (Anexo II), contemplando informação como o uso atual e futuro, a principal função da ocupação proposta, a respetiva área de cada UI e as operações de transformação necessárias para transformar a situação atual do território na situação preconizada.

b) Quadro das Unidades de Intervenção

Tabela 25 - Identificação das Unidades de Intervenção

ID da UI	Tipo de Intervenção	Grupo de operação	Conjunto de operações	Ocupação do solo atual	Ocupação do solo proposta	Área (ha)
UI-029	Transformação	Proteção	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	11,916
UI-028	Transformação	Proteção	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950; Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	19,762
UI-031	Transformação	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive < 25%) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (<i>Pinus pinea</i>) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	30,3881

U I- 0 0 9	Tr nsf or ma çã o	Co nse rva ção	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750; Abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outros carvalhos	3 , 3 4 5
U I- 0 1 0	Tr nsf or ma çã o	Pro duç ão	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750;Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca;Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	5 8 , 0 7 6
U I- 0 3 3	Tr nsf or ma çã o	Pro duç ão	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $\geq 25\%$) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	5 7 , 6 9 3
U I- 0 3 2	Tr nsf or ma çã o	Pro duç ão	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $< 25\%$) DensP_ha=750: Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	2 1 0 , 5 0 7
U I- 0 1 2	Tr nsf or ma çã o	Pro duç ão	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) (declive $\geq 25\%$) DensP_ha=750;Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca;Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	3 , 5 3 4
U I- 0 1 1	Tr nsf or ma çã o	Pro duç ão	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750;Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca;Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	8 , 4 9 5
U I- 0 2	Tr nsf or ma	Co nse rva	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $< 25\%$) DensP_ha=750;Plantação/Sementeira Folhosas:	Matos	Florestas de outros carvalhos	4 2 , 2

6	çã o	ção	Outras folhosas DensP_ha=950			8 7
U I- 0 2 7	Tra nsf or ma çã o	Co nse rva ção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive < 25%) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outros carvalhos	1 3 7 3
U I- 0 3 0	Tra nsf or ma çã o	Pro teç ão	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas(<i>Fr axinus angustifolia</i>)	0 9 5 1
U I- 0 2 5	Tra nsf or ma çã o	Co nse rva ção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive < 25%) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450; Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950; Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Matos	Florestas de sobreiro	5 0 8
U I- 0 1 4	Val ori zaç ão	Co nse rva ção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	5 4 6 7 8
U I- 0 4 5	Val ori zaç ão	Pro duç ão	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de pinheiro manso	Florestas de pinheiro manso	1 5 4 7 8
U I- 0 3 8	Val ori zaç ão	Sup orte à silv opa stor		Pastagens espontâne as	Pastagens espontâne as	7 5 5 2

		ícia				
U I- 0 3 6	Val ori zaç ão				Olivais	Olivais
4 9 , 1 5 2						
U I- 0 0 4	Val ori zaç ão				Culturas temporária s de sequeiro e regadio	Culturas temporária s de sequeiro e regadio
7 8 , 3 3 1						
U I- 0 3 4	Val ori zaç ão				Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos
7 2 , 7 6 1						
U I- 0 1 9	Val ori zaç ão	Co nse rva ção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750;Desramação DensP_ha=450		Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos
4 5 , 0 6 9						
U I- 0 2 2	Val ori zaç ão	Pro duç ão	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha		Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo
7 8 , 8 6 5						
U I- 0 2	Val ori zaç	Co nse rva	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450; Desramação		Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos
3 3 , 8						

0	ão	ção	DensP_ha=450			7 3
U I- 0 0 8	Val ori zaç ão	Pro teç ão		Cursos de água naturais	Cursos de água naturais	6 , 1 5 7
U I- 0 0 6	Val ori zaç ão			Culturas temporária s e/ou pastagens melhorada s associadas a olival	Culturas temporária s e/ou pastagens melhorada s associadas a olival	3 , 8 1 1
U I- 0 4 1	Val ori zaç ão			Tecido edificado descontínu o	Tecido edificado descontínu o	0 , 2 9 2
U I- 0 4 2	Val ori zaç ão			Tecido edificado descontínu o esparso	Tecido edificado descontínu o esparso	0 , 9 3
U I- 0 4 4	Val ori zaç ão			Vinhas	Vinhas	1 3 , 4 6 3
U I- 0 0 1	Val ori zaç ão			Agricultura com espaços naturais e seminatura is	Agricultura com espaços naturais e seminatura is	1 4 , 4 0 4
U I- 0 0	Val ori zaç			Culturas temporária s e/ou pastagens	Culturas temporária s e/ou pastagens	1 , 1 6

7	ão				melhoradas associadas a vinha	melhoradas associadas a vinha	8
U I- 0 1 8	Val ori zaç ão	Pro duç ão	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeiras sem adensamento : Declive<25%		Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	2 , 1 8 6
U I- 0 4 0	Val ori zaç ão				Pomares	Pomares	2 , 6 1 2
U I- 0 3 9	Val ori zaç ão	Sup orte à silv opa stor ícia			Pastagens melhoradas	Pastagens melhoradas	0 , 9 3 1
U I- 0 1 7	Val ori zaç ão	Pro duç ão	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450		Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	4 , 1 2 1
U I- 0 2 1	Val ori zaç ão	Co nse rva ção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450		Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	2 8 , 6 4 4
U I- 0 0 3	Val ori zaç ão				Agricultura com espaços naturais e seminaturas	Agricultura com espaços naturais e seminaturas	3 , 0 8 3
U I- 0 0	Val ori zaç	Co nse rva	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%)		Florestas de outras	Florestas de outras	6 , 3

15	ção	ção	DensP_ha=750;Desramação DensP_ha=450	folhosas	folhosas	64
U1023	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	62,929
U1024	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha; Desramação DensP_ha=450	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	21,191
U106	Valorização	Conseção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	83,773
U105	Valorização			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1,197
U1037	Valorização			Olivais	Olivais	2,724
U1035	Valorização			Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	8,867
U102	Valorização			Agricultura com espaços naturais e seminatura	Agricultura com espaços naturais e seminatura	1,386

				is	is	
U I- 0 1 3	Val ori zaç ão	Pro duç ão	Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha; Seleção de varas (declive < 25%) DensP_ha=1400	Florestas de eucalipto	Florestas de eucalipto	4 , 2 1 2
U I- 0 4 3	Val ori zaç ão	Co nse rva ção		Vegetação esparsa	Vegetação esparsa	1 , 1 4
						1 4 5 0 , 6 0 1

B2. Modelo de Exploração Florestal

Tabela 26 - Dados de referência para localização

Designação da OIGP	Aljão
Entidade gestora	URZE
Técnico responsável pela elaboração da componente florestal e silvo pastoril e outros recursos associados	
Localização (DICOFRE)	090602;090603;090614

Tabela 27 - Usos do solo

	Área (ha)	
	Actual	Proposta
Floresta	513,25	1187,99
Superfícies agrofloretais	0	0
Matos	665,8	0
Pastagens espontâneas	7,56	7,56
Agricultura	252,95	252,95
Outros usos	11,36	2,42
Total	1450,92	1450,92

Tabela 28 - Espécies principais

Componente arbórea (F+SAF)	Área (ha)	
	Atual	Proposta
Pinheiro-bravo	161,38	161,38
Eucaliptos	4,21	4,21
Carvalhos	107,58	166,94
Pinheiro-manso	15,49	587,53
Sobreiro	0	5,08
Acácias	70,102	0
Outras folhosas	144,82	177,42
Outras resinosas	6,32	76,40

B3. Modelo de intervenção em áreas agrícolas

Gestão Florestal, Agrícola e Agroflorestal

As espécies invasoras arbóreas que vigoram em Portugal Continental, à semelhança de outros sítios mediterrâneos do mundo, beneficiam especialmente de perturbações: fogo, corte, mobilização de solos... A maioria destas plantas são espécies de luz, são normalmente espécies pioneiras colonizadoras, com rápido desenvolvimento, produção de bancos de sementes largamente numerosos e duradouras, e toleram grandes períodos de stress hídrico. **Fonte especificada inválida..**

Visto que a espécie invasora mais problemática presente na AIGP Aljão (*Acacia dealbata*) beneficia muito com a entrada de luz solar direta ao nível do solo, a estratégia de gestão proposta para manchas destas espécies é manter uma faixa perimetral de 20 metros arborizada, com recurso ao aproveitamento da regeneração natural existente, mas também

com as espécies resinosas de sombra referidas acima e, se necessário, sementeiras de folhosas. No interior das manchas, em si, preconizam-se vários desbastes moderados (como forma de não expor o solo à luz solar direta), bem como insistentes instalações de espécies de sombra; estes desbastes recorrem à aplicação de glifosato nas toiças.

Idealmente, a transformação dos acaciais terá de durar mais do que dois anos. Foram também propostas, embora em menor área, outras ocupações florestais, mas nas quais se propõem as mesmas metodologias de gestão suprarreferidas. Também, em menor área, propõe fazer-se reconversão da invasão para SAF (em zonas coincidentes com estruturas ecológicas do sistema seco), recorrendo a corte raso e tratamento químico. Nestas zonas, o pastoreio ajudará a controlar a regeneração natural invasora, não excluindo que haja necessidade de executar ações mecânicas, num futuro próximo.

A área de floresta de pinheiro bravo será reduzida e preconiza-se essencialmente a condução dos povoamentos existentes em alto-fuste. As parcelas deverão ser ajustadas à idade e à composição do povoamento. A maioria da área de pinhal bravo encontra-se em novedio sobrelotado, pelo que precisa, inicialmente, de desbastes e desramações.

C. Investimento e Financiamento

C1. Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

a) Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

Tabela 29 - Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

ID da UI	Tipo de Intervenção	Grupo de operações	Conjunto de operações	Ocupação do solo atual	Ocupação do solo proposta	Quantidade	Valor unitário (€)	Valor total (€)
UI-029	Trançamento	Proteção	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	11916	173,5	38079,57
UI-028	Trançamento	Proteção	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950; Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas (<i>Fraxinus angustifolia</i>)	9762	173,5	62369,99
UI-031	Trançamento	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive < 25%) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (<i>Pinus pinea</i>) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	303881	964	505153,852
UI-009	Trançamento	Conservação	Controlo de invasoras lenhosas — corte e pincelagem (inclui produto) (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750; Abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outros carvalhos	3345	902	11463,315
UI-010	Trançamento	Produção	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750; Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca; Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	5876	500	99992,448

UI-033	Trançamento	Procedimento	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $\geq 25\%$) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	57,693	1140	105602,094
UI-032	Trançamento	Procedimento	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $< 25\%$) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Resinosas: Pinheiro manso (Pinus pinea) DensP_ha=850	Matos	Florestas de pinheiro manso	210,507	964	350107,594
UI-012	Trançamento	Procedimento	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) (declive $\geq 25\%$) DensP_ha=750;Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca;Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	3,534	600	6398,448
UI-011	Trançamento	Procedimento	Controlo de invasoras lenhosas — corte (Apenas aplicável a espécies arbóreas) DensP_ha=750;Preparação do terreno - Subsolagem a 3 m com 1 dente, equipado com aiveca;Plantação/Sementeira Resinosas: Outras resinosas DensP_ha=1300	Florestas de espécies invasoras	Florestas de outras resinosas	8,495	500	14458,065
UI-026	Trançamento	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $< 25\%$) DensP_ha=750;Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outros carvalhos	42,287	964	100640,038
UI-027	Trançamento	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive $< 25\%$) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outros carvalhos	13,733	964	33495,47
UI-030	Trançamento	Procedimento	Limpeza de matos com motorroçadora e abertura de covas manuais DensP_ha=1300; Plantação/Sementeira Folhosas: Outras folhosas DensP_ha=950	Matos	Florestas de outras folhosas(<i>F. raxinus angustifolia</i>)	0,951	1735	2990,895

UI-025	Trançamento	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Ripagem/subsolagem, ou Covas com retroescavadora (declive < 25%) DensP_ha=750; Plantação/Sementeira Folhosas: Plantação Sobreiro/Azinheira Acer DensP_ha=450; Sacha e amontoa (apenas elegíveis para folhosas) DensP_ha=950; Proteções individuais de plantas (plantação/sementeira) (Apenas são elegíveis para folhosas) DensP_ha=950	Matos	Florestas de sobreiro	5,08	964	121,61,52
UI-014	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	54,678	621	636,25,422
UI-045	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de pinheiro manso	Florestas de pinheiro manso	15,478	621	188,10,022
UI-038	Valorização	Supporte à silvopastorícia		Pastagens espontâneas	Pastagens espontâneas	7,552		131,94,64
UI-036	Valorização			Olivais	Olivais	49,152		236,9
UI-004	Valorização			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	78,331		512,9
UI-034	Valorização			Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	72,761		

UI-019	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750;Desramação DensP_ha=450	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	45,069	621	51899,281
UI-022	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	78,65	621	109676,83
UI-020	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450;	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	33,873	621	38920,077
UI-008	Valorização	Proteção		Cursos de água naturais	Cursos de água naturais	61,57		
UI-006	Valorização			Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a olival	38,11		
UI-041	Valorização			Tecido edificado descontínuo	Tecido edificado descontínuo	02,92		
UI-042	Valorização			Tecido edificado descontínuo esparso	Tecido edificado descontínuo esparso	09,3		
UI-044	Valorização			Vinhas	Vinhas	13,463		525,55

UI-001	Valorização			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	14404		185,15
UI-007	Valorização			Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	Culturas temporárias e/ou pastagens melhoradas associadas a vinha	1168		
UI-018	Valorização	Produção	AproveitaRegNatural Resinosas e folhosas madeireiras sem adensamento : Declive<25%	Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	2186	786	1718,196
UI-040	Valorização			Pomares	Pomares	2612		187,45
UI-039	Valorização	Supor te à silvopastorícia		Pastagens melhoradas	Pastagens melhoradas	0931		1951,32
UI-017	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outras resinosas	Florestas de outras resinosas	4121	621	4735,029
UI-021	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outros carvalhos	Florestas de outros carvalhos	28644	728	36992,544
UI-003	Valorização			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	3083		

UI-015	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	634	621	766,8736
UI-023	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive < 25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	6299	621	869,67878
UI-024	Valorização	Produção	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha; Desramação DensP_ha=450	Florestas de pinheiro bravo	Florestas de pinheiro bravo	2191	728	315,53399
UI-016	Valorização	Conservação	Limpeza de matos com corta matos ou grade com: Lavoura contínua, ou Vala e Cômoro, ou Rego de plantação (declive ≥25%) DensP_ha=750; Desramação DensP_ha=450;	Florestas de outras folhosas	Florestas de outras folhosas	83773	728	105,570,788
UI-005	Valorização			Culturas temporárias de sequeiro e regadio	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	1197		
UI-037	Valorização			Olivais	Olivais	2724		
UI-035	Valorização			Mosaicos culturais e parcelares complexos	Mosaicos culturais e parcelares complexos	8867		
UI-002	Valorização			Agricultura com espaços naturais e seminaturais	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	1386		
UI-013	Valorização	Produção	Redução de densidade excessiva (povoamentos jovens): Povoamentos florestais com menos de 3000 arv/ha; Seleção de varas (declive < 25%) DensP_ha=1400	Florestas de eucalipto	Florestas de eucalipto	4212	233	308,5764

UI-043	Valorização	Conservação		Vegetação esparsa	Vegetação esparsa	1,14		
Estimativa do custo total (euros)						1450,61		192093,175

b) Investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

Tabela 30 - Investimento global estimado em ações de transformação e valorização da paisagem

Ocupação do solo (COS) proposta		
Código	Legenda	Estimativa do custo total
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	63625,422
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	18810,022
3.1.2.1	Pastagens espontâneas	13194,64
2.2.3.1	Olivais	236,9
2.1.1.1	Culturas temporárias de sequeiro e regadio	512,9
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	51899,281
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	109676,83
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	38920,077
2.2.1.1	Vinhas	525,55
2.3.3.1	Agricultura com espaços naturais e seminaturais	185,15
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	1718,196
2.2.2.1	Pomares	187,45
3.1.1.1	Pastagens melhoradas	1951,32

5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	4735,029
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	36992,544
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	7668,736
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	86967,878
5.1.2.1	Florestas de pinheiro bravo	31553,399
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	105570,788
5.1.1.5	Florestas de eucalipto	3085,764
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	38079,57
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	62369,99
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	505153,852
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	11463,315
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	99992,448
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	105602,094
5.1.2.2	Florestas de pinheiro manso	350107,594
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	6398,448
5.1.2.3	Florestas de outras resinosas	14458,065
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	100640,038
5.1.1.3	Florestas de outros carvalhos	33495,47
5.1.1.7	Florestas de outras folhosas	2990,895
5.1.1.1	Florestas de sobreiro	12161,52
	TOTAL (EUROS)	1920931,175

Os sítios arqueológicos da AIGP do Aljão irão necessitar de um investimento de 37950€, devido aos painéis interpretativos que irão ser colocados, 3700€, e abertura de caminhos, 950€. Os painéis interpretativos irão ser colocados na Ponte das Cantinas, na Ponte do Aljão, no sítio do Caldeirão, no sítio do Risado/ Arrasado e no Castelo (Arcozelo da Serra). Por sua vez, irão criar-se duas rotas pedonais, a Rota Circular de Cativelos e a Rota Circular de Arcozelo.

Cada painel interpretativo tem um custo de 740€ e a abertura de caminho tem um custo de 50€/km, dados fornecidos pelo departamento de arqueologia da Câmara Municipal.

Tabela 31 - Operações necessárias à transformação da paisagem na AIGP Aljão e respetivos custos unitários

Código	Unidade	Valor referência	Área total_ha / Extensão total_km	Custo total (€)
D1a	€/ha	964	575,485	554767,54
D1b	€/ha	1140	57,693	65770,02
E1a	€/ha	500	66,571	33285,5
E1b	€/ha	600	3,534	2120,4
E2a	€/ha	902	3,345	3017,19
F1	€/ha	845	3,345	2826,525
G1	€/ha	1735	32,629	56611,315
H4	€/ha	647	5,08	3286,76
H6	€/ha	1410	91,991	129707,31
I3	€/ha	678	572,081	387870,918
I4	€/ha	969	70,105	67931,745
J2a	€/ha	786	2,186	1718,196
K1	€/ha	270	8,425	2274,75
K6	€/ha	513	5,08	2606,04
L1	€/ha	528	433,385	228827,28
L3	€/ha	233	165,603	38585,499
L6a	€/ha	439	4,212	1849,068
OR13a	€/ha	327,77	299,777	98257,90729
OR13b	€/ha	352,99	133,608	47162,28792
OR30a	€/ha	232,95	66,571	15507,71445
OR30b	€/ha	241,54	3,534	853,60236
T1	€/km	4040	3,749	15145,96
T5a	€/km	1150	16,214	18646,1

T5b	€/km	1380	1,51	2083,8
				1780713,428

C2. Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos Serviços de Ecossistemas

a) Sistemas culturais elegíveis para a remuneração dos Serviços de Ecossistemas

Tabela 32 - Sistemas culturais elegíveis para remuneração dos Serviços de Ecossistemas

UI_c	Sistema Cultural	Área declarada (ha)	Área elegível > 25% (ha)	Área inserida em EP (há)	Área inserida em REN	Valor (€/ha)	Valor total	Valor adicional	Custo total
UI-014	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	22,78	<15%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	3189,2		63784,00
UI-045	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	2,723	<15%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	272,3		5446,00
UI-038	Prados e pastagens permanentes	6,375	<15%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	510		10200,00
UI-031	Novos Povoamentos - Restantes espécies	27,5368	<15%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	3304,16		660883,20
UI-036	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	39,77	<15%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	3181,6		63632,00

UI - 0 0 4		57 ,2 54	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0	0,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	57 ,6 1	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		46 08, 8	921 76,0 0
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	33 ,4 32	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		46 80, 48	936 09,6 0
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	53 ,6 12	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		53 61, 2	107 224, 00
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	19 ,2 36	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		30 97	619 40,0 0
UI - 0 0 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 52	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		41, 6	832, 00
UI - 0 4 1		0, 16 2	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0	0,00
UI - 0 4 2		0, 28 6	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0	0,00
UI - 0 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	11 ,6 93	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		93 5,4 4	187 08,8 0

UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	11 ,3 92	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	91 1,3 6		182 27,2 0
UI - 0 0 9	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	2, 47 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	39 6,6 4		793 2,80
UI - 0 0 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 93 8	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	75, 04		150 0,80
UI - 0 1 8	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	2, 18 6	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	21 8,6		437 2,00
UI - 0 4 0	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	2, 48 2	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	19 8,5 6		397 1,20
UI - 0 3 9	Prados e pastagens permanentes	0, 93 1	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	74, 48		148 9,60
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	46 ,9 77	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	56 37, 24		112 744, 80
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	39 ,0 37	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	60 89, 77		121 795, 40
UI - 0 1 7	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	4, 12 1	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	41 2,1		824 2,00

UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	16 7, 66 7	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	23 13 8,0 5		462 761, 00
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	18 ,2 81			Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	33 27, 14		665 42,8 0
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 17 6			Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	18, 3		366, 00
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	3, 29 5	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	53 0,5		106 10,0 0
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	50 ,0 8	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	57 59, 2		115 184, 00
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	14 ,1 25	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	18 36, 25		367 25,0 0
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	35 ,3 82	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	64 39, 52		128 790, 40
UI - 0 0 5		0, 87 9	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1, 24 6	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	11 4,6 3		229 2,60

UI - 0 3 5	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	7, 36 1	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	67 7,2 1		135 44,2 0
UI - 0 0 2	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 05 7	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	5,2 4		104, 80
UI - 0 1 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	4, 21 2	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	42 1,2		842 4,00
UI - 0 1 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	3, 53 4	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	55 1,3		110 26,0 0
UI - 0 1 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	7, 03 2	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	97 0,4 2		194 08,4 0
UI - 0 4 3		0, 40 3	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	0, 38 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	62, 24		124 4,80
UI - 0 4 6		1, 66 1	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhasas a privilegiar nos PROF	2, 31	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	32 3,4		646 8,00

UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 79 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	11 1,8 6		223 7,20
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 17 3	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	24, 22		484, 40
UI - 0 4 5	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	12 ,3 97	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	12 39, 7		247 94,0 0
UI - 0 3 8	Prados e pastagens permanentes	0	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	7, 06 5	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	84 7,8		169 56,0 0
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 58 2	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	69, 84		139 6,80
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	3, 97 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	47 7,4 8		954 9,60
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	8, 84 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	10 61, 88		212 37,6 0
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	5, 87 6	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	70 5,1 2		141 02,4 0

UI - 0 0 4		0, 12 3	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		1, 06 8	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 03 1	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 18 9	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 6,4 6		332 9,20
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 37 2	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		37, 2		744, 00
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1, 96 7	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19 6,7		393 4,00
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	5, 84 6	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		94 1,2 1		188 24,2 0
UI - 0 0 8		0, 01 7	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 42 5	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		51		102 0,00

UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 02 8	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		3,3 6		67,2 0
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 83 4	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22 0,0 8		440 1,60
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	2, 37 2	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		37 0,0 3		740 0,60
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 13	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		20, 28		405, 60
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	11 ,3 41	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		17 69, 2		353 84,0 0
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	3, 27 8	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		51 1,3 7		102 27,4 0
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 84 8	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13 2,2 9		264 5,80
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	2, 47 9	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		34 2,1		684 2,00
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 45 3	[15 %- 25 %[Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		62, 51		125 0,20

UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	32 ,3 79	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		44 68, 3		893 66,0 0
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 53 1	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		21 1,2 8		422 5,60
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	4, 82 4	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		66 5,7 1		133 14,2 0
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	5, 46 4	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		99 4,4 5		198 89,0 0
UI - 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	1, 97 6	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		20 5,5		411 0,00
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 08 5	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		17 4,6 9		349 3,80
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 02 6	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 5,1 9		330 3,80
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1, 30 6	[15 %- 25 %]		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		15 0,1 9		300 3,80
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	3, 49 4	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		45 4,2 2		908 4,40

UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 22 1	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		40, 22		804, 40
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	6, 94 1	=>2 5%		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12 63, 26		252 65,2 0
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	1, 29 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12 9,5		259 0,00
UI - 0 0 4		1, 05 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	1, 67 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 7,3		334 6,00
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 13	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16, 25		325, 00
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 28 3	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		55, 47		110 9,40

UI - 0 0 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	3, 03 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		30 3,7		607 4,00
UI - 0 4 1		0, 12 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 4 2		0, 54 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 03 4	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		5,7 1		114, 20
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 88 4	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		99, 01		198 0,20
UI - 0 0 2	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	1, 32 9	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		14 8,8 5		297 7,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 50 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		26 3,3 8		526 7,60
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 22 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		21 4,7 2		429 4,40
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 38 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		67, 55		135 1,00

UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 66	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11 5,5		231 0,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 00 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		1,4		28,0 0
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 00 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,3 5		7,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 54 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		26 9,6 8		539 3,60
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 26 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		47, 08		941, 60
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 12 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		21, 18		423, 60
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 21 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		37, 1		742, 00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 44 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		78, 05		156 1,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 22 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		39, 38		787, 60

UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 26 5	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	29, 68	593, 60
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 39 3	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	44, 02	880, 40
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	3, 01	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	33 7,1 2	674 2,40
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 51 3	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	57, 46	114 9,20
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 19	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	21, 28	425, 60
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 8	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	89, 6	179 2,00
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	1, 71 7	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	19 2,3	384 6,00
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	1, 33 2	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	14 9,1 8	298 3,60
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 54 5	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	61, 04	122 0,80

UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 54 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		54, 1		108 2,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 70 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		70, 8		141 6,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	2, 74 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27 4,6		549 2,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	1, 34 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13 4,2		268 4,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	1, 42	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		14 2		284 0,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 02 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		2,2		44,0 0
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	8, 64 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		86 4,9		172 98,0 0
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 32 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		32, 3		646, 00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 46 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		46, 5		930, 00

UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 22 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 8		456, 00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 61 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		61, 9		123 8,00
UI - 0 4 5	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		25		500, 00
UI - 0 4 5	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 14	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		17, 5		350, 00
UI - 0 3 8	Prados e pastagens permanentes	0, 54 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		54, 7		109 4,00
UI - 0 3 8	Prados e pastagens permanentes	0, 43	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		43		860, 00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 01 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		2,2 5		45,0 0
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 49 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		73, 95		147 9,00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 11 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 7,7		335 4,00

UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 00 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,6		12,0 0
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 09 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		14, 25		285, 00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 05 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,8		156, 00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 13 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19, 95		399, 00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 02 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		3,9		78,0 0
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 22 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 5		450, 00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	5, 56 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		55 6,9		111 38,0 0
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 01 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		1,9		38,0 0
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 28 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		28, 3		566, 00

UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 16 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16, 1		322, 00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 91 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		91, 7		183 4,00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 00 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,1		2,00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 04 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		4,6		92,0 0
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 06 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		6,5		130, 00
UI - 0 0 4		0, 19 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 37 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 85 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		1, 20 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 0 4		1, 58 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		1, 34 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 17 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 13 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 40 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 83 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 21 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 45 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		1, 23 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 0 4		3, 58 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 42 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 40 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 97 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		97, 8		195 6,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 33 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		33, 9		678, 00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	4, 49 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		44 9,4		898 8,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	1, 33 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13 3,4		266 8,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 07 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,1		142, 00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 53 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		53, 9		107 8,00

UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 13 3	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 3	266, 00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 58 4	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		58, 4	116 8,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 37 4	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		37, 4	748, 00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	1, 87 8	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		18 7,8	375 6,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	2, 18 5	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		21 8,5	437 0,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 25	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		25	500, 00
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	6, 50 7	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11 38, 72	227 74,4 0
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 1	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19 2,5	385 0,00
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 18 7	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		32, 73	654, 60

UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 04 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,7		154, 00
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 63 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11 0,6		221 2,00
UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 54 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27 0,0 2		540 0,40
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 00 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,1 3		2,60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	2, 04 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		25 5,1 3		510 2,60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	4, 07 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		50 9,2 5		101 85,0 0
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 07 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		8,7 5		175, 00
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	13 ,5 28	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 91		338 20,0 0
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 07 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		9,8 8		197, 60

UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 09 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12, 13		242, 60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 07 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		9,1 3		182, 60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 07 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		9,1 3		182, 60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 72	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		90		180 0,00
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 10 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 63		272, 60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 26 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		33		660, 00
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 06 5	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12, 74		254, 80
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 41 9	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		82, 12		164 2,40
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 29 9	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		58, 6		117 2,00

UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 23 9	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		46, 84		936, 80
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 09 4	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		18, 42		368, 40
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 12 1	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23, 72		474, 40
UI - 0 0 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 07 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,3		146, 00
UI - 0 4 1		0, 00 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 4 2		0, 07 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 11 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11, 4		228, 00
UI - 0 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	1, 18 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11 8,8		237 6,00
UI - 0 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 01 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		1,5		30,0 0

UI - 0 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 14	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		14		280, 00
UI - 4 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 31 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		31, 3		626, 00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 48 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		48, 9		978, 00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 34 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		34, 5		690, 00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 45 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		45, 7		914, 00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 02 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		2,4		48,0 0
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 80 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		80, 7		161 4,00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 11 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11, 9		238, 00
UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 23	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23		460, 00

UI - 0 0 1	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 54 1	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		54, 1		108 2,00
UI - 0 9	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 11	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22		440, 00
UI - 0 9	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 13 7	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27, 4		548, 00
UI - 0 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Vinha	0, 22 9	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 9		458, 00
UI - 0 4 0	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Outras culturas frutícolas	0, 13	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13		260, 00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 76 4	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		26 4,6		529 2,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 28 4	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19 2,6		385 2,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 11 2	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16, 8		336, 00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 06 3	<15 % 		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		9,4 5		189, 00

UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	3, 36 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		50 4,1 5		100 83,0 0
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 68 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		10 2,1 5		204 3,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 33 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		49, 95		999, 00
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 68 3	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12 7,0 4		254 0,80
UI - 0 3 3	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 00 2	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,3 7		7,40
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 50 2	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		84, 34		168 6,80
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 02 8	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		4,7		94,0 0
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 01	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		1,6 8		33,6 0
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 01 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		3,0 2	60,4 0
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 33 5	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		72, 69	145 3,80
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 45 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		31 5,9 5	631 9,00
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 31 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		68, 14	136 2,80
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 08 2	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		17, 79	355, 80
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 12 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27, 99	559, 80
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 10 7	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23, 22	464, 40
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 00 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,5	10,0 0
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 12 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		15, 38	307, 60

UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 51 7	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	10 1,3 3	202 6,60
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 15 2	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	29, 79	595, 80
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 61 7	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	86, 38	172 7,60
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	5, 32 9	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	74 6,0 6	149 21,2 0
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 13 5	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	18, 9	378, 00
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 77 5	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	10 8,5	217 0,00
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 01 9	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	2,6 6	53,2 0
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 29 3	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	41, 02	820, 40
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 98 2	[15 %- 25 %]	Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	13 7,4 8	274 9,60

UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,035	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		4,9		98,00
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,197	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27,58		551,60
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,176	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		24,64		492,80
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,337	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		47,18		943,60
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,04	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		56		1120,00
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,171	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23,94		478,80
UI - 0 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,073	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		10,22		204,40
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,079	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12,24		244,80
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0,13	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		20,15		403,00

UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 14 8	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 94		458, 80
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 11 8	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		18, 29		365, 80
UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 02 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		4,0 3		80,6 0
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 26 7	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		57, 94		115 8,80
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 55 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		33 7,6 5		675 3,00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 04 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		9,5 5		191, 00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 05 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12, 8		256, 00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 63 8	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13 8,4 5		276 9,00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 06	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 02		260, 40

UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 02 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		5,6 4		112, 80
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 23 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		50, 78		101 5,60
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 28 3	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		61, 41		122 8,20
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 00 1	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,2 2		4,40
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 28 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		62, 71		125 4,20
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 34 2	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		74, 21		148 4,20
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 10 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23, 65		473, 00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 01 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		4,1 2		82,4 0
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 80 5	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		39 1,6 9		783 3,80

UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 32 1	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		69, 66		139 3,20
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 25	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		54, 25		108 5,00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 67 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		14 7,3 4		294 6,80
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 37 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		82, 24		164 4,80
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 38 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		84, 41		168 8,20
UI - 0 0 5		0, 12 1	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 5		0, 19 7	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 30 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		34, 5		690, 00
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 09 5	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		10, 64		212, 80

UI - 0 3 5	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 20 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 74		454, 80
UI - 0 3 5	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 36 1	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		40, 43		808, 60
UI - 0 3 5	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 43 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		49, 06		981, 20
UI - 0 3 5	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 50 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		56, 34		112 6,80
UI - 0 1 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 13 5	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 68		453, 60
UI - 0 1 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	1, 12 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		18 9,5		379 0,00
UI - 0 1 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 15 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		25, 7		514, 00
UI - 0 1 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 04 7	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,9		158, 00
UI - 0 4 3		0, 00 7	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 4 3		0, 73 1	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	0, 97 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19 4,8		389 6,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	8, 05 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		16 10, 4		322 08,0 0
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	2, 07 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		41 5		830 0,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	4, 34 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		86 9		173 80,0 0
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	20 ,9 98	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		41 99, 6		839 92,0 0
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	0, 00 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,8		16,0 0
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	0	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 2 7	Novos Povoamentos - Folhasas a privilegiar nos PROF	10 ,0 03	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22 40, 67		448 13,4 0

UI - 0 2 7	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 02 4	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		22 9,3 8		458 7,60
UI - 0 3 0	Faixas de vegetação ripícola	0, 40 8	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		50, 59		101 1,80
UI - 0 2 5	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	3, 29	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		65 8		131 60,0 0
UI - 0 4 6		0, 29 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 00 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,7		14,0 0
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 22 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		39, 55		791, 00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 01 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		2,6 3		52,6 0
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 28 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		49, 88		997, 60

UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 89 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		15 6,1		312 2,00
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 32 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		56, 35		112 7,00
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 24 2	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		27, 1		542, 00
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 56 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		63, 06		126 1,20
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 28 6	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		32, 03		640, 60
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 36 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		41, 22		824, 40
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 21 4	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		23, 97		479, 40
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 41 4	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		46, 37		927, 40
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 00 6	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,6 7		13,4 0

UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 34 2	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		38, 3		766, 00
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 70 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		78, 74		157 4,80
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	1, 92 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		19 2,9		385 8,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 00 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,1		2,00
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 75 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		75, 2		150 4,00
UI - 0 4 5	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 01 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		2,2 5		45,0 0
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 00 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,7 5		15,0 0
UI - 0 0 4		0, 40 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 50 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 0 4		0, 01 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 06 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		7,6 3		152, 60
UI - 0 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 13 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		17, 38		347, 60
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 03 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		20 3,4 5		406 9,00
UI - 0 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 68 8	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13 4,8 5		269 7,00
UI - 0 0 8		0, 00 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 83 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12 5,5 5		251 1,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 01	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		1,5		30,0 0

UI - 0 1 0	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 36 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		54, 9		109 8,00
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 32 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		70, 31		140 6,20
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 59	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		12 8,0 3		256 0,60
UI - 0 2 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 41 2	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		89, 4		178 8,00
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 39 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		49, 1		982, 00
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 06 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		8,1 8		163, 60
UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 24 2	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		30, 01		600, 20
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 00 4	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0,7 8		15,6 0
UI - 0 1 5	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 28 4	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		55, 66		111 3,20

UI - 0 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 08 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 02		260, 40
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 50 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		11 0,4 5		220 9,00
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 29 5	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		64, 02		128 0,40
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 30 8	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		66, 84		133 6,80
UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 44 4	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		96, 35		192 7,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 58 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		31 7,6		635 2,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 40 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		28 1,4		562 8,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	2, 17 5	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		43 5		870 0,00
UI - 0 2 6	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 27 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		55, 8		111 6,00

UI - 0 2 7	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	2, 46 3	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		55 1,7 1		110 34,2 0
UI - 0 2 7	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 24	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		53, 76		107 5,20
UI - 0 3 0	Faixas de vegetação ripícola	0, 54 3	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		67, 33		134 6,60
UI - 0 2 5	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 79 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		35 8,2		716 4,00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 13 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 9		278, 00
UI - 0 0 4		0, 36 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 4	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 31 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		31, 9		638, 00
UI - 0 0 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 18 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		18, 1		362, 00
UI - 0 4 1		0	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 4 2		0, 02 1	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 08	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico		8,9 6		179, 20
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	16 ,2 63	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		31 87, 55		637 51,0 0
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 00 9	[15 %- 25 %]		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		1,1 2		22,4 0
UI - 0 2 8	Faixas de vegetação ripícola	0, 01 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		1,9		38,0 0
UI - 0 3 8	Prados e pastagens permanentes	0, 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		22, 4		448, 00
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 22 2	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		37, 3		746, 00
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 63 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		71, 46		142 9,20
UI - 0 0 4		3, 35 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 1 9	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 43 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		85, 46		170 9,20
UI - 2 2	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1, 45 4	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		20 3,5 6		407 1,20
UI - 2 0 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	5, 47 6	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		11 88, 29		237 65,8 0
UI - 0 0 8		4, 90 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 9	Novos Povoamentos - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 61 9	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		13 8,6 6		277 3,20
UI - 0 3 2	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0, 58 3	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		10 8,4 4		216 8,80
UI - 2 1 1	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 15	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		27 3,7		547 4,00
UI - 2 2 3	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	0, 41 2	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		63, 86		127 7,20
UI - 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1, 9	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		32 3		646 0,00

UI - 0 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	27 ,7 7	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		66 09, 26		132 185, 20
UI - 0 3 7	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 11 1	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		13, 76		275, 20
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	3, 71	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		72 7,1 6		145 43,2 0
UI - 0 1 4	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 29 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		57, 43		114 8,60
UI - 0 2 9	Faixas de vegetação ripícola	0, 00 3	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0,3 7		7,40
UI - 0 0 4		0, 28 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 4		0, 43 7	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 8		0, 00 6	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00
UI - 0 0 8		1, 21 8	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico		0		0,00

UI - 0 0 3	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Misto de culturas permanentes	0, 1	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	13, 6		272, 00
UI - 2 4	Povoamentos Florestais existentes - Restantes espécies	1, 08 6	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	18 4,6 2		369 2,40
UI - 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	2, 71	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	64 4,9 8		128 99,6 0
UI - 1 6	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	1, 44 7	=>2 5%		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	34 4,3 9		688 7,80
UI - 0 3 6	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Olival	0, 02 3	<15 %		Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	2,5 8		51,6 0
UI - 2 0	Povoamentos Florestais existentes - Folhosas a privilegiar nos PROF	0, 07	[15 %- 25 %[Dentro da Estrutura de Paisagem	Dentro de REN associada ao ciclo hidrológico	15, 19		303, 80
UI - 0 3 1	Novos Povoamentos - Restantes espécies	0	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
UI - 0 4 6		0	<15 %		Fora da Estrutura de Paisagem	Fora de REN associada ao ciclo hidrológico	0		0,00
									365 081 9,40

C3. Demonstração da sustentabilidade económica e financeira da proposta

O investimento feito nos dois primeiros anos, para a transformação e valorização das diversas unidades de intervenção é algo que se espera trazer enorme retorno para os proprietários. A tabela abaixo ilustra a situação da remuneração dos serviços de ecossistema, um valor que acresce aos rendimentos retirados das propriedades, pelos seus titulares, beneficiando assim os mesmos.

Tabela 33 - Remuneração Serviços de Ecossistemas

Serviço Ecossistema - SE_idnn	Código - SE_opnn	Valor €/ha - SEVRnnha	AreaSEnn	C_Senn	Remuneração anual - CustoT	Remuneração a 20 anos - CustoT20
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	22,78	3189,2	3189,2	63784
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	2,723	272,3	272,3	5446
SE012a	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15%	80	6,375	510	510	10200
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	275,368	33044,16	33044,16	660883,2
SE09a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	39,77	3181,6	3181,6	63632
			57,254	0	0	0
SE010a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	57,61	4608,8	4608,8	92176
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	33,432	4680,48	4680,48	93609,6
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	53,612	5361,2	5361,2	107224
SE03e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[161	19,236	3096,996	3097	61940
SE09a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	0,52	41,6	41,6	832
SE08a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	11,693	935,44	935,44	18708,8
SE010a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	11,392	911,36	911,36	18227,2
SE01a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	160	2,479	396,64	396,64	7932,8
SE08a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	0,938	75,04	75,04	1500,8
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	2,186	218,6	218,6	4372
SE07a	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15%	80	2,482	198,56	198,56	3971,2
SE012a	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15%	80	0,931	74,48	74,48	1489,6
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	46,977	5637,24	5637,24	112744,8
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	39,037	6089,772	6089,77	121795,4

SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	4,121	412,1	412,1	8242
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	167,667	23138,04 6	23138,05	462761
SE03i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	182	18,281	3327,142	3327,14	66542,8
SE010i	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25%	104	0,176	18,304	18,3	366
SE03e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[161	3,295	530,495	530,5	10610
SE04e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[115	50,08	5759,2	5759,2	115184
SE04i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	130	14,125	1836,25	1836,25	36725
SE03i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	182	35,382	6439,524	6439,52	128790,4
SE09e	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%[92	1,246	114,632	114,63	2292,6
SE010e	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%[92	7,361	677,212	677,21	13544,2
SE010e	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%[92	0,057	5,244	5,24	104,8
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	4,212	421,2	421,2	8424
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	3,534	551,304	551,3	11026
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	7,032	970,416	970,42	19408,4
SE01a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	160	0,389	62,24	62,24	1244,8
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	2,31	323,4	323,4	6468
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	0,799	111,86	111,86	2237,2
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	0,173	24,22	24,22	484,4
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	12,397	1239,7	1239,7	24794
SE012a	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15%	80	0	0	0	0
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	7,065	847,8	847,8	16956
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	0,582	69,84	69,84	1396,8
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	3,979	477,48	477,48	9549,6
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	8,849	1061,88	1061,88	21237,6
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	5,876	705,12	705,12	14102,4
SE03a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	140	1,189	166,46	166,46	3329,2
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	0,372	37,2	37,2	744
SE04a	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15%	100	1,967	196,7	196,7	3934
SE03e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[161	5,846	941,206	941,21	18824,2

SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	0,425	51	51	1020
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	0,028	3,36	3,36	67,2
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	1,834	220,08	220,08	4401,6
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	2,372	370,032	370,03	7400,6
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	0,13	20,28	20,28	405,6
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	11,341	1769,196	1769,2	35384
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	3,278	511,368	511,37	10227,4
SE02i	Novos Povoamentos - Declive: =>25%	156	0,848	132,288	132,29	2645,8
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	2,479	342,102	342,1	6842
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	0,453	62,514	62,51	1250,2
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	32,379	4468,302	4468,3	89366
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	1,531	211,278	211,28	4225,6
SE02e	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[138	4,824	665,712	665,71	13314,2
SE03i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	182	5,464	994,448	994,45	19889
SE010i	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25%	104	1,976	205,504	205,5	4110
SE03e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[161	1,085	174,685	174,69	3493,8
SE03e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[161	1,026	165,186	165,19	3303,8
SE04e	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[115	1,306	150,19	150,19	3003,8
SE04i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	130	3,494	454,22	454,22	9084,4
SE03i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	182	0,221	40,222	40,22	804,4
SE03i	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25%	182	6,941	1263,262	1263,26	25265,2
SE01a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	160	0	0	0	0
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0	0	0	0
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	1,295	129,5	129,5	2590
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	1,673	167,3	167,3	3346
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,13	16,25	16,25	325
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%[+ EP	196	0,283	55,468	55,47	1109,4
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	3,037	303,7	303,7	6074
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%[+ EP	168	0,034	5,712	5,71	114,2
SE09g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%[+ EP	112	0,884	99,008	99,01	1980,2

SE010g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	1,329	148,848	148,85	2977
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	1,505	263,375	263,38	5267,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	1,227	214,725	214,72	4294,4
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,386	67,55	67,55	1351
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,66	115,5	115,5	2310
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,008	1,4	1,4	28
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,002	0,35	0,35	7
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	1,541	269,675	269,68	5393,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,269	47,075	47,08	941,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,121	21,175	21,18	423,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,212	37,1	37,1	742
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,446	78,05	78,05	1561
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,225	39,375	39,38	787,6
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,265	29,68	29,68	593,6
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,393	44,016	44,02	880,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	3,01	337,12	337,12	6742,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,513	57,456	57,46	1149,2
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,19	21,28	21,28	425,6
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,8	89,6	89,6	1792
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	1,717	192,304	192,3	3846
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	1,332	149,184	149,18	2983,6
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,545	61,04	61,04	1220,8
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,541	54,1	54,1	1082
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,708	70,8	70,8	1416
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	2,746	274,6	274,6	5492
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	1,342	134,2	134,2	2684
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	1,42	142	142	2840
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,022	2,2	2,2	44
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	8,649	864,9	864,9	17298
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,323	32,3	32,3	646

SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,465	46,5	46,5	930
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,228	22,8	22,8	456
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,619	61,9	61,9	1238
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,2	25	25	500
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,14	17,5	17,5	350
SE012c	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,547	54,7	54,7	1094
SE012c	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,43	43	43	860
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,015	2,25	2,25	45
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,493	73,95	73,95	1479
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	1,118	167,7	167,7	3354
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,004	0,6	0,6	12
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,095	14,25	14,25	285
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,052	7,8	7,8	156
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,133	19,95	19,95	399
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,026	3,9	3,9	78
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,225	22,5	22,5	450
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	5,569	556,9	556,9	11138
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,019	1,9	1,9	38
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,283	28,3	28,3	566
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,161	16,1	16,1	322
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,917	91,7	91,7	1834
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,001	0,1	0,1	2
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,046	4,6	4,6	92
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,065	6,5	6,5	130
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,978	97,8	97,8	1956
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,339	33,9	33,9	678
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	4,494	449,4	449,4	8988
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	1,334	133,4	133,4	2668
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,071	7,1	7,1	142
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,539	53,9	53,9	1078

SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,133	13,3	13,3	266
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,584	58,4	58,4	1168
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,374	37,4	37,4	748
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	1,878	187,8	187,8	3756
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	2,185	218,5	218,5	4370
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,25	25	25	500
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	6,507	1138,725	1138,72	22774,4
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	1,1	192,5	192,5	3850
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,187	32,725	32,73	654,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,044	7,7	7,7	154
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,632	110,6	110,6	2212
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	1,543	270,025	270,02	5400,4
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,001	0,125	0,13	2,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	2,041	255,125	255,13	5102,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	4,074	509,25	509,25	10185
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,07	8,75	8,75	175
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	13,528	1691	1691	33820
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,079	9,875	9,88	197,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,097	12,125	12,13	242,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,073	9,125	9,13	182,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,073	9,125	9,13	182,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,72	90	90	1800
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,109	13,625	13,63	272,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,264	33	33	660
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,065	12,74	12,74	254,8
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,419	82,124	82,12	1642,4
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,299	58,604	58,6	1172
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,239	46,844	46,84	936,8
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,094	18,424	18,42	368,4
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,121	23,716	23,72	474,4

SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,073	7,3	7,3	146
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,114	11,4	11,4	228
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	1,188	118,8	118,8	2376
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,015	1,5	1,5	30
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,14	14	14	280
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,313	31,3	31,3	626
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,489	48,9	48,9	978
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,345	34,5	34,5	690
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,457	45,7	45,7	914
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,024	2,4	2,4	48
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,807	80,7	80,7	1614
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,119	11,9	11,9	238
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,23	23	23	460
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,541	54,1	54,1	1082
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0,11	22	22	440
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0,137	27,4	27,4	548
SE08c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,229	22,9	22,9	458
SE07c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,13	13	13	260
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	1,764	264,6	264,6	5292
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	1,284	192,6	192,6	3852
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,112	16,8	16,8	336
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,063	9,45	9,45	189
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	3,361	504,15	504,15	10083
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,681	102,15	102,15	2043
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,333	49,95	49,95	999
SE02k	Novos Povoamentos - Declive: =>25% + EP	186	0,683	127,038	127,04	2540,8
SE02k	Novos Povoamentos - Declive: =>25% + EP	186	0,002	0,372	0,37	7,4
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,502	84,336	84,34	1686,8
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,028	4,704	4,7	94
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,01	1,68	1,68	33,6

SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0	0	0	0
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,018	3,024	3,02	60,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,335	72,695	72,69	1453,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	1,456	315,952	315,95	6319
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,314	68,138	68,14	1362,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,082	17,794	17,79	355,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,129	27,993	27,99	559,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,107	23,219	23,22	464,4
SE010k	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP	124	0,004	0,496	0,5	10
SE010k	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP	124	0,124	15,376	15,38	307,6
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,517	101,332	101,33	2026,6
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,152	29,792	29,79	595,8
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,617	86,38	86,38	1727,6
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	5,329	746,06	746,06	14921,2
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,135	18,9	18,9	378
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,775	108,5	108,5	2170
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,019	2,66	2,66	53,2
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,293	41,02	41,02	820,4
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,982	137,48	137,48	2749,6
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,035	4,9	4,9	98
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,197	27,58	27,58	551,6
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,176	24,64	24,64	492,8
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,337	47,18	47,18	943,6
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,4	56	56	1120
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,171	23,94	23,94	478,8
SE04g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	140	0,073	10,22	10,22	204,4
SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,079	12,245	12,24	244,8
SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,13	20,15	20,15	403
SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,148	22,94	22,94	458,8
SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,118	18,29	18,29	365,8

SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,026	4,03	4,03	80,6
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,267	57,939	57,94	1158,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	1,556	337,652	337,65	6753
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,044	9,548	9,55	191
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,059	12,803	12,8	256
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,638	138,446	138,45	2769
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,06	13,02	13,02	260,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,026	5,642	5,64	112,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,234	50,778	50,78	1015,6
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,283	61,411	61,41	1228,2
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,001	0,217	0,22	4,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,289	62,713	62,71	1254,2
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,342	74,214	74,21	1484,2
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,109	23,653	23,65	473
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,019	4,123	4,12	82,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	1,805	391,685	391,69	7833,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,321	69,657	69,66	1393,2
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,25	54,25	54,25	1085
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,679	147,343	147,34	2946,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,379	82,243	82,24	1644,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,389	84,413	84,41	1688,2
SE09g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,308	34,496	34,5	690
SE09g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,095	10,64	10,64	212,8
SE010g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,203	22,736	22,74	454,8
SE010g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,361	40,432	40,43	808,6
SE010g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,438	49,056	49,06	981,2
SE010g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,503	56,336	56,34	1126,8
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,135	22,68	22,68	453,6
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	1,128	189,504	189,5	3790
SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,153	25,704	25,7	514

SE02g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	168	0,047	7,896	7,9	158
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0,974	194,8	194,8	3896
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	8,052	1610,4	1610,4	32208
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	2,075	415	415	8300
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	4,345	869	869	17380
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	20,998	4199,6	4199,6	83992
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0,004	0,8	0,8	16
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0	0	0	0
SE01g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	224	10,003	2240,672	2240,67	44813,4
SE01g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	224	1,024	229,376	229,38	4587,6
SE011k	Faixas de vegetação ripícola - Declive: =>25% + EP	124	0,408	50,592	50,59	1011,8
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	3,29	658	658	13160
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0	0	0	0
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,004	0,7	0,7	14
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,226	39,55	39,55	791
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,015	2,625	2,63	52,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,285	49,875	49,88	997,6
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,892	156,1	156,1	3122
SE03c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	175	0,322	56,35	56,35	1127
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,242	27,104	27,1	542
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,563	63,056	63,06	1261,2
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,286	32,032	32,03	640,6
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,368	41,216	41,22	824,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,214	23,968	23,97	479,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,414	46,368	46,37	927,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,006	0,672	0,67	13,4
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,342	38,304	38,3	766
SE011g	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,703	78,736	78,74	1574,8
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	1,929	192,9	192,9	3858
SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,001	0,1	0,1	2

SE011c	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP	100	0,752	75,2	75,2	1504
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,018	2,25	2,25	45
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,005	0,75	0,75	15
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,061	7,625	7,63	152,6
SE04c	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP	125	0,139	17,375	17,38	347,6
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	1,038	203,448	203,45	4069
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,688	134,848	134,85	2697
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,837	125,55	125,55	2511
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0	0	0	0
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,01	1,5	1,5	30
SE02c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	150	0,366	54,9	54,9	1098
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,324	70,308	70,31	1406,2
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,59	128,03	128,03	2560,6
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,412	89,404	89,4	1788
SE010k	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP	124	0,396	49,104	49,1	982
SE010k	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP	124	0,066	8,184	8,18	163,6
SE010k	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP	124	0,242	30,008	30,01	600,2
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,004	0,784	0,78	15,6
SE03g	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP	196	0,284	55,664	55,66	1113,2
SE04k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	155	0,084	13,02	13,02	260,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,509	110,453	110,45	2209
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,295	64,015	64,02	1280,4
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,308	66,836	66,84	1336,8
SE03k	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP	217	0,444	96,348	96,35	1927
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	1,588	317,6	317,6	6352
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	1,407	281,4	281,4	5628
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	2,175	435	435	8700
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	0,279	55,8	55,8	1116
SE01g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	224	2,463	551,712	551,71	11034,2
SE01g	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP	224	0,24	53,76	53,76	1075,2

SE011k	Faixas de vegetação ripícola - Declive: =>25% + EP	124	0,543	67,332	67,33	1346,6
SE01c	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP	200	1,791	358,2	358,2	7164
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,139	13,9	13,9	278
SE010c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,319	31,9	31,9	638
SE09c	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP	100	0,181	18,1	18,1	362
SE09g	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP	112	0,08	8,96	8,96	179,2
SE03d	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP + REN	196	16,263	3187,548	3187,55	63751
SE011h	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP + REN	124	0,009	1,116	1,12	22,4
SE011d	Faixas de vegetação ripícola - Declive: <15% + EP + REN	112	0,017	1,904	1,9	38
SE012d	Prados e pastagens permanentes - Declive: <15% + EP + REN	112	0,2	22,4	22,4	448
SE02d	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP + REN	168	0,222	37,296	37,3	746
SE09d	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP + REN	112	0,638	71,456	71,46	1429,2
SE03d	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP + REN	196	0,436	85,456	85,46	1709,2
SE04d	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP + REN	140	1,454	203,56	203,56	4071,2
SE03h	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP + REN	217	5,476	1188,292	1188,29	23765,8
SE01d	Novos Povoamentos - Declive: <15% + EP + REN	224	0,619	138,656	138,66	2773,2
SE02h	Novos Povoamentos - Declive: [15%-25%] + EP + REN	186	0,583	108,438	108,44	2168,8
SE03l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	238	1,15	273,7	273,7	5474
SE04h	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP + REN	155	0,412	63,86	63,86	1277,2
SE04l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	170	1,9	323	323	6460
SE03l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	238	27,77	6609,26	6609,26	132185,2
SE09h	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: [15%-25%] + EP + REN	124	0,111	13,764	13,76	275,2
SE03d	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP + REN	196	3,71	727,16	727,16	14543,2
SE03d	Povoamentos Florestais existentes - Declive: <15% + EP + REN	196	0,293	57,428	57,43	1148,6
SE011h	Faixas de vegetação ripícola - Declive: [15%-25%] + EP + REN	124	0,003	0,372	0,37	7,4
SE010l	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: =>25% + EP + REN	136	0,1	13,6	13,6	272
SE04l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	170	1,086	184,62	184,62	3692,4
SE03l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	238	2,71	644,98	644,98	12899,6
SE03l	Povoamentos Florestais existentes - Declive: =>25% + EP + REN	238	1,447	344,386	344,39	6887,8

SE09d	Sistemas agrícolas - Culturas permanentes - Declive: <15% + EP + REN	112	0,023	2,576	2,58	51,6
SE03h	Povoamentos Florestais existentes - Declive: [15%-25%] + EP + REN	217	0,07	15,19	15,19	303,8
SE02a	Novos Povoamentos - Declive: <15%	120	0	0	0	0
	TOTAL (ha)				182540,97	3650819,4

D. GESTÃO E CONTRATUALIZAÇÃO

D1. Levantamento cadastral e da situação de adesão

Carta de Prédios com Titularidade Conhecida e Desconhecida - AIGP Aljão

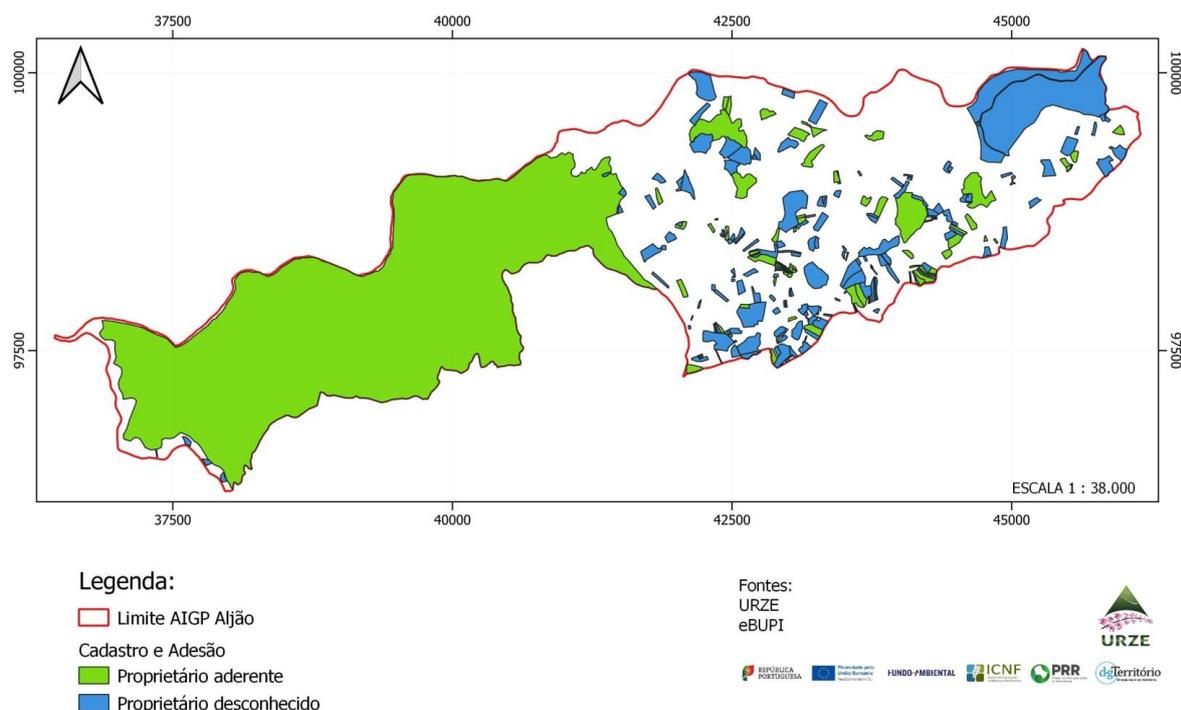


Figura 74 - Carta dos prédios com titularidade conhecida e desconhecida na AIGP Aljão

Na Figura 83 podem ser analisadas as situações de conhecimento da titularidade e de execução do processo cadastral dos prédios rústicos da AIGP Aljão. Os prédios com titularidade desconhecida são, não só os polígonos a azul, com estrutura fundiária conhecida mas titularidade desconhecida pela URZE, e também a área a branco. A área em branco corresponde à situação de proprietários que não fizeram o cadastro e, por isso, desconhece-se a titularidade, área e localização dos seus prédios.

Os prédios “ainda sem perspectivas de adesão” correspondem aos que estão na *shapefile* do cadastro, mas dos quais não temos informações de titularidade, quer seja por não conseguirmos “unir os pontos” entre a informação disponibilizada do cadastro e aquela que recolhemos dos interessados em aderir à AIGP, quer seja porque nem conseguimos contactar esses proprietários da *shapefile* do cadastro, por não sabermos quem são.

Relativamente aos prédios “com desconhecimento a titularidade”, embora não conheçamos a titularidade de grande parte dos prédios cadastrados, nesta categoria incluímos a área da AIGP que se encontra sem cadastro, pois aí não se sabe quantos prédios existem nem de quem pertencem.

Pelas dificuldades que foram encontradas especialmente pela população mais idosa na realização do cadastro, foi combinado entre a URZE e a DGT a possibilidade de aceitar adesões à AIGP mesmo de pessoas que não tivessem conseguido cadastrar as propriedades: os proprietários assumam a responsabilidade da delimitação das propriedades não cadastradas e desde que a delimitação dessas propriedades não entre em conflito com propriedades anteriormente cadastradas.

D2. Modelo de Gestão e Contratualização

Foram criadas Declarações de Compromisso de Início de Trabalhos da OIGP, que permitem recolher informação como dados de contacto e dados pessoais do proprietário, dados das propriedades (ID cadastro, artigo matricial, localização e área), informação sobre a titularidade (incluindo situações possíveis de arrendamento, compropriedade e herança) e expressando, no final, o consentimento da recolha desta informação para a finalidade deste projeto, recolhendo a assinatura do proprietário ou seu representante legalmente atribuído

No que diz respeito às diferentes modalidades de adesão (Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à entidade gestora; Proprietários aderentes com gestão própria), este documento não faz ainda referência a isso, pois quando começámos a usar as declarações a POSP ainda não estava terminada e muitas pessoas estavam a ouvir do projeto pela primeira vez, pelo que achamos por bem numa primeira instância falar com as pessoas e apelar para a sua colaboração e adesão e, posteriormente, contactá-las de novo e falar daquilo que é proposto para as áreas que abrangem as suas propriedades, se pretendem que seja algo diferente e qual a modalidade de gestão (própria ou delegar à EG) é que pretendem deixar definida.

Nesta fase do projeto ainda não há certeza da forma como se organizarão os aderentes bem como se contratualizará associativamente com os mesmos devido a um cenário com bastantes incertezas jurídicas e financeiras. O receio de criar uma organização pouco estruturada e sem a adequada fundamentação legal. Sabemos que em relação à gestão rural da AIGP o objetivo principal é alcançar a “gestão comunitária” ou “gestão em escala” da AIGP. Para isso, será necessário sensibilizar os proprietários ainda existentes de que é essencial uma nova organização rural, não só ao nível da ocupação do solo, mas também ao nível da execução das operações: operar não ao nível da propriedade mas sim a um nível superior, a uma escala de paisagem adequada para a AIGP.

A organização ideal dos proprietários seria numa estrutura que distribuísse as receitas anuais bem como os apoios à gestão e serviços de ecossistemas pelos aderentes da AIGP conforme a área de que são proprietários. Poderá até mesmo haver arrendamento de espaço para exploração de determinada atividade (pastoril, por exemplo). O método de discussão/manifestação de vontades e esclarecimento dos proprietários deveria idealmente ser através de comissões de proprietários à semelhança do que acontece nos baldios e com áreas florestais comunitárias noutros países.

a) Modelo de organização e funcionamento da entidade gestora

A URZE é composta por uma equipa de técnicos com formações diversas, desde Engenharia Florestal, Conservação da Natureza, Geografia, Software de GIS e Deteção Remota, Arqueologia e Biologia. Para além disso, a URZE dispõe ainda de uma equipa de sapadores.

A execução da OIGP é um trabalho de equipa repartido, de acordo com as competências de cada membro, pelos técnicos da associação. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos escritos, realizaram-se reuniões, de forma a todos os técnicos poderem levar para mesa o ponto de situação do progresso das suas tarefas e também dúvidas que queriam ver esclarecidas.

b) Modelo de acesso e execução dos financiamentos

A articulação entre a entidade gestora e os proprietários é feita por telefone, email, carta ou presencialmente, conforme os dados disponibilizados à URZE, para o efeito. As comunicações serão feitas nestes moldes, idealmente, também para a apresentação de candidaturas às fontes de financiamento disponíveis ao longo do tempo e responsabilidades na sua concretização.

c) Modelo de contratualização de compromissos

O modelo que foi disponibilizado, com os conteúdos para as Declarações de Compromisso de Início de Trabalhos da OIGP, somente continha tópicos relacionados com: dados de contacto do proprietário; n.º da declaração de titularidade; freguesia, n.º de artigo e área do prédio rústico; n.º da descrição predial; encargos sobre os prédios listados (ex.: arrendamento); situações de compropriedade e situações de herança indivisa.

Em nenhuma parte deste documento existe informação relativamente ao termo de responsabilidade que o proprietário assume para a concretização, no seu terreno, das ações previstas na OIGP, nem informação sobre as modalidades de gestão. Não tendo sido disponibilizado nenhum documento orientador para o desenvolvimento do contrato para as OIGP, não possuímos esta informação.

d) Modelo de intervenção para áreas sem dono conhecido e para áreas de arrendamento forçado

Na AIGP existem propriedades cuja área e localização é desconhecida dos proprietários/ herdeiros, porém não são áreas sem dono conhecido. Para estes casos, foi-nos sugerido pela DGT que os proprietários nesta situação, com terrenos adjacentes (verificável pelo número sequencial do artigo matricial), se

juntassem e desenhassem uma área que abrangesse, mais ou menos, aquilo a que corresponderiam os respetivos prédios. Depois, os montantes correspondentes a cada proprietário seriam divididos, baseado na área do prédio como aparece na caderneta predial.

O modelo de intervenção para estes casos poderia depois basear-se nas modalidades de gestão disponíveis para prédios com dono conhecido (proprietários aderentes com transmissão de direito de gestão à entidade gestora; ou, proprietários aderentes com gestão própria).

Relativamente às áreas de arrendamento forçado, não possuímos informação.

e) Modalidades de adesão

Foram criadas Declarações de Compromisso de Início de Trabalhos da OIGP, que permitem recolher informação como dados de contacto e dados pessoais do proprietário, dados das propriedades (ID cadastro, artigo matricial, localização e área), informação sobre a titularidade (incluindo situações possíveis de arrendamento, compropriedade e herança) e expressando, no final, o consentimento da recolha desta informação para a finalidade deste projeto, recolhendo a assinatura do proprietário ou seu representante.

No que diz respeito às modalidades de adesão (Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à entidade gestora; Proprietários aderentes com gestão própria), este documento não faz ainda referência a isso, pois quando começámos a usar as declarações a POSP ainda não estava terminada e muitas pessoas estavam a ouvir do projeto pela primeira vez, pelo que achamos por bem numa primeira instância falar com as pessoas e apelar para a sua colaboração e adesão e, posteriormente, contactá-las de novo e falar daquilo que é proposto para as áreas que abrangem as suas propriedades, se pretendem que seja algo diferente e qual a modalidade de gestão (própria ou delegar à EG) é que pretendem deixar definida.

Nesta fase do projeto ainda não há certeza da forma como se organizarão os aderentes bem como se contratualizará associativamente com os mesmos devido a uma certa incerteza jurídica e a receio de criar uma organização pouco sólida e sem fundamentação legal. Sabemos que em relação à gestão rural da AIGP o objetivo principal é alcançar a “gestão comunitária” ou “gestão em escala” da AIGP. Para isso, será necessário sensibilizar os proprietários ainda existentes de que é essencial uma nova organização rural, não só ao nível da ocupação do solo, mas também ao nível da execução das operações: operar não ao nível da propriedade mas sim a um nível superior, a uma escala adequada para a AIGP Aljão.

A organização ideal dos proprietários seria numa estrutura que distribísse as receitas anuais bem como os apoios à gestão e serviços de ecossistemas pelos aderentes da AIGP conforme a área de que são proprietários. Poderá até mesmo haver arrendamento de espaço para exploração de determinada atividade (pastoril, por exemplo). O método de discussão/manifestação de vontades e esclarecimento dos proprietários deveria idealmente ser através de comissões de proprietários à semelhança do que acontece nos baldios e com áreas florestais comunitárias noutros países.

E. Monitorização e Avaliação

Sem informação.

Referências Bibliográficas

Título: Base Geográfica de Referência da Informação de Portugal

Identificador: <http://id.igeo.pt/cdg/ba15180d-305d-4918-b533-a70e85b7aa25>

Títulos Alternativos: BGRI,

Data de Referência - Publicação: 2022-02-08

Data de Referência - Criação: 2022-02-08

Temas ou Categorias do Recurso: Sociedade e cultura

Árvores de folha caduca : classificar, conhecer e proteger as árvores caducifólias mais importantes da Europa : guia de protecção da árvore nas florestas e jardins / Gregor Aas, Andreas Riedmiller ; trad. Alda Mondas, Cristina Pinto . - Rio de Mouro : Everest,, imp. 1999 . - 155, [3] p. : muito il. ; 22 cm . - (Mundo verde) . - Tít orig. : Laubbaume

Batjes, N. 2010. IPCC default soil classes derived from the Harmonized World Soil Data Base (ver. 1.1). <https://edepot.wur.nl/51469> FAO & IIASA. 2023. Harmonized World Soil Database Version 2.0. Rome and Laxenburg.

Brockerhoff E. G., Barbaro L., Castagnyrol B., Forrester D. I., Gardiner B., González-Olabarria J. R., Lyver P. O'B., Meurisse N., Oxbrough A., Taki H., Thompson I. D., van der Plas F., Jactel H. (2017) *Forest biodiversity, ecosystem functioning and the provision of ecosystem services*. *Biodivers Conserv* (2017) 26:3005-3035 DOI 10.1007/s10531-017-1453-2

Campos J. C., Rodrigues S., Sil A., Hermoso V., Freitas T. R., Santos J. A., Fernandes P. M., Azevedo J. C., Honrado J. P., Regos A. (2022) *Climate regulation ecosystem services and biodiversity conservation are enhanced differently by Climate- and fire-smart landscape management*. *Environ. Res. Lett.* 17 (2022) 054014 <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ac64b5>

Carvalho-Santos C., Sousa-Silva R., Gonçalves J., Honrado J. P. (2015) *Ecosystem services and biodiversity conservation under forestation scenarios: options to improve management in the Vez watershed, NW Portugal*. *Reg Environ Change*. DOI: 10.1007/s10113-015-0892-0

Centro PINUS – Associação para a Valorização da Floresta do Pinho. Boas práticas fitossanitárias em pinhal. Porto, 2019.

Cherlet, M., Hutchinson, C., Reynolds, J., Hill, J., Sommer, S., von Maltitz, G. (Eds.), *World Atlas of Desertification*, Publication Office of the European Union, Luxembourg, 2018.

Copernicus Climate Change Service (C3S) (2017): ERA5: Fifth generation of ECMWF atmospheric reanalyses of the global climate. Copernicus Climate Change Service Climate Data Store (CDS), (date of access), <https://cds.climate.copernicus.eu/cdsapp#!/home>

Damianidis C., Santiago-Freijanes J. J., den Herder M., Burgess P., Mosquera-Losada M. R., Graves A., Papadopoulos A., Pisanelli A., Camilli F., Rois-Díaz M., Kay S., Palma J. H. N., Pantera A. (2020) *Agroforestry as a sustainable land use option to reduce wildfires risk in European Mediterranean areas*. *Agroforest Syst* (2020) <https://doi.org/10.1007/s10457-020-00482-w>

Ecosystem functioning and the provision of ecosystem services. *Biodivers Conserv* (2017) 26:3005-3035 DOI 10.1007/s10531-017-1453-2

European Soil Data Centre (ESDAC), esdac.jrc.ec.europa.eu, European Commission, Joint Research Centre

FAO and ITPS. 2018. *Global Soil Organic Carbon Map (GSOCmap) Technical Report*. Rome. 162 pp. <https://www.fao.org/publications/card/en/c/CC3823EN/>

Fernandes, P.M. (2009). *Combining forest structure data and fuel modeling to classify fire hazard in Portugal*. *Ann. For. Sci.* 66, 415 (2009) <https://doi.org/10.1051/forest/2009013>

Fischer, G., Nachtergaele, F.O., van Velthuisen, H.T., Chiozza, F., Franceschini, G., Henry, M., Muchoney, D. and Tramberend, S. 2021. *Global Agro-Ecological Zones v4 – Model documentation*. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cb4744en>

Funk, Chris, Pete Peterson, Martin Landsfeld, Diego Pedreros, James Verdin, Shradhanand Shukla, Gregory Husak, James Rowland, Laura Harrison, Andrew Hoell & Joel Michaelsen. "The climate hazards infrared precipitation with stations—a new environmental record for monitoring extremes". *Scientific Data* 2, 150066. doi:10.1038/sdata.2015.66 2015.

Henne P. D., Elkin C., Franke J., Colombaroli D., Calò C., La Mantia T., Pasta S., Conedera M., Dermody O., Tinner W. (2015) *Reviving extinct Mediterranean forest communities may improve ecosystem potential in a warmer future*. *Front Ecol Environ* 2015: 13(7):356-362, doi: 10.1890/150027

Honrado J. P., Regos A. (2022) *Climate regulation ecosystem services and biodiversity conservation are enhanced differently by Climate- and fire-smart landscape management*. *Environ. Res. Lett.* 17 (2022) 054014 <https://doi.org/10.1088/1748-9326/ac64b5>

ICNF - <https://www.icnf.pt/pesca/pescaenquadramentolegal>

ICNF, [Carta de perigosidade de incêndio rural], [https://sig.icnf.pt/portal/home/item.html?id=65e7a435415e467b82f84b0640205409], [27 -julho -2023].

“ICNF, [Freguesias com presença de Nemátodo], [https://geocatalogo.icnf.pt/catalogo_tema5.html, [10de junho].”

International Panel on Climate Change. 2006. IPCC Guidelines for National Greenhouse Gas Inventories. Volume 4. Agriculture, Forestry and Other Land

IUSS Working Group WRB. 2022. World Reference Base for Soil Resources. International soil classification system for naming soils and creating legends for soil maps. 4th edition. International Union of Soil Sciences (IUSS), Vienna, Austria.

Magalhães M. R., Cunha N. S., Pena S. B., Müller A. (2021) *FIRELAN – An Ecologically Based Planning Model towards a Fire Resilient and Sustainable Landscape. A Case Study in Center Region of Portugal*. Sustainability 2021, 13, 7055. <https://doi.org/10.3390/su13137055>

Montgolfier, J. D. (1989) *Protection des forêts contre l'incendie – Guide technique du forestier méditerranéen français*. Aix-en Provence: CEMAGREF

Panagos, P., Van Liedekerke, M., Borrelli, P., Köninger, J., Ballabio, C., Orgiazzi, A., Lugato, E., Liakos, L., Hervas, J., Jones, A. Montanarella, L. 2022. European Soil Data Centre 2.0: Soil data and knowledge in support of the EU policies. European Journal of Soil Science, 73(6), e13315. DOI: 10.1111/ejss.13315

Panagos P., Van Liedekerke M., Jones A., Montanarella L., “European Soil Data Centre: Response to European policy support and public data requirements”; (2012) Land Use Policy, 29 (2), pp. 329-338. doi:10.1016/j.landusepol.2011.07.003

Pereira J.M.C., Silva P.C., Melo I., Oom D., Baldassarre G. e Pereira M.G. (2022). *Cartografia de Regimes de Fogo à Escala da Freguesia (1980-2017)*. ForestWISE (Coord.) - Projetos AGIF 2021 (P32100231), Vila Real, 29 pp

Pinto A. & Fernandes P. (17 outubro 2014) *Microclimate and Modelled Fire Behavior Differ Between Adjacent Forest Types In Northern Forests*. Forests. 2014; 5(10):2490-2504. <https://doi.org/10.3390/f5102490>

Raposo M. A. M., Pinto Gomes C. J., Nunes L. J. R. (2020) *Selective Shrub Management to Preserve Mediterranean Forests and Reduce the Risk of Fire: The Case of Mainland Portugal*. Fire 2020, 3, 65; doi: 10.3390/fire3040065

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_print_articulado.php?tabela=leis&artigo_id=1377A0021&nid=1377&nversao=&tabela=leis

Silva J.S., Catry F., Loureiro C., Lopes F., Moreira F. & Rego F. (2004). *PHOENIX – Reconversão Florestal em Áreas Queimadas*. (POCTI/AGR/58896/2004)

Simons, H. (2001) FRA 2000. Global Ecological Zoning for the Global Forest Resources Assessment 2000. FRA Working Paper 56. FAO, Rome.

Tinner W. (2015) Reviving extinct Mediterranean forest communities may improve ecosystem potential in a warmer future. *Front Ecol Environ* 2015: 13(7):356-362, doi: 10.1890/150027

UNAC União da Floresta Mediterrânica- Manual Técnico Boas práticas para a gestão de pragas e doenças da pinha e pinhão. Lisboa, 2021.

Vieira, D.C.S., Borrelli, P., Jahanianfard, D., Benali, A., Scarpa, S. and Panagos, P., 2023. Wildfires in Europe: Burned soils require attention. *Environmental research*, **217**, Art. No. 114936.

WRB 2006. World Reference Base for soil resources - A framework for international classification, correlation and communication. World Soil Resources Reports 103, International Union of Soil Sciences, ISRIC - World Soil Information and Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome